

A photograph of two hands, one larger and one smaller, holding a square frame. The hands are positioned as if they are holding the frame together. The background is a soft-focus landscape with tall grasses under a clear sky. The lighting is warm, suggesting a sunset or sunrise.

2012

RELATÓRIO E CONTAS
MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.





CONSULTE O NOSSO VÍDEO INSTITUCIONAL

2012

RELATÓRIO E CONTAS
MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.



ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	06
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	10
3. CONTAS ANUAIS 2012	32
4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS	42
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	154

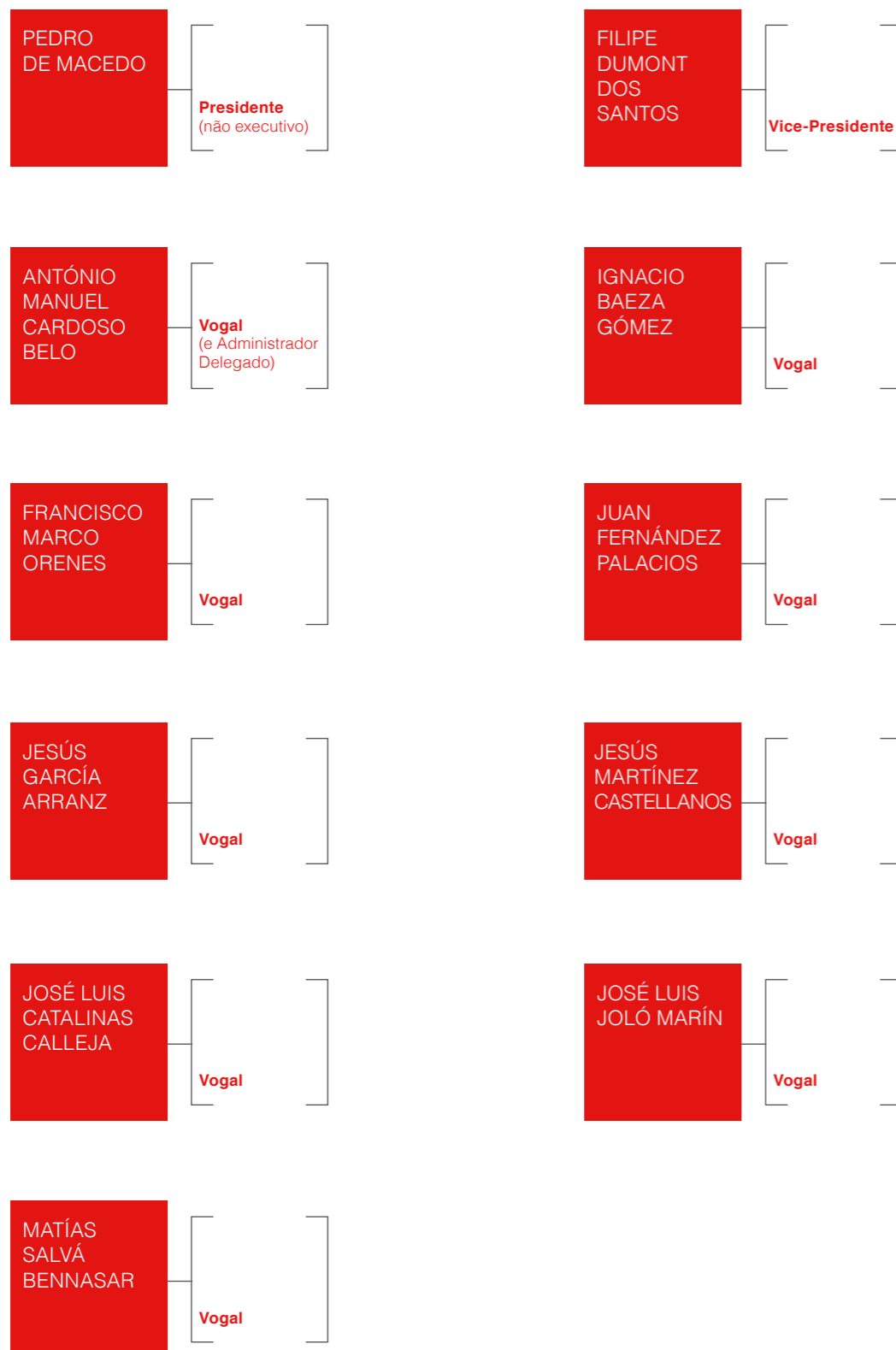


2012

ÓRGÃOS SOCIAIS

01

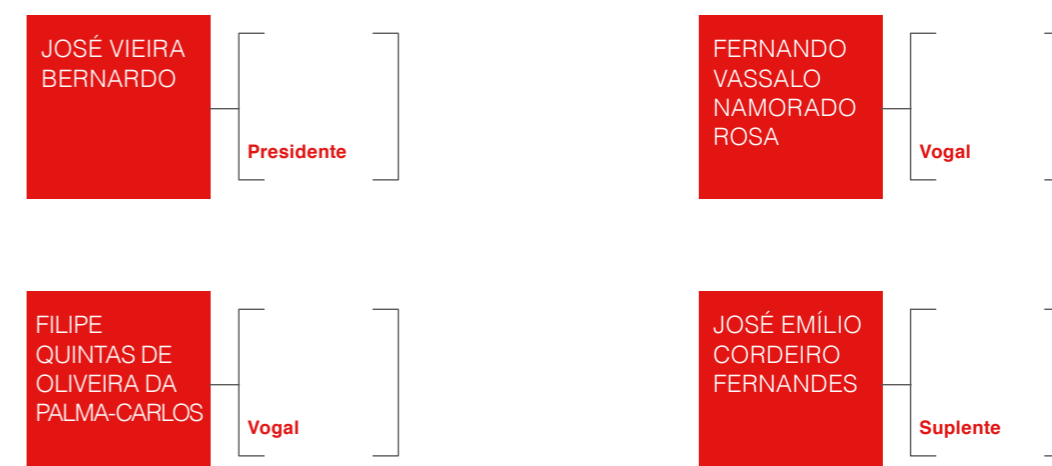
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (2011-2014)



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (2011-2014)



CONSELHO FISCAL (2011-2013)



SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS (2011-2013)





RELATÓRIO DE GESTÃO

[02]

1. CONTEXTO ECONÓMICO

Ao longo do ano 2012, a atividade económica continuou a desenrolar-se num ambiente extremamente recessivo.

Sendo uma realidade que se vem repetindo ao longo da última década, importa no entanto notar que se agravou em 2012 e que esse agravamento foi superior ao que era apontado pela generalidade das previsões.

O fraco crescimento económico que se tem verificado nos últimos anos não foi acompanhado da necessária contenção da despesa, provocando uma subida do endividamento do Estado até níveis insustentáveis que, agravado pela forte turbulência dos mercados financeiros mundiais, impossibilitou o acesso ao normal financiamento do país, obrigando Portugal a recorrer a um programa de assistência financeira.

Este programa, coordenado pelo Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu, que estará em vigor até 2014, disponibilizou a Portugal o acesso a um financiamento até 79 mil milhões de euros, mas, obviamente, impôs um enorme esforço em três vetores fundamentais:

- Diminuição do *deficit* público, mediante cortes na despesa corrente de funcionamento e nos investimentos, bem como um forte aumento dos impostos;
- Desalavancagem e capitalização do sistema bancário, obrigando, por um lado, a reduzir o rácio de crédito concedido em relação aos depósitos e, por outro, elevando os rácios de solvência para níveis bastante mais exigentes do que os praticados no resto da União Europeia;
- Implementação de uma série de reformas estruturais no funcionamento do Estado e da economia em geral, de que são exemplos o reforço do programa de privatizações de empresas públicas e a alteração sem precedentes na legislação laboral.

A execução das medidas concretas associadas a estes vetores provocou um efeito multiplicador recessivo superior ao esperado, resultando num forte decréscimo do Produto Interno Bruto, em significativos incrementos do número de insolvências de empresas e, por consequência, num aumento da taxa de desemprego para níveis nunca antes observados.

Além disso, o rácio de endividamento sobre o PIB aumentou, uma vez que, apesar da redução na despesa corrente primária, se verificou um aumento significativo da despesa com os juros da dívida e a redução das receitas foi superior à prevista.

É certo que, ao fim de pouco mais de um ano e meio de implementação do programa de ajustamento, se observam alguns efeitos positivos, deles se destacando o *superavit* da balança comercial, que não se verificava há várias décadas, bem como a acentuada descida da taxa de juro exigida pelos investidores no mercado secundário de dívida pública, culminado, em janeiro de 2013, com uma muito bem sucedida emissão de dívida com maturidade a cinco anos sem que, contudo, isso signifique o pleno acesso de Portugal ao mercado de financiamento, pois, para tal, é necessário esperar por novas oportunidades para experimentar emissões a prazos mais longos.

Por outro lado, há que ter em consideração que o *superavit* da balança comercial, apesar do aumento das exportações, não teria sido possível sem a forte diminuição das importações, resultante da des-cida do consumo interno, não podendo, por isso, ser considerado um *superavit* totalmente virtuoso.

Registe-se positivamente o nível historicamente baixo das taxas de juro Euribor, à qual está indexada a generalidade dos créditos à habitação concedidos aos particulares, fator que tem exercido um efeito de contrapeso em relação ao agravamento dos impostos e da taxa de desemprego, evitando maiores situações de calamidade social.

Perspetivando o futuro próximo da economia portuguesa, parece não existirem razões para grande otimismo.

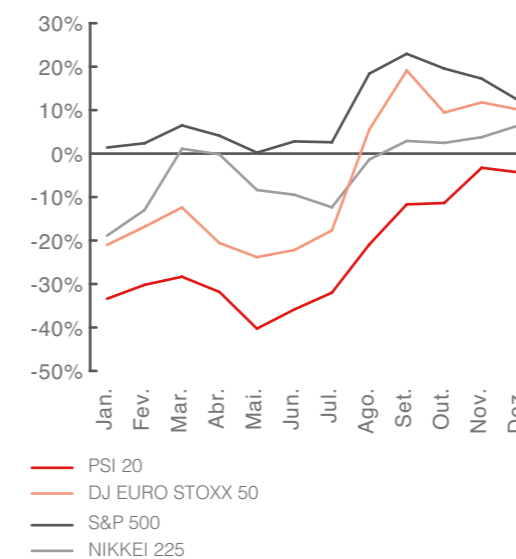
Com efeito, tal como é notado pelo Boletim Económico de Inverno 2012 do Banco de Portugal, nos próximos anos a economia continuará a sofrer o impacto das medidas de consolidação orçamental e das restrições ao financiamento por parte das instituições bancárias, as quais devem manter o processo de desalavancagem.

Para colmatar a derrapagem da receita e da despesa global, o Orçamento do Estado para 2013 contém novas e fortes medidas de agravamento de impostos, deixando latente a ameaça do país vir a mergulhar numa espiral recessiva.

Por outro lado, o abrandamento da economia mundial previsto para 2013, que só deverá inverter-se ao longo do ano 2014, bem como a persistência da fortaleza do Euro em relação a outras moedas que tem um efeito nefasto nas exportações, tornarão mais exigentes os ajustamentos da economia portuguesa.

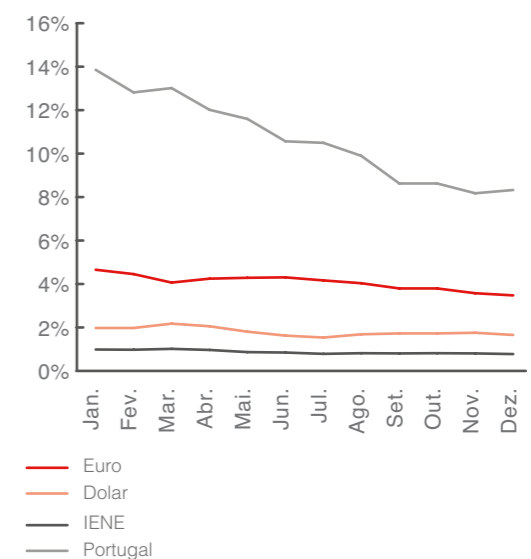
Neste contexto, o ano 2013 terá de ser encarado como mais uma difícil etapa do processo de ajustamento, ainda longe dos almejados objetivos finais de equilíbrio e crescimento económico.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES BOLSISTAS



Fonte: APS.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS DÍVIDA PÚBLICA (10 ANOS)



Fonte: APS.

Indicadores económicos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	0,0	-2,5	1,3	-1,6	-3,2	-1,9
Consumo privado	1,4	-1,1	2,2	-3,6	-5,5	-3,6
Consumo público	0,5	3,7	1,8	-3,2	-4,5	-2,4
Investimento	-0,3	-11,2	-5,0	-11,2	-14,4	-8,5
Exportações	0,1	-11,6	8,8	7,3	4,1	2,0
Importações	2,3	-10,6	5,2	-4,3	-6,9	-3,4
Taxa de desemprego	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7	n.d.
Índice de preços no consumidor	2,7	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,9
Deficit contas públicas	3,5	10,1	9,1	5,9	5,0	4,5
Taxa juro Euribor 6 meses	3,365	0,996	1,251	1,638	0,324	n.d.

Percentagens.
Dados dos anos 2012 e 2013 são estimativas.
Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE.

2. MERCADO SEGURADOR

Um mercado como o português, com uma taxa de penetração (Prémios/PIB) relativamente elevada, encontra-se especialmente exposto às vicissitudes da evolução económica.

Por isso, não constitui surpresa o comportamento dos indicadores que melhor refletem o andamento da atividade seguradora, pois estes apresentam-se em perfeita correlação com o comportamento da economia em 2012.

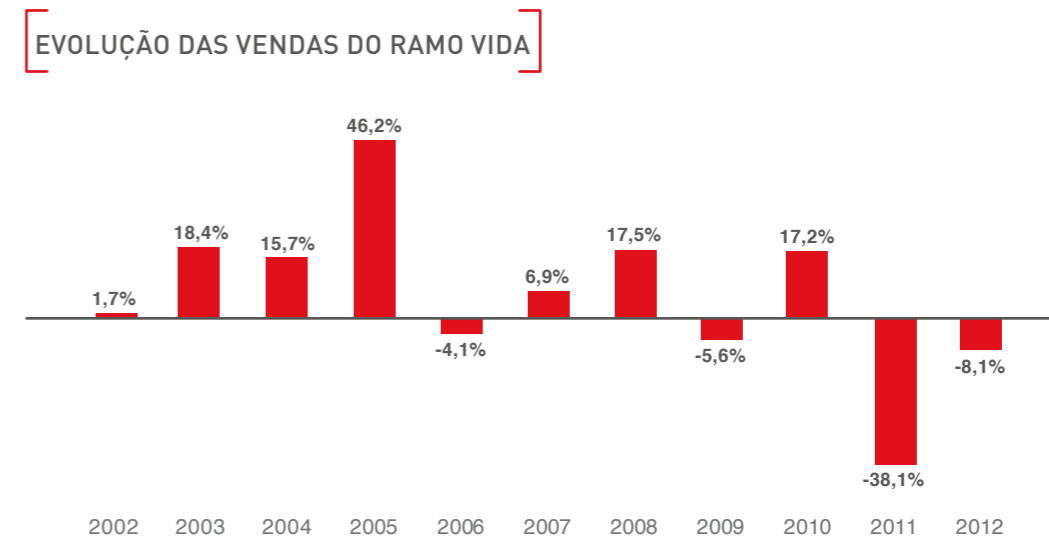
De uma forma genérica, ao efeito negativo conjunto de um novo decréscimo das vendas e de aumento da taxa de sinistralidade, ter-se-á contraposto a influência positiva da recuperação dos mercados financeiros que, inclusivamente, poderá ter levado a que o setor venha a apresentar uma rentabilidade e um nível de solvência superiores aos de 2011, ano em que se verificou a necessidade de reconhecer montantes elevados de imparidades e a desvalorização dos ativos foi bastante significativa.

2.1. VENDAS

Após o decréscimo sem precedentes verificado em 2011, o volume de vendas global voltou a ter uma evolução negativa em 2012, recuando para os 10.741 milhões de euros, um valor muito próximo ao do ano 2004.

Para que se tenha uma ideia da dimensão desse recuo, importa recordar que em 2010 o mercado atingiu um pico de 16.340 milhões de euros, o que permite concluir que perdeu 34% em dois anos.

Em 2012, tal como no ano anterior, o decréscimo foi mais acentuado no ramo Vida, na ordem dos 8,1% nominais, influenciado pelo efeito negativo direto da contínua diminuição do rendimento disponível das famílias no volume de poupança e, também, pelo facto de o setor bancário, detentor de um conjunto significativo de seguradoras a operar no mercado, se encontrar imerso num processo de desalavancagem e, nesse contexto, induzir a canalização das poupanças para produtos de aforro bancário em detrimento dos produtos seguradores.



■ Taxa de crescimento nominal

Fonte: APS.

No segmento Não Vida, embora não tão forte como em Vida, o decréscimo nominal foi ainda assim assinalável, situando-se nos 3,1%, com uma influência muito grande dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho que se apresentam mais sensíveis à evolução económica e, embora tenham vindo a perder quota ao longo dos anos, ainda representam, em conjunto, mais de metade da carteira.

Com efeito, estes dois ramos tiveram um comportamento bastante negativo, com um decréscimo de 5,8% e 10,6%, respetivamente, valendo para o resultado global a compensação operada pelos crescimentos de 1,7% em Multirriscos e 2,2% no ramo de Doença, o qual vem consolidando o seu peso ano após ano.

Ao comportamento do ramo Automóvel não será alheia a queda das vendas de veículos que, segundo as estatísticas da ACAP (Associação Automóvel de Portugal), foi de 40,9%, enquanto no ramo de Acidentes de Trabalho se verificou a influência inexorável da taxa de desemprego recorde verificada em 2012 sobre a massa salarial segura.

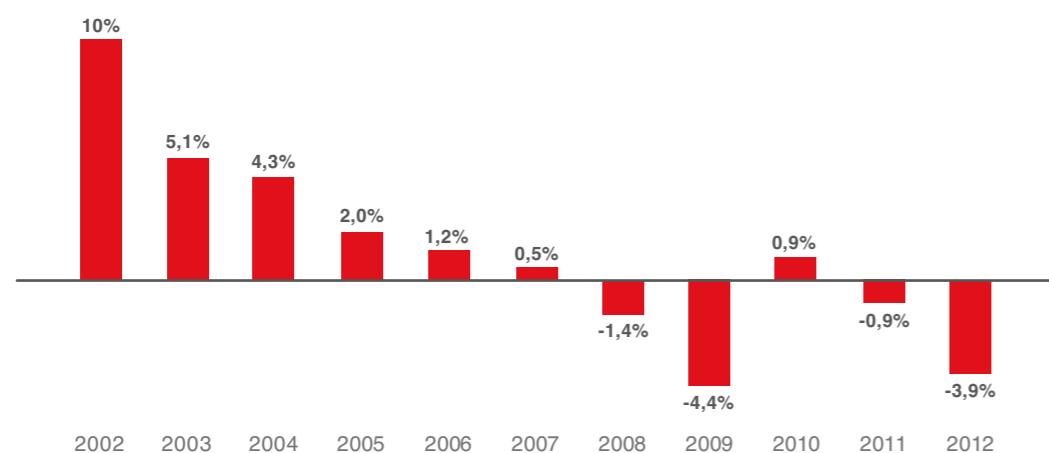
Em ambos os casos, também foi particularmente sentida a concorrência entre operadores, com efeito no tarifário praticado, acabando por funcionar, simultaneamente, como causa e efeito da degradação dos prémios.

O comportamento em Multirriscos estará associado não só à preocupação crescente de proteção por parte da população, face aos fenómenos da natureza que se têm manifestado nos anos mais recentes, mas também ao efeito da atualização automática dos capitais em função dos coeficientes publicados trimestralmente pelo ISP.

Já no caso do ramo de Doença, a contínua evolução positiva estará associada às crescentes preocupações dos consumidores em relação aos seus gastos com a saúde, tendo em conta a gradual introdução de copagamentos nos serviços prestados pelo setor público.

De notar, ainda, o crescimento de 7,2% no ramo de Proteção Jurídica e de 4,6% no ramo de Crédito, embora de influência limitada no valor global por via da relativamente pequena representatividade de ambos.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO RAMO NÃO VIDA



■ Taxa de crescimento nominal

Fonte: APS.

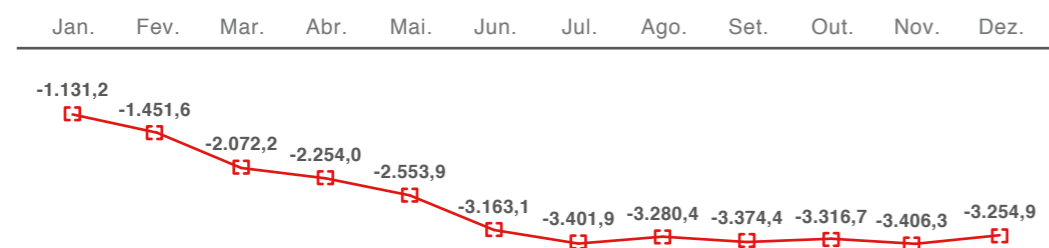
2.2. FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA

Pelo segundo ano consecutivo, o indicador que relaciona os fluxos de entrada decorrentes das vendas com os de saída associados aos resgates e vencimentos e, como tal, muito importante no contexto do ramo – fluxo técnico – teve uma evolução negativa.

De facto, apesar do volume de vencimentos e resgates ter diminuído em relação ao ano anterior, tal não foi suficiente para permitir um saldo positivo por via do decréscimo que também se verificou nas vendas.

Sendo certo que, contabilisticamente, os resgates e vencimentos têm contrapartida na provisão matemática, fazendo com que não haja um efeito direto nos resultados do ano em causa, não é menos verdade que a longo prazo é desejável que se verifique um fluxo técnico positivo, sob pena de não ser possível manter uma rentabilidade sustentada, e há dois anos consecutivos que tal não acontece.

EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO ACUMULADO DO RAMO VIDA (JAN-12 A DEZ-12)



— Milhões de euros

Fonte: APS.

2.3. SINISTRALIDADE NÃO VIDA

A sinistralidade total, calculada a prémios emitidos, degradou-se 3,5 pontos percentuais, situando-se nos 65,9%, um comportamento menos positivo devido ao enorme agravamento que se verificou no ramo de Acidentes de Trabalho.

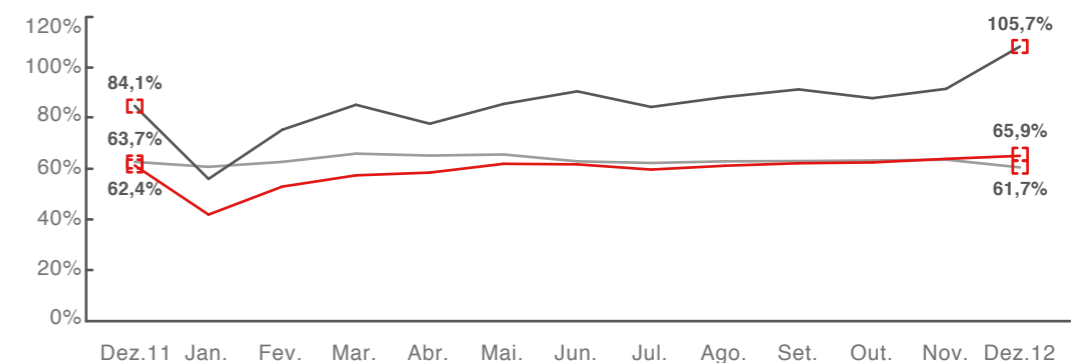
Com efeito, o comportamento deste ramo foi fortemente influenciado por dois especiais aspetos a ter em consideração. De um lado, a forte diminuição dos prémios, a que já aludimos anteriormente, fruto da diminuição da massa salarial segura e da agressividade tarifária entre os operadores do mercado. Do outro, a degradação das condições socioeconómicas que propiciam uma maior ocorrência de sinistros.

A verdade é que a sinistralidade do ramo Acidentes de Trabalho há vários anos vinha a revelar uma tendência crescente, anunciando que estaria perto de se tornar insustentável, como de facto aconteceu em 2012, aumentando 21,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, terminando nos 105,7%, não sendo difícil supor que, embora não sejam ainda conhecidos os dados das restantes variáveis que contribuem para o cálculo do rácio combinado, este tenha ultrapassado largamente os 130%.

No ramo Automóvel, a diminuição da circulação, corroborada pelas estatísticas que revelam uma descida da venda de combustíveis, permitiu uma melhoria de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior, para os 61,7%, apesar da contração verificada nos prémios emitidos.

Não obstante, efetuando uma extrapolação com base na estrutura do rácio combinado do ano anterior, é possível que esta diminuição da sinistralidade não seja suficiente para situar o ramo num patamar sustentado abaixo dos 100%.

EVOLUÇÃO TAXA SINISTRALIDADE NÃO VIDA (S/PRÉMIOS EMITIDOS)



— Total
— Acidentes Trabalho
— Automóvel

Fonte: APS.

Além dos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, é digna de referência a diminuição de 2,6% em Multirriscos e 2,1% em Doença, em ambos os casos, não porque tenha decrescido o valor das indemnizações, mas sim por se ter verificado um aumento nos prémios emitidos.

Os restantes ramos, por terem uma expressão mais reduzida na carteira do segmento Não Vida, não afetaram significativamente o rácio global, porém, são de registar incrementos mais expressivos em Crédito, Caução e Marítimo e Transportes, sem que tenham atingido níveis preocupantes.

2.4. RESULTADOS

À data de elaboração deste relatório, ao contrário do habitual, não estão ainda disponíveis os dados relativos aos resultados do conjunto do mercado, razão pela qual limitamos os nossos comentários a uma certa predição com base nas variáveis mais importantes anteriormente descritas (prémios e sinistros) e nas tendências esperadas e/ou conhecidas do comportamento dos gastos e dos ativos financeiros.

Do lado dos gastos não se esperam grandes contributos, pois não são do domínio público quaisquer medidas de racionalização de grande dimensão por parte das seguradoras e eventuais medidas pontuais de melhoria de eficiência não serão, por si só, suficientes para alterar o panorama dos anos anteriores.

Quanto aos rendimentos financeiros, aí sim, é de esperar um efeito bastante positivo sobre as contas de ganhos e perdas, face à recuperação generalizada dos mercados, em especial os de dívida, que terão proporcionado um cenário substancialmente diferente do ano anterior, quando as imparidades reconhecidas e as fortes desvalorizações dos ativos classificados contabilisticamente ao justo valor por via de ganhos e perdas impactaram muito significativamente os resultados.

Esse efeito positivo deverá ser particularmente expressivo no ramo Vida que, pela sua natureza, se encontra mais exposto à volatilidade dos mercados financeiros, esperando-se, portanto, um aumento nos resultados técnicos deste ramo, após um ano em que foram negativos.

Já no que respeita a Não Vida, um efeito igualmente positivo sobre os resultados é esperado por via dos rendimentos financeiros, contudo, tal poderá não ser suficiente para colmatar as difíceis condições de exploração técnica pura, reveladas pelo comportamento da taxa de sinistralidade.

Sendo admissível que, no conjunto dos segmentos Vida e Não Vida, o mercado apresente uma franca melhoria em relação ao ano anterior, poderemos, ainda assim, continuar a assistir a taxas de rentabilidade modestas em comparação com o mercado segurador internacional.

2.5. SOLVÊNCIA

Antes de qualquer comentário, convém ressaltar que o setor segurador, de uma forma ou de outra, ao longo dos últimos anos tem conseguido amortecer os efeitos negativos da turbulência dos mercados financeiros, sem nunca ter sido colocada em causa a sua solvência.

Em 2012, a recuperação do valor dos ativos financeiros de dívida pública, com especial incidência no último trimestre, ainda terá permitido, com quase toda a certeza, incrementar os níveis de solvência e de representação das provisões técnicas até níveis bastante confortáveis, o que se regista com agrado na medida em que reforça a imagem de solidez do setor no contexto da atividade económica portuguesa.

3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.

Neste capítulo, pretendemos referenciar os aspetos mais relevantes da vasta atividade da empresa ao longo do ano 2012.

Uma visão mais exaustiva e pormenorizada, que poderia tornar o relatório demasiado denso, prejudicando os seus objetivos, poderá ser encontrada nas Notas ao Balanço e Contas de Ganhos e Perdas, as quais fazem parte do dossier global de contas do exercício onde se inclui este Relatório de Gestão.

3.1. MODELO DE GOVERNO

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e à conseqüente necessidade da fiscalização da sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas – Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.



**EM 1987, A MAPFRE
INICIOU A SUA
ATIVIDADE EM
PORTUGAL.
25 ANOS DEPOIS, ESTÁ
PRESENTE EM TODO
O PAÍS, COM MAIS DE
100 ESCRITÓRIOS E
CONTANDO COM UMA
EXPERIENTE EQUIPA
DE PROFISSIONAIS
DA MEDIAÇÃO
E CORRETAGEM.**

Em termos gerais, as alterações verificadas incorporaram, na medida do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal.

Neste âmbito foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – Composto por 4 a 18 membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações nos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;

- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador Delegado, sendo os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

3.2. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., é de 33.108.650€ constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas pela MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. (99,9991%), pela MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A. (0,0006%) e pela MAPFRE FAMILIAR, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. (0,0003%).

No ano 2012, verificou-se a passagem para a MAPFRE GLOBAL RISKS da participação anteriormente detida pela MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO devido aos movimentos societários ocorridos em Espanha pela criação da *joint venture* para a área do Crédito entre os grupos MAPFRE e EULER HERMES.

3.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por nove membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existe um administrador executivo (o Administrador-Delegado), sendo os restantes não executivos;
- b) De acordo com o que se encontra deliberado na ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta sociedade consiste numa retribuição fixa anual;
- c) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;
- d) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões;
- e) Relativamente aos administradores executivos, apenas o vogal do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, António Manuel Cardoso Belo, auferem remuneração por essa qualidade, que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, já que os restantes membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE.

As remunerações auferidas no ano 2012 pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Nome	Cargo	valor
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	Presidente	0,00 €
Filipe Dumont Santos	Vice-Presidente	18.513,96 €
António Manuel Cardoso Belo	Vogal – Adm. Delegado	247.887,41 €
Claudio Antonio Ramos Rodríguez	Vogal	0,00 €
Jesús Manuel García Arranz	Vogal	18.513,96 €
Jesús Martínez Castellanos	Vogal	0,00 €
José Luis Catalinas Calleja	Vogal	18.513,96 €
Jose Luis Joló Marín	Vogal	18.513,96 €
Matías Salvá Bennasar	Vogal	18.513,96 €
TOTAL		340.457,21 €

Nota: O vogal Claudio Antonio Ramos Rodríguez renunciou ao seu mandato em dezembro de 2012, encontrando-se em funções à data de encerramento de contas.

Conforme disposto no contrato Coletivo de Trabalho que entrou em vigor a 15/1/2013, foi efetuada uma aportação no montante de 58.706,24 € (incluída no movimento detalhado no ponto 23 das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas), para o novo PIR – Plano Individual de Reforma (plano de contribuição definida) por conversão das responsabilidades decorrentes do plano de benefício definido previstas no Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até 14/1/2013, referente ao Vogal – Administrador Delegado. No ano 2012, foi também efetuada uma entrega adicional no montante

de 44.100,00 € para um plano de contribuição definida do mesmo Vogal que já existia anteriormente, nos termos do seu contrato individual de trabalho na qualidade de Administrador Delegado.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, auferem uma remuneração pelo desempenho dessas funções, nos termos que se encontram estabelecidos na ata n.º 42 da Assembleia Geral, de 14 de março de 2008. As remunerações auferidas no ano 2012 pelos membros do Conselho Fiscal foram as seguintes:

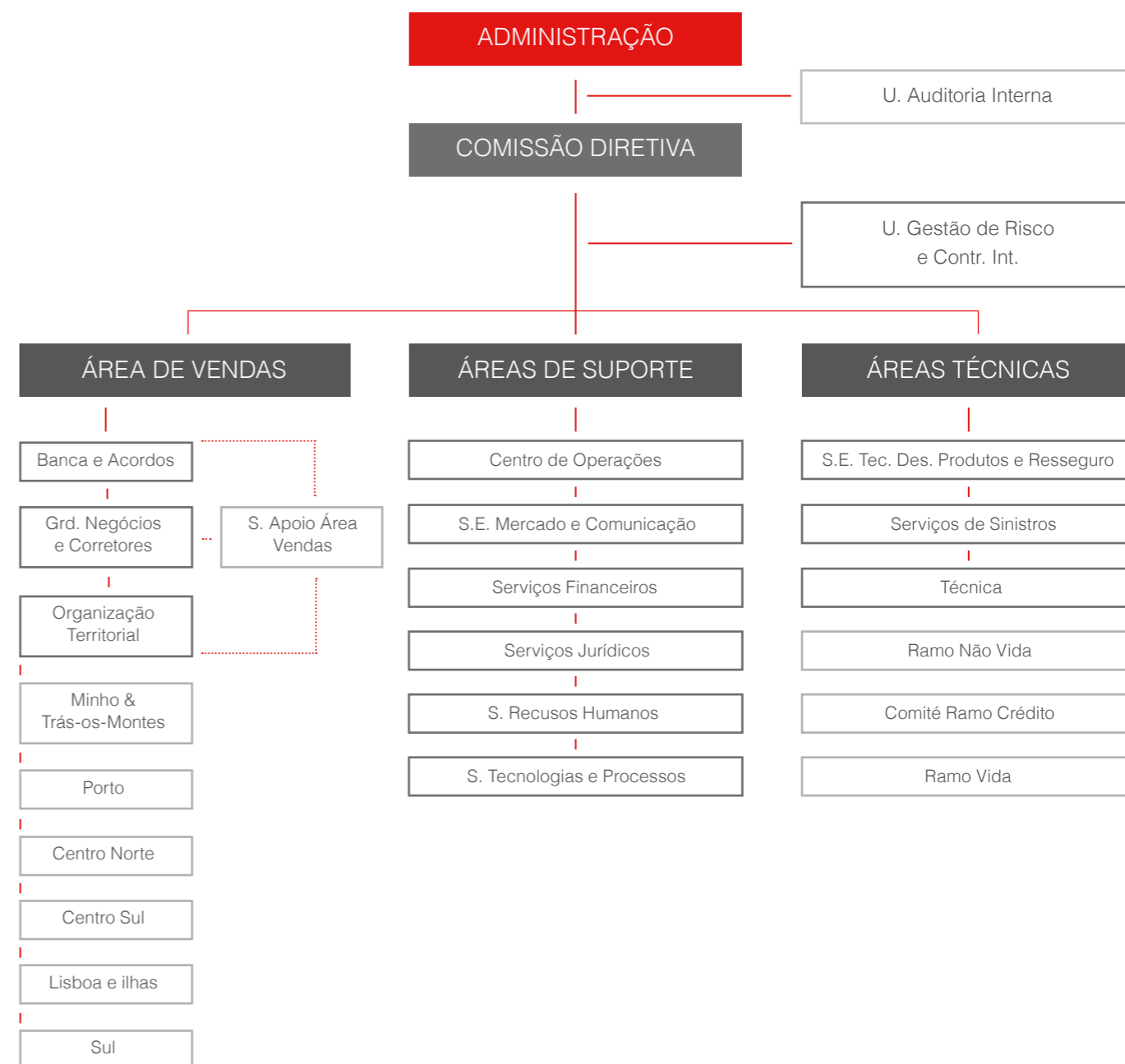
Nome	Cargo	valor
José Vieira Bernardo	Presidente	10.528,80 €
Fernando Vassalo Namorado Rosa	Vogal	7.897,08 €
Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos	Vogal	7.897,08 €
José Emílio Cordeiro Fernandes	Suplente	2.632,68 €
TOTAL		28.955,64 €

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis:

âmbito	valor
Serviços de certificação legal de contas anuais	48.400,00 €
Serviços de garantia de fiabilidade	6.600,00 €
TOTAL	55.000,00 €

3.4. ESTRUTURA OPERACIONAL

De há alguns anos a esta parte, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, a MAPFRE em Portugal explora os segmentos de negócio Vida e Não Vida através de uma estrutura operacional comum, organizada de acordo com o organigrama seguinte:



De forma a adequar a empresa aos objetivos definidos para os próximos anos, no último trimestre do ano definiu-se uma modificação da estrutura organizativa acima transcrita, para entrar em vigor no início do ano 2013, ajustando a Área de Vendas e as suas Zonas da Organização Territorial.

3.5. FACTOS RELEVANTES DO ANO 2012

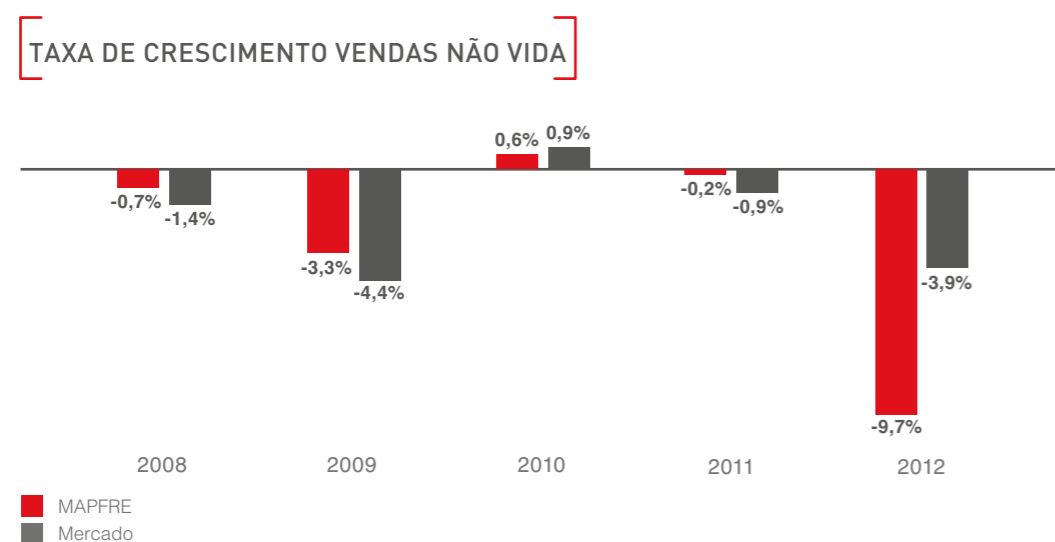
3.5.1. ASPETOS QUANTITATIVOS

O volume de prémios emitidos ascendeu a 92,69 milhões de euros, decrescendo 9,7% em relação ao ano anterior.

Após anos sucessivos em que apresentámos uma taxa de crescimento dos prémios emitidos melhor do que o conjunto do mercado segurador, em 2012, devido a alguns fatores específicos que se aliaram à difícil situação económica, não foi possível repetir o mesmo desempenho, embora se tenha mantido a posição no *ranking* da Associação Portuguesa de Seguradores.

Por um lado, o colapso da economia que levou ao cancelamento da generalidade das obras públicas de grande dimensão teve uma influência muito significativa na descida do volume de prémios, na medida em que, ao longo dos últimos anos, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., se assumiu como um *player* de referência nessa área, através dos ramos de Engenharia e Responsabilidade Civil.

Por outro, a subida continuada da sinistralidade em alguns negócios de maior dimensão, como consequência da degradação dos prémios médios que se tem vindo a verificar de forma generalizada no mercado, levou a que tivéssemos que reforçar algumas medidas de requalificação da carteira, implicando a anulação de apólices nos casos em que os clientes não aceitaram a revisão das condições.



Do ponto de vista da composição da carteira, à parte a natural diminuição de representatividade dos ramos de Engenharia e Responsabilidade Civil, que foi compensada pela subida dos Multiriscos, não houve alterações significativas, mantendo-se os ramos de Automóvel e Acidentes de Trabalho com um peso aproximado de 54% e 20%, respetivamente.

A percentagem de recibos pendentes de cobrança situou-se em 7%, ligeiramente acima do nível historicamente baixo do ano anterior, refletindo não só que continuou a ser excelente o labor desenvolvido para conseguir a cobrança dos recibos, mas, também, que a cadência operativa de anulações não sofreu qualquer travagem.

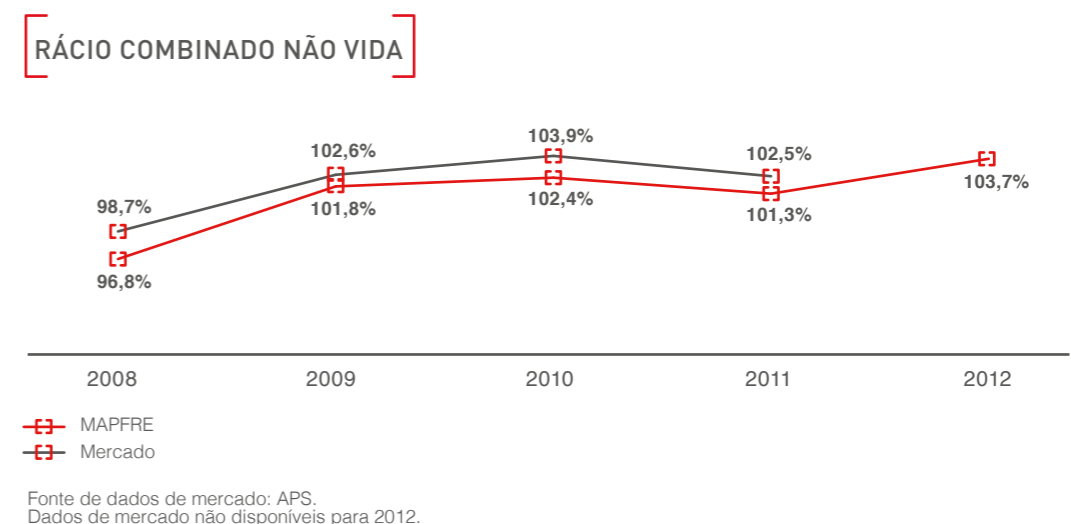
Face à pressão exercida pela diminuição dos prémios, a taxa de sinistralidade líquida de resseguro apresentou uma subida de 1,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situando-se nos 78,2%, tendo subido em Automóvel e Acidentes de Trabalho.

Apesar dessa subida, importa destacar que nenhum dos ramos atingiu níveis insustentáveis, merecendo especial referência o facto de, em Acidentes de Trabalho, a taxa de sinistralidade se situar 21 pontos percentuais abaixo da do mercado, segundo os dados disponíveis da Associação Portuguesa de Seguradores.

No que concerne aos gastos por natureza, apresentaram novamente uma descida, este ano de 4,5%, equivalente a uma poupança próxima de 1 milhão de euros, como resultado da permanente preocupação de racionalização, automatização e eficiência dos processos de funcionamento, inculcida e assumida por toda a organização.

No entanto, o decréscimo dos prémios proporcionalmente maior fez-se sentir mais uma vez ao levar a um aumento de 1 ponto percentual do rácio de gastos sobre prémios, que acabou nos 20,5%.

Em consequência destes comportamentos, o rácio combinado subiu para 103,7% o que, não sendo a meta desejável, foi a possível nas circunstâncias extraordinariamente adversas em que se desenvolveu a atividade.



Os mercados financeiros, em especial os de dívida, experimentaram uma recuperação bastante assinalável e disso beneficiou a carteira de ativos que anulou as menos valias potenciais com que se encerrou o exercício anterior.

Naturalmente, este movimento teve um efeito positivo sobre a margem de solvência e a representação das provisões técnicas, cujos rácios de cobertura subiram para 428% e 136%, respetivamente, reforçando a solidez da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no contexto do setor segurador em Portugal.

Apesar do comportamento favorável dos mercados financeiros, houve que fazer frente à situação excepcional verificada com o Bankia, reconhecendo a imparidade destes títulos que faziam parte da carteira de ativos, cuja venda posterior gerou uma mais-valia, daí resultando um efeito líquido de 1,46 milhões de euros antes de impostos.

A taxa de rentabilidade, sem considerar a imparidade referida, manteve-se estável em torno dos 4,3%, beneficiando de uma superior rentabilidade dos títulos de rendimento fixo que compensou a baixa das ações e fundos de investimento.

TAXA DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Tipo de investimento	2008	2009	2010	2011	2012
Bens materiais	0,0%	5,8%	5,0%	3,9%	2,7%
Ações e fundos de investimento	4,0%	4,7%	4,3%	4,2%	3,0%
Títulos de rendimento fixo	4,7%	4,2%	3,9%	4,6%	4,7%
Depósitos a prazo	4,8%	2,7%	0,0%	0,0%	0,6%
Depósitos à ordem	4,7%	1,2%	0,1%	0,7%	0,2%
TOTAL	3,6%	4,3%	3,9%	4,5%	4,3%

Nota: Taxa anualizada, calculada em função do investimento médio de cada tipo de investimento, sem incluir imparidades e valias realizadas.

Para finalizar as referências mais importantes aos aspetos quantitativos, cabe realizar uma alusão à rentabilidade global.

Apesar das difíceis condições de exploração que pressionaram o resultado técnico, a rentabilidade global acabou por se situar nos 6,7 milhões de euros, bastante acima dos anos precedentes, com o contributo de dois proveitos contabilizados na conta não técnica. Um deles, correspondente a uma decisão favorável à MAPFRE Seguros Gerais, S.A., em sede do Tribunal Tributário, referente a um contencioso relacionado com uma liquidação de IVA que se arrastava desde 1997 e foi adequadamente divulgada nas notas às contas de cada ano. O outro, devido à venda da participação de 50% no capital da Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A., em concordância com o previsto no pacto de acionistas, na sequência da situação criada pela alteração de controlo do Grupo Finibanco.

3.5.2. ASPETOS QUALITATIVOS

Do ponto de vista qualitativo, foram inúmeras as ações levadas a cabo por todas as áreas da empresa para suportar a atividade ao longo do ano 2012.

Por terem influência direta no desenvolvimento do negócio, gostaríamos de apontar como mais relevantes as que respeitam à rede de distribuição e à área de suporte técnico.

No que concerne à rede de distribuição, investimos na criação de condições para que em 2013 possa ser conseguido um desempenho mais favorável do que aquele que se verificou em 2012. Nesse âmbito, o trabalho foi dirigido para o alargamento e o aumento do dinamismo da rede comercial, através do desenho de planos concretos tendentes, nomeadamente, ao reforço da rede própria de agentes e à cobertura de novas zonas geográficas. Para potenciar o sucesso desses planos, ajustamos as zonas de atuação e definimos novas tarefas e objetivos para o *staff* interno de suporte ao processo comercial, de forma a introduzir um foco especial no seguimento dos planos e das campanhas, a fim de conseguir aumentar a sua eficácia.

Por sua vez, na área de suporte técnico realizámos uma reestruturação no sentido de se tornar uma verdadeira unidade de negócio, capaz de compreender adequadamente as necessidades dos clientes e da rede de distribuição, assente na agilidade e na simplificação de processos. Com esse ajustamento, pretendemos ainda assegurar um acompanhamento permanente da evolução dos diversos indicadores chave do negócio, o que permitirá orientar a oferta de produtos em função da evolução da realidade do mercado e, especialmente, garantir o necessário equilíbrio técnico e, como tal, a rentabilidade.

Mas também as restantes áreas que prestam suporte ao negócio de uma forma mais indireta foram protagonistas de um trabalho intenso.

O Centro de Operações que, entre outros serviços, assegura o funcionamento do *Call Center*, teve uma participação ativa no contacto com os clientes e com a rede de distribuição, tanto através do simples atendimento telefónico como da realização de diversas ações proactivas, destacando-se de entre elas a campanha permanente de boas vindas e as campanhas regulares de vendas dirigidas a produtos e segmentos específicos de clientes, com resultados bastante interessantes. Assumi, também, um papel relevante na preparação das condições de renovação de carteira e no programa especial de combate às anulações que foi lançado. Por outro lado, deu um contributo muito importante para o conhecimento do portefólio de clientes ao promover uma métrica de classificação, a qual foi, sem dúvida, um passo fundamental em direção ao futuro.

Na área de Estudos Técnicos e Resseguro verificou-se uma atuação segundo várias vertentes. Uma delas respeitou à participação na construção de novos produtos, acompanhada do desenvolvimento dos respetivos simuladores/emissores. Outra teve que ver com a participação nos estudos de ajustamentos tarifários, necessários à manutenção da competitividade num mercado com alguma turbulência, assegurando a indispensável sustentabilidade das tarifas. No âmbito do resseguro, promoveu alguns ajustamentos aos tratados em vigor, no sentido de os tornar eficientes, tendo em conta o binómio proteção/rentabilidade. Por outro lado, em articulação direta com o Atuário Responsável, investiu bastante no acompanhamento da evolução das provisões técnicas, no sentido de assegurar a sua suficiência e iniciou os estudos tendentes à implementação de uma nova ferramenta informática de seguimento.

A área de Estudos de Mercado e Comunicação preocupou-se em manter uma permanente ligação com os meios de comunicação, como forma de fazer chegar ao exterior a imagem da MAPFRE. Além disso, assegurou os levantamentos de mercado necessários para um correto posicionamento dos novos produtos lançados e para os ajustamentos realizados nos já existentes, coordenando todas as ações de comunicação associadas à implementação no terreno desses mesmos produtos. Foi, também, um elo importante de suporte à organização das campanhas comerciais de dinamização da rede e participou nos estudos preliminares que visam definir a estratégia de posicionamento nos novos canais.

De entre o labor da área de Tecnologias e Processos, importa destacar o forte investimento no levantamento e na melhoria de processos, cujo contributo é fundamental para a robustez do funcionamento da empresa. Além disso, deu continuidade ao seu plano de modernização de infraestruturas e levou a cabo os mais diversos desenvolvimentos de *software*, em resposta a demandas das restantes áreas da empresa, que permitiram melhorar a eficiência.

A área Financeira manteve o acompanhamento permanente da rede de escritórios mediante visitas de trabalho regulares que serviram, entre outros aspetos, para realizar um seguimento dos



recibos em cobrança e das prestações de contas dos agentes, em função da conjuntura adversa. Além disso, deu um passo significativo no seu plano de prestação de informação de gestão interna, no âmbito do qual consolidou a informação das contas de resultados por centros de custo e tornou regular e automática a informação de indicadores de gestão, financeiros e não financeiros, referentes à rede territorial. Por outro lado, atuou de forma vigilante e proactiva no cumprimento da Política de Aquisição de Bens e Serviços instituída, contribuindo dessa forma para o sucesso conseguido na contenção dos gastos de gestão.

Em termos de Gestão de Risco e Controlo Interno, demos continuidade ao caminho encetado nos anos anteriores, este ano, tal como estava previsto, com especial ênfase na vertente do Controlo Interno que tinha sido a menos desenvolvida anteriormente. Esta área assegurou ainda o funcionamento do Comité de Gestão de Riscos e manteve as ações de sensibilização e formação com o objetivo de reforçar a cultura de gestão e controlo de riscos. Por outro lado, coordenou a realização do levantamento dos riscos operacionais, cujos resul-

tados foram, mais uma vez, bastante bons, ao apresentarem índices fora da zona crítica em todos os processos.

No que respeita aos Recursos Humanos, o quadro de colaboradores era composto por 247 pessoas, menos 4 que no ano anterior, mantendo um assinalável equilíbrio entre sexos, sendo 53% homens e 47% mulheres. A média de idades situa-se nos 41 anos e a antiguidade nos 13, indicadores que revelam um bom grau de maturidade. Foram investidas 6.977 horas de formação, correspondentes a uma média de 28 horas por empregado, o que representa um aumento de 40% em relação ao anterior.

A Responsabilidade Social teve, mais uma vez, um lugar de destaque, com várias ações a serem levadas à prática em colaboração com a Fundación MAPFRE:

- Caravana de Educação Rodoviária, que percorreu vários municípios do país, sensibilizando as crianças do ensino básico para a segurança rodoviária;
- Campanha “Ao fim de semana tu decides” de sensibilização dos jovens para a condução sobre o efeito do álcool;

- Campanha “Com mais cuidado”, em colaboração com a Direção Geral de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dirigida à sensibilização da população sénior para os cuidados a ter em casa;
- Campanha “Bebés, crianças e jovens em segurança”, sobre o adequado transporte em veículos, realizada em parceria com a Direção Geral de Saúde e a Associação para a Prevenção da Segurança Infantil;
- Simpósio sobre traumatismos pélvicos com a participação da Ordem dos Médicos e a Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia;
- Congresso sobre riscos psicossociais em contexto de trabalho com a colaboração da Autoridade para as Condições de Trabalho;
- Seminário sobre segurança rodoviária em contexto de trabalho.

Não podemos terminar a abordagem aos aspetos qualitativos sem dar conta, com agrado, do reconhecimento de que foram alvo os produtos e os serviços prestados, nomeadamente:

- Eleição do *Call Center* como o segundo melhor do setor segurador em Portugal, mantendo-se pelo sexto ano consecutivo no *Top 3*;

- Cerca de 85% dos clientes ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos com o atendimento prestado e igual percentagem recomendaria os serviços da MAPFRE, segundo um estudo de satisfação sobre a qualidade dos serviços do *Call Center*;
- Várias referências positivas à valia dos produtos, em publicações de associações de defesa do consumidor;
- Manutenção de um lugar cimeiro no que concerne ao prazo de regularização de sinistros do ramo Automóvel, segundo o “Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado” do Instituto de Seguros de Portugal.

3.6. AGRADECIMENTOS

Num ano bastante exigente para o desenvolvimento da nossa atividade, contámos com a incedível colaboração de inúmeras pessoas e entidades: clientes, mediadores, empregados, fornecedores e entidades oficiais.

Queremos endereçar-lhes uma palavra de agradecimento e apreço, desejando poder continuar a contar com todos no futuro.



CONSULTE O VÍDEO DA FUNDAÇÃO MAPFRE.

3.7. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Tal como foi retratado ao longo deste relatório, os anos que se avizinham serão difíceis e exigentes.

Apesar disso, entendemos continuar a apostar no desenvolvimento da Companhia, não nos desviando das linhas mestras que têm norteado a nossa estratégia ao longo dos últimos anos e que se traduzem em três grandes objetivos: crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial.

Naturalmente, por forma a contrariar os efeitos negativos diretos que o contexto económico ameaça provocar no volume de vendas e face à importância determinante desta variável, dirigiremos o nosso foco para o fortalecimento do processo comercial, tanto do ponto de vista da rede de vendas, como do suporte oferecido desde a estrutura interna, sem deixar de procurar oportunidades para ampliar o leque de canais de distribuição.

Tal como já foi referenciado em pontos anteriores, estão já em implementação uma série de melhorias ao nível do processo comercial, em cuja valia acreditamos, pelo que nos apresentamos otimistas em relação ao futuro.

Além de tudo isto, o plano estratégico contém inúmeras ações a levar a cabo pelas outras áreas internas que contribuem indiretamente para o desenvolvimento do negócio, dirigidas para o aumento da eficiência e da eficácia, mediante a automatização e a melhoria de processos, bem como a capacitação dos Recursos Humanos, através das quais esperamos aumentar a competitividade imediata e tornar mais sólidas as bases que suportarão o desenvolvimento futuro, tanto numa perspetiva de rentabilidade, como de qualidade do serviço prestado.

Assim, conscientes das dificuldades que enfrentaremos, mas com base nas capacidades e no envolvimento de toda a equipa de trabalho com que contamos, preferimos encarar o futuro próximo como um desafio, convictos que conseguiremos atingir os objetivos a que nos propomos.

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 4.286.175,12 € (quatro milhões duzentos e oitenta e seis mil cento e setenta e cinco euros e doze cêntimos), seja destinado ao reforço dos capitais próprios e aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados, no montante de 50.315,05 €;
- Incorporação em reservas no montante de 4.235.860,07 €, dos quais 428.617,51 € em Reserva Legal e 3.807.242,56 € em Reservas Livres.

Lisboa, 4 de março de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
(Presidente)

Filipe Dumont dos Santos
(Vice-Presidente)

António Manuel Cardoso Belo
(Vogal/Administrador Delegado)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Francisco Marco Orenes
(Vogal)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Jesús García Arranz
(Vogal)

Jesús Martínez Castellanos
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Matías Salvá Bennisar
(Vogal)

O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Ribeiro e Silva

PREFERIMOS ENCARAR O FUTURO PRÓXIMO **COMO UM DESAFIO**

CONTAS ANUAIS 2012

03

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2012			Exercício anterior – reexpresso (2011)	Exercício anterior (2011)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido		
	ATIVO					
3.2.1.; 8.; 30.;	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.433.323,77		3.433.323,77	1.074.975,42	1.074.975,42
3.2.2.; 7.;	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17.500.000,00		17.500.000,00	21.555.981,00	21.555.981,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00	0,00
3.2.3.2.1.; 3.5.4.; 6.1.; 6.2.; 6.3.; 6.5.;	Ativos financeiros disponíveis para venda	107.855.222,40		107.855.222,40	103.444.717,06	99.347.513,54
3.2.3.2.2.;	Empréstimos concedidos e contas a receber	10.006.229,17	0,00	10.006.229,17	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00	0,00
	Outros depósitos	10.006.229,17		10.006.229,17	0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00	0,00
3.2.3.2.3.; 6.1.; 6.2.; 6.5.;	Investimentos a deter até à maturidade	5.587.583,97		5.587.583,97	5.508.213,46	5.508.213,46
3.2.4.; 3.5.3.; 9.;	Terrenos e edifícios	18.943.046,99	4.167.795,67	14.775.251,32	15.178.213,21	15.178.213,21
	Terrenos e edifícios de uso próprio	17.718.107,58	3.850.103,40	13.868.004,18	14.458.855,64	14.458.855,64
	Terrenos e edifícios de rendimento	1.224.939,41	317.692,27	907.247,14	719.357,57	719.357,57
3.2.5.; 10.;	Outros ativos tangíveis	6.850.560,27	5.636.952,28	1.213.607,99	1.097.612,98	1.097.612,98
	Inventários			0,00	0,00	0,00
3.2.19.; 7.1.;	Goodwill			0,00	1.895.107,00	1.895.107,00
3.2.6.; 12.;	Outros ativos intangíveis	5.038.895,86	4.884.348,15	154.547,71	4.800.560,70	4.800.560,70
3.2.7.; 4.1.;	Provisões técnicas de resseguro cedido	22.134.340,20		22.134.340,20	31.407.260,77	26.582.819,22
	Provisão para prémios não adquiridos	4.608.437,47		4.608.437,47	7.912.484,92	7.803.388,95
	Provisão matemática do ramo Vida			0,00	0,00	0,00
4.1.;	Provisão para sinistros	17.525.902,73		17.525.902,73	23.494.775,85	18.779.430,27
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00	0,00
3.2.8.; 3.5.1.; 23.;	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	171.962,13	0,00	171.962,13	2.376.701,91	2.376.701,91
3.2.9.; 13.;	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	13.372.466,86	1.304.171,89	12.068.294,97	13.311.076,61	12.983.006,32
	Contas a receber por operações de seguro direto	10.197.458,32	971.585,15	9.225.873,17	10.490.352,85	10.214.892,92
4.3.2.;	Contas a receber por operações de resseguro	450.726,02		450.726,02	252.068,75	199.458,39
	Contas a receber por outras operações	2.724.282,52	332.586,74	2.391.695,78	2.568.655,01	2.568.655,01
	Ativos por impostos e taxas	935.610,49		935.610,49	3.628.998,74	3.628.998,74
3.2.17.1.; 24.1.;	Ativos por impostos correntes	438.912,83		438.912,83	465.383,79	465.383,79
3.2.17.2.; 24.2.;	Ativos por impostos diferidos	496.697,66		496.697,66	3.163.614,95	3.163.614,95
3.2.1.3.;	Acréscimos e diferimentos	110.601,27		110.601,27	163.963,74	163.963,74
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					9.249.715,36
	TOTAL ATIVO	211.939.843,38	15.993.267,99	195.946.575,39	205.443.382,60	205.443.382,60

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2012	Exercício anterior – reexpresso (2011)	Exercício anterior (2011)
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
	PASSIVO			
3.5.2.;	Provisões técnicas	123.660.469,82	128.132.569,05	119.303.709,31
3.2.10.1.; 4.1.;	Provisão para prémios não adquiridos	23.769.830,16	26.212.900,87	26.008.501,92
	Provisão matemática do ramo vida			
3.2.10.4.; 4.1.;	Provisão para sinistros	95.058.291,34	96.066.988,87	89.437.560,26
	De vida			
	De acidentes de trabalho	31.815.909,27	29.615.022,43	29.615.022,43
	De outros ramos	63.242.382,07	66.451.966,44	59.822.537,83
	Provisão para participação nos resultados			
	Provisão para compromissos de taxa			
	Provisão para estabilização de carteira			
3.2.10.3.; 4.1.;	Provisão para desvios de sinistralidade	2.413.091,37	2.566.047,53	646.511,60
3.2.10.2.; 4.1.;	Provisão para riscos em curso	2.419.256,95	3.286.631,78	3.211.135,53
	Outras provisões técnicas			
3.2.11.;	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			
	Outros passivos financeiros	82.294,30	6.219.203,17	6.085.023,57
	Derivados de cobertura			
	Passivos subordinados			
3.2.11.;	Depósitos recebidos de resseguradores	82.294,30	6.219.203,17	6.085.023,57
	Outros			
3.2.8.; 3.5.1.; 23.;	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	169.715,79	1.941.295,32	1.941.295,32
3.2.12.;	Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.262.461,73	9.557.321,11	9.281.311,93
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.000.796,82	5.114.245,30	5.052.320,57
4.3.2.;	Contas a pagar por operações de resseguro	546.170,09	1.485.706,03	1.271.621,58
7.;	Contas a pagar por outras operações	715.494,82	2.957.369,78	2.957.369,78
	Passivos por impostos	3.097.076,30	2.741.172,06	2.730.505,22
3.2.17.1.; 24.1.;	Passivos por impostos correntes	2.776.388,53	2.741.172,06	2.730.505,22
3.2.17.2.; 24.2.;	Passivos por impostos diferidos	320.687,77	0,00	0,00
3.2.13.;	Acréscimos e diferimentos	2.938.945,96	3.118.855,91	3.118.855,91
3.2.14.; 13.;	Outras provisões	23.787,09	1.249.473,98	1.249.473,98
	Outros elementos do passivo			
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			9.249.715,36
	TOTAL PASSIVO	135.234.750,99	152.959.890,60	152.959.890,60
	CAPITAL PRÓPRIO			
25.;	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)			
	Outros instrumentos de capital			
26.;	Reservas de reavaliação	466.539,48	-6.615.169,05	-6.615.169,05
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	466.539,48	-6.615.169,05	-6.615.169,05
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
	Por revalorização de outros ativos tangíveis			
	Por revalorização de ativos intangíveis			
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
	De diferenças de câmbio			
26.;	Reserva por impostos diferidos	-123.632,96	1.753.019,80	1.753.019,80
26.;	Outras reservas	22.923.777,71	22.719.957,62	22.719.957,62
	Resultados transitados	50.315,05	50.315,05	50.315,05
	Resultado do exercício	4.286.175,12	1.466.718,58	1.466.718,58
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	60.711.824,40	52.483.492,00	52.483.492,00
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	195.946.575,39	205.443.382,60	205.443.382,60

		Exercício 2012				Exercício anterior (2011)
Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
3.2.16.; 14.;	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	82.627.978,38		82.627.978,38	75.570.132,31	
	Prêmios brutos emitidos	92.689.196,98		92.689.196,98	102.588.180,86	
	Prêmios de resseguro cedido	9.708.216,68		9.708.216,68	29.391.260,77	
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	-3.187.988,22		-3.187.988,22	78.580,44	
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-3.540.990,14		-3.540.990,14	2.451.792,66	
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	65.640.565,03		65.640.565,03	57.328.642,46	
	Montantes pagos	60.680.389,44		60.680.389,44	65.298.628,08	
Anexo 3.1. e 3.2.;	Montantes brutos	82.653.245,59		82.653.245,59	77.464.630,20	
	Parte dos resseguradores	21.972.856,15		21.972.856,15	12.166.002,12	
	Provisão para sinistros (variação)	4.960.175,59		4.960.175,59	-7.969.985,62	
3.2.10.4.; Anexo 3.1. e 3.2.;	Montante bruto	-1.008.697,53		-1.008.697,53	-6.115.973,75	
	Parte dos resseguradores	-5.968.873,12		-5.968.873,12	1.854.011,87	
3.2.10.2.; 3.2.10.3.;	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-1.020.330,99		-1.020.330,99	600.809,45	
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
	Custos e gastos de exploração líquidos	21.039.295,72		21.039.295,72	18.734.251,17	
3.2.15.; 15.; 21.;	Custos de aquisição	17.251.891,06		17.251.891,06	19.206.107,44	
	Custos de aquisição diferidos (variação)	744.917,51		744.917,51	-129.511,28	
	Gastos administrativos	4.343.083,62		4.343.083,62	4.419.707,12	
3.2.16.;	Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.300.596,47		1.300.596,47	4.762.052,11	
3.2.3.2.1.; 16.2.1.;	Rendimentos	5.090.027,32	0,00	5.090.027,32	5.099.990,72	
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.050.808,70		5.050.808,70	5.044.282,31	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			0,00	0,00	
	Outros	39.218,62		39.218,62	55.708,41	
16.2.2.;	Gastos financeiros	1.084.535,29	0,00	1.084.535,29	1.275.970,80	
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	136.339,77		136.339,77	125.888,88	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			0,00	0,00	
	Outros	948.195,52		948.195,52	1.150.081,92	

(continua)

		Exercício 2012				Exercício anterior (2011)
Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
17.;	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		339.550,73	0,00	339.550,73	32.506,30
	De ativos disponíveis para venda		339.550,73		339.550,73	26.831,14
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	5.675,16
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-33.782,58	0,00	-33.782,58	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-33.782,58		-33.782,58	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
3.2.3.2.4.; 3.5.4.; 6.3.;	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		1.837.599,91	0,00	1.837.599,91	6.298.290,72
	De ativos disponíveis para venda		1.729.512,00		1.729.512,00	3.105.389,39
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		108.087,91		108.087,91	3.192.901,33
7.;	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		20.614,95		20.614,95	-96.118,27
	Outras provisões (variação)			146.413,51	146.413,51	-763.523,44
13.;	Outros rendimentos/gastos			7.391.743,23	7.391.743,23	4.634.505,05
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		-537.276,16	7.245.329,72	6.708.053,56	1.766.574,95
3.2.17.1.; 3.5.5.; 24.1.;	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			1.473.785,70	1.473.785,70	1.163.741,00
3.2.17.2.; 24.2.;	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			948.092,74	948.092,74	-863.884,63
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-537.276,16	4.823.451,28	4.286.175,12	1.466.718,58

		Euros		
Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	
	Balanço a 31 de dezembro 2011 (balanço de abertura)	33.108.650,00	-6.615.169,05	1.753.019,80
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35			
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35			
	Balanço de abertura alterado	33.108.650,00	-6.615.169,05	1.753.019,80
	Aumentos/reduções de capital			
	Transação de ações próprias			
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		7.081.708,53	-1.876.652,76
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio			
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados			
	Distribuição de reservas			
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos			
	Alterações de estimativas contabilísticas			
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio			
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas			
	Total das variações do capital próprio		7.081.708,53	-1.876.652,76
	Resultado líquido do exercício			
	Distribuição antecipada de lucros			
	Balanço a 31 de Dezembro 2012	33.108.650,00	466.539,48	-123.632,96

(continua)

		Euros					
Notas do anexo	Conta de ganhos e perda	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas			
	Balanço a 31 de dezembro 2011 (balanço de abertura)	3.573.172,57	2.979.548,04	16.167.237,01	50.315,05	1.466.718,58	52.483.492,00
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35						
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35						
	Balanço de abertura alterado	3.573.172,57	2.979.548,04	16.167.237,01	50.315,05	1.466.718,58	52.483.492,00
	Aumentos/reduções de capital						
	Transação de ações próprias						
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos						
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda						5.205.055,77
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio						
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis						
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis						
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa						
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira						
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio						
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					-162.859,55	-162.859,55
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	146.671,86		220.007,78			-366.679,64
	Distribuição de reservas						
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos					-1.100.038,94	-1.100.038,94
	Alterações de estimativas contabilísticas						
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio						
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						
	Total das variações do capital próprio	146.671,86		57.148,23		-1.466.718,58	3.942.157,28
	Resultado líquido do exercício					4.286.175,12	4.286.175,12
	Distribuição antecipada de lucros						
	Balanço a 31 de Dezembro 2012	3.719.844,43	2.979.548,04	16.224.385,24	50.315,05	4.286.175,12	60.711.824,40

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	
	Balanco a 31 de dezembro 2010 (balanco de abertura)	33.108.650,00	-6.698.511,83	1.775.105,63
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35			
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35			
	Balanco de abertura alterado	33.108.650,00	-6.698.511,83	1.775.105,63
	Aumentos/reduções de capital			
	Transação de ações próprias			
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		83.342,78	-22.085,83
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio			
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados			
	Distribuição de reservas			
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos			
	Alterações de estimativas contabilísticas			
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio			
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas			
	Total das variações do capital próprio		83.342,78	-22.085,83
	Resultado líquido do exercício			
	Distribuição antecipada de lucros			
	Balanco a 31 de Dezembro 2011	33.108.650,00	-6.615.169,05	1.753.019,80

(continua)

Euros

(continuação)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perda	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas			
	Balanco a 31 de dezembro 2010 (balanco de abertura)	3.392.215,29	2.979.548,04	15.208.081,08		1.809.572,77	51.574.660,98
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35						
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35						
	Balanco de abertura alterado	3.392.215,29	2.979.548,04	15.208.081,08		1.809.572,77	51.574.660,98
	Aumentos/reduções de capital						
	Transação de ações próprias						
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos						
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda						61.256,95
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio						
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis						
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis						
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa						
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira						
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio						
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-162.859,56	50.315,05	-112.544,51
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	180.957,28			1.122.015,49		-1.302.972,77
	Distribuição de reservas						
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos					-506.600,00	-506.600,00
	Alterações de estimativas contabilísticas						
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio						
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						
	Total das variações do capital próprio	180.957,28		959.155,93	50.315,05	-1.809.572,77	-557.887,56
	Resultado líquido do exercício					1.466.718,58	1.466.718,58
	Distribuição antecipada de lucros						
	Balanco a 31 de Dezembro 2011	3.573.172,57	2.979.548,04	16.167.237,01	50.315,05	1.466.718,58	52.483.492,00

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2012	Exercício anterior (2011)
	Resultado líquido do exercício	4.805.949,15	1.466.718,58
	Outro rendimento integral do exercício	6.775.940,38	56.511,64
17.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	7.081.708,53	83.342,78
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	305.768,15	26.831,14
	Reconhecimento de impostos diferidos	-1.876.652,76	-22.085,83
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	9.705.236,77	1.501.144,39

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

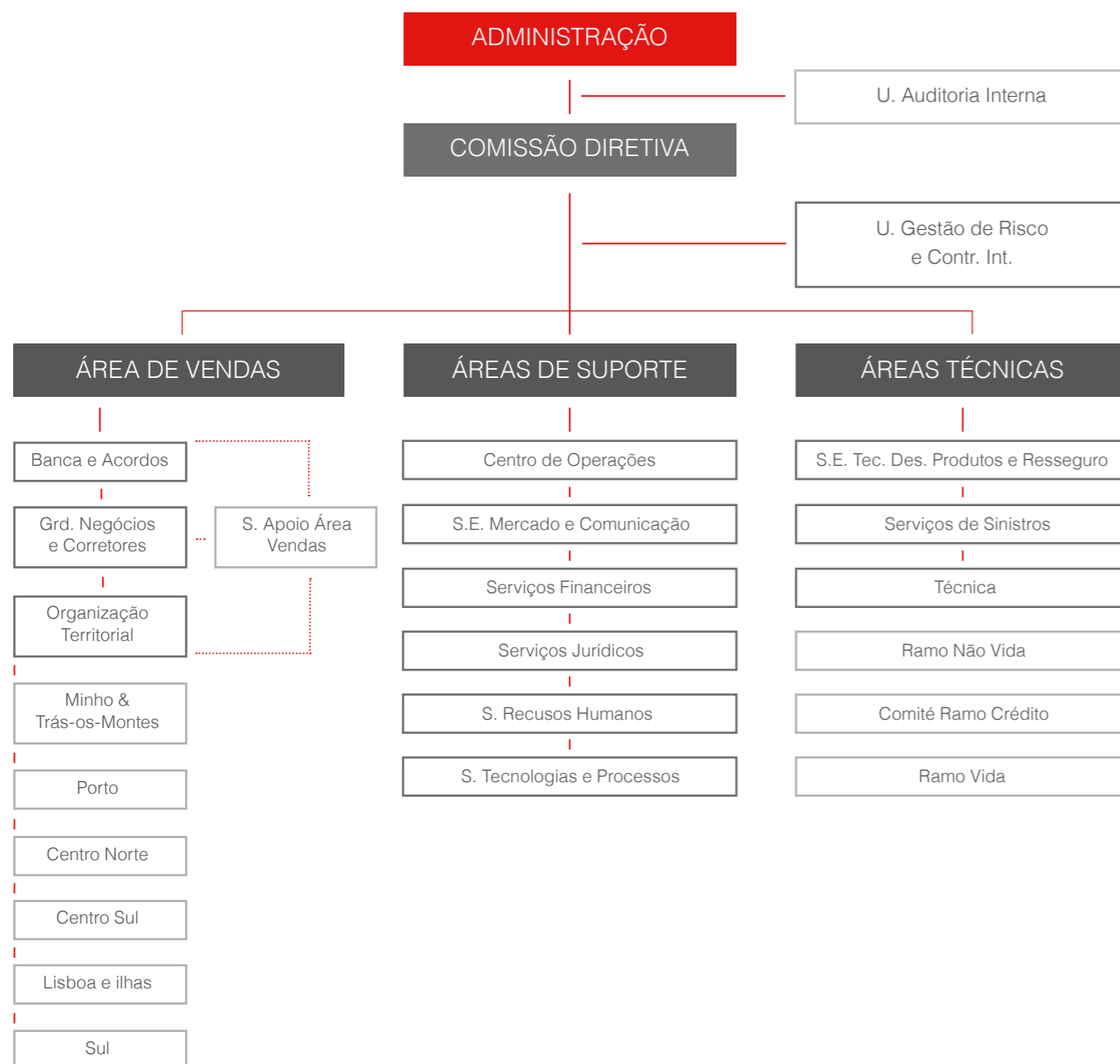
04

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A., foi constituída por escritura a 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A do ISP e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. MAPFRE Seguros Gerais, S.A., exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano 2012, prémios no valor de 92,7 milhões de euros, que representam um decréscimo de 9,6% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 20% e de Autos 54%, e os restantes 26% aos ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2012, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2013, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2011 e 2012 e foram preparadas com base no regime contabilístico, estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei n.º 25/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

Em 31 de dezembro de 2011, existia um acordo de intenções assinado para a constituição de uma aliança estratégica entre a MAPFRE e a EULER HERMES no negócio dos seguros de Caução e Crédito em Espanha, Portugal e América Latina. Esta aliança tinha como objetivo consolidar o negócio do ramo de Caução e Crédito de ambos os grupos. A criação da *joint venture* pressupunha a transferência dos ativos e passivos associados ao ramo de Caução e Crédito de ambos os grupos. Assim, de acordo com IFRS 5, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha refletido no seu Balanço Ativos e Passivos não correntes detidos para venda, que correspondiam aos ativos e passivos que integravam a transação:

Balanço em 31-12-2011	Crédito e caução
Ativo	
Ativos financeiros	4.097.203,52
Ativos financeiros	4.097.203,52
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.824.441,55
Provisão para prémios não adquiridos	109.095,97
Provisão para sinistros	4.715.345,58
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	328.070,29
Contas a receber por operações de seguro direto	275.459,93
Contas a receber por operações de resseguro	52.610,36
TOTAL ATIVO	9.249.715,36



Balço em 31-12-2011	Crédito e caução
Passivo	
Provisões técnicas de seguro direto	8.828.859,74
Provisão para prémios não adquiridos	204.398,95
Provisão para sinistros	6.629.428,61
Provisão para desvios de sinistralidade	1.919.535,93
Provisão para riscos em curso	75.496,25
Outros passivos financeiros	134.179,60
Depósitos recebidos de resseguradores	134.179,60
Outros credores por operações de seguros e outras operações	276.009,18
Contas a pagar por operações de seguro direto	61.924,73
Contas a pagar por operações de resseguro	214.084,45
Passivos por impostos e taxas	10.666,84
Passivos por impostos (e taxas) correntes	10.666,84
TOTAL PASSIVO	9.249.715,36

Em 2012, em virtude de um conjunto de dificuldades de negociação, não foi concretizada a referida *joint venture* para o negócio de seguros de Caução e Crédito. Assim, os valores de Balço de 31 de dezembro de 2011 foram reexpressos por forma a refletir a realidade e a comparabilidade dos valores.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando, no entanto, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Crédito e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Aéreo, Mercadorias e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2012 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2012			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
20%	54%	2%	24%

Exercício de 2011			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
21%	53%	1%	25%

2.2. O Balço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balço global da Companhia, foi elaborado, com exceção dos Ativos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos (que já estavam registados por ramos de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.

Euros

Balço	Exercício de 2012					
	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.433.323,77	3.433.323,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em filiais	17.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.855.222,40	39.721.719,94	56.550.807,04	4.088.010,15	7.494.685,27	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.006.229,17	0,00	8.305.170,21	600.373,75	1.100.685,21	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	5.587.583,97	0,00	4.637.694,70	335.255,04	614.634,24	0,00
Terrenos e edifícios	14.775.251,32	4.875.832,94	8.126.388,23	591.010,05	1.182.020,11	0,00
Outros ativos tangíveis	1.213.607,99	400.490,64	667.484,39	48.544,32	97.088,64	0,00
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	154.547,71	51.000,74	85.001,24	6.181,91	12.363,82	0,00
Outros ativos intangíveis	154.547,71	51.000,74	85.001,24	6.181,91	12.363,82	0,00
Investimentos em filiais – <i>Value In-Force</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.134.340,20	852,92	3.616.130,97	5.360.793,12	13.156.563,19	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	171.962,13	56.747,50	94.579,17	6.878,49	13.756,97	0,00
Outros devedores p/operações de seguros e outras	12.068.294,97	2.227.096,24	6.763.757,81	567.312,20	2.510.128,72	0,00
Ativos por impostos e taxas	935.610,49	308.751,46	514.585,77	37.424,42	74.848,84	0,00
Acréscimos e diferimentos	110.601,27	36.498,42	60.830,70	4.424,05	8.848,10	0,00
TOTAL ATIVO	195.946.575,39	51.112.314,57	89.422.430,22	11.646.207,50	26.265.623,10	17.500.000,00
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
PASSIVO						
Provisões técnicas	123.660.469,82	33.365.083,17	59.638.892,91	9.755.023,81	20.901.469,93	0,00
Outros passivos financeiros	82.294,30	0,00	0,00	82.409,64	-115,34	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	169.715,79	56.006,21	93.343,68	6.788,63	13.577,26	0,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	5.262.461,73	1.705.367,65	2.729.754,40	238.913,40	588.426,28	0,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	5.262.461,73	1.705.367,65	2.729.754,40	238.913,40	588.426,28	0,00
Outros credores p/investimentos em filiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	3.097.076,30	1.022.035,18	1.703.391,97	123.883,05	247.766,10	0,00
Acréscimos e diferimentos	2.938.945,96	969.852,17	1.616.420,28	117.557,84	235.115,68	0,00
Outras provisões	23.787,09	7.849,74	13.082,90	951,48	1.902,97	0,00
TOTAL PASSIVO	135.234.750,99	37.126.194,12	65.794.886,14	10.325.527,85	21.988.142,88	0,00
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	33.108.650,00	8.939.335,50	15.892.152,00	2.648.692,00	5.628.470,50	0,00
Reservas de reavaliação	466.539,48	679.835,40	-177.035,61	-12.797,76	-23.462,55	0,00
Reserva por impostos diferidos	-123.632,96	-180.156,38	46.914,44	3.391,41	6.217,58	0,00
Outras reservas	22.923.777,71	6.189.419,98	11.003.413,30	1.833.902,22	3.897.042,21	0,00
Resultados transitados	50.315,05	13.585,06	24.151,22	4.025,20	8.553,56	0,00
Resultado do exercício	4.286.175,12	-829.496,81	-542.206,56	-657.270,02	1.491.697,23	0,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	60.711.824,40	14.812.522,75	26.247.388,79	3.819.943,05	11.008.518,52	0,00
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	195.946.575,39	51.938.716,87	92.042.274,93	14.145.470,90	32.996.661,40	0,00

Euros

Balço	Exercício de 2011					
	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.074.975,42	343.992,13	591.236,48	42.999,02	96.747,79	0,00
Investimentos em filiais	21.555.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.555.981,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	103.444.717,06	31.631.996,65	58.168.303,53	4.308.763,22	9.335.653,65	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	5.508.213,46	0,00	4.461.652,90	330.492,81	716.067,75	0,00
Terrenos e edifícios	15.178.213,21	4.857.028,23	8.348.017,27	607.128,53	1.366.039,19	0,00
Outros ativos tangíveis	1.097.612,98	351.236,15	603.687,14	43.904,52	98.785,17	0,00
<i>Goodwill</i>	1.895.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.895.107,00
Ativos intangíveis	4.800.560,70	74.001,82	127.190,64	9.250,23	20.813,01	4.569.305,00
Outros ativos intangíveis	231.255,70	74.001,82	127.190,64	9.250,23	20.813,01	4.569.305,00
Investimentos em filiais – <i>Value In-Force</i>	4.569.305,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	31.407.260,77	44.788,17	10.486.491,32	4.824.441,55	16.051.539,73	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	2.376.701,91	760.544,61	1.307.186,05	95.068,08	213.903,17	0,00
Outros devedores p/operações de seguros e outras	13.311.076,61	2.558.036,18	7.516.194,57	479.510,36	2.757.335,50	0,00
Ativos por impostos e taxas	3.628.998,74	418.845,56	2.599.400,84	191.785,95	418.966,39	0,00
Acréscimos e diferimentos	163.963,74	52.468,40	90.180,06	6.558,55	14.756,74	0,00
TOTAL ATIVO	205.443.382,60	41.092.937,90	94.299.540,79	10.939.902,81	31.090.608,09	28.020.393,00
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
PASSIVO						
Provisões técnicas	128.132.569,05	31.257.997,64	63.478.934,03	8.828.859,74	24.566.777,64	0,00
Outros passivos financeiros	6.219.203,17	0,00	6.086.191,49	134.179,60	-1.167,92	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	1.941.295,32	621.214,50	1.067.712,43	77.651,81	174.716,58	0,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	9.557.321,11	2.599.896,59	3.724.764,34	308.436,25	660.212,94	2.264.011,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	7.293.310,11	2.599.896,59	3.724.764,34	308.436,25	660.212,94	2.264.011,00
Outros credores p/investimentos em filiais	2.264.011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	2.741.172,06	877.175,06	1.507.644,63	109.646,88	246.705,49	0,00
Acréscimos e diferimentos	3.118.855,91	998.033,89	1.715.370,75	124.754,24	280.697,03	0,00
Outras provisões	1.249.473,98	399.831,67	687.210,69	49.978,96	112.452,66	0,00
TOTAL PASSIVO	152.959.890,60	36.754.149,35	78.267.828,36	9.633.507,48	26.040.394,41	2.264.011,00
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	33.108.650,00	7.946.076,00	16.554.325,00	2.317.605,50	6.290.643,50	0,00
Reservas de reavaliação	-6.615.169,05	-337.927,94	-5.084.565,30	-376.634,47	-816.041,34	0,00
Reserva por impostos diferidos	1.753.019,80	89.550,90	1.347.409,80	99.808,13	216.250,96	0,00
Outras reservas	22.719.957,62	5.452.789,83	11.359.978,81	1.590.397,03	4.316.791,95	0,00
Resultados transitados	50.315,05	12.075,61	25.157,53	3.522,05	9.559,86	0,00
Resultado do exercício	1.466.718,58	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46	0,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	52.483.492,00	13.737.558,04	19.881.194,71	4.134.805,74	12.792.224,38	0,00
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	205.443.382,60	50.491.707,40	98.149.023,07	13.768.313,22	38.832.618,79	2.264.011,00

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Euros

Exercício de 2012					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	82.627.978,38	18.894.715,59	54.598.597,07	248.028,27	8.886.637,45
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	65.640.565,03	17.177.959,92	43.282.683,10	707.461,90	4.472.460,11
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-1.020.330,99	37.032,01	-1.294.564,10	52.947,73	184.253,37
Custos e gastos de exploração líquidos	21.039.295,72	4.196.668,27	14.177.641,68	248.846,79	2.416.138,98
Rendimentos	5.090.027,32	1.808.713,54	2.788.466,61	110.882,08	381.965,09
Gastos financeiros	1.084.535,29	243.471,37	599.300,28	48.666,06	193.097,58
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.550,73	130.399,66	177.476,84	7.273,99	24.400,24
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-33.782,58	0,00	-28.729,33	-1.031,62	-4.021,63
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.837.599,91	0,00	1.345.457,49	24.561,73	467.580,69
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	20.614,95	-8.194,03	32.500,70	1.721,58	-5.413,30
RESULTADO TÉCNICO	-537.276,16	-829.496,81	-542.206,56	-715.609,91	1.550.037,12
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	146.413,51				
Outros rendimentos/gastos	7.391.743,23				
RESULTADO NÃO TÉCNICO	7.245.329,72	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	6.708.053,56	-829.496,81	-542.206,56	-715.609,91	1.550.037,12
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	1.473.785,70				
Imposto /rendimento do exercício – Impostos diferidos	948.092,74				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.286.175,12	-829.496,81	-542.206,56	-715.609,91	1.550.037,12

Euros

Exercício de 2011					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	75.570.132,31	20.754.414,45	45.625.732,59	230.688,57	8.959.296,70
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	57.328.642,46	17.055.242,76	35.534.479,20	-52.489,52	4.791.410,02
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	600.809,45	0,00	1.188.204,30	-4.732,31	-582.662,54
Custos e gastos de exploração líquidos	18.734.251,17	4.321.136,43	12.250.935,40	-51.367,52	2.213.546,86
Rendimentos	5.099.990,72	1.510.268,17	2.263.201,61	307.529,42	1.018.991,52
Gastos financeiros	1.275.970,80	239.048,21	736.940,56	56.679,17	243.302,86
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	32.506,30	-41.210,00	46.387,76	6.574,43	20.754,11
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	3.137.827,72	0,00	2.505.288,73	100.249,94	532.289,05
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	-96.118,27	-33.051,58	-40.584,90	3.654,83	-26.136,62
RESULTADO TÉCNICO	-470.990,54	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	3.160.463,00				
Outras provisões (variação)	-763.523,44				
Outros rendimentos/gastos	4.634.505,05				
RESULTADO NÃO TÉCNICO	2.237.565,49	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.766.574,95	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	1.163.741,00				
Imposto /rendimento do exercício – Impostos diferidos	-863.884,63				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.466.718,58	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46

Nos exercícios de 2012 e 2011, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No exercício de 2012, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site www.mapfre.com.

3.2. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa-mãe. Presume-se a existência de controlo quando a empresa-mãe for proprietária, direta ou indiretamente, através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excecionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo.

Também existe controlo quando a empresa-mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- poder para gerir a política financeira e operacional da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;

- c) poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou
- d) poder para representar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direção ou de um órgão equivalente e o controlo da entidade for feito por esses conselho ou órgão.

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo, através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo, através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) fornecimento de informação técnica essencial.

Numa concentração de atividades empresariais, a adquirente deve, à data da aquisição:

- a) reconhecer o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo; e
- b) inicialmente, mensurar esse *Goodwill* pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

Com a finalidade de testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais deve, a partir da data da aquisição, ser imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresariais, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida, serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *Goodwill* seja assim imputado deve:

- a) representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o *Goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna; e
- b) não ser maior do que um segmento baseado no formato de relato primário.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (Nota 7).

3.2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.3.1. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber", "Outros depósitos" e "Investimentos a deter até à maturidade".

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são acrescidos ao valor do ativo.

3.2.3.2. MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

Nesta rubrica registam-se os depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.3.2.3. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção firme de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos fi-

nanceiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade".

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.4. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente, por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras, testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e



- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;

- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui "um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo", a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;

- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2012 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.4. EDIFÍCIOS

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

3.2.5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.6. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos com *software* encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

3.2.7. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.2.8.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/1/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.^a do referido Contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

b) Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/1/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados derivadas desse plano obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/1/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices contratadas junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada, consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.8.2. PRÉMIO DE PERMANÊNCIA

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/1/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pró rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

3.2.8.3. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.9. OUTROS DEVEDORES

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

3.2.10. PROVISÕES TÉCNICAS

3.2.10.1. PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS DO SEGURO DIRETO E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, utilizando o método *pró rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.10.2. PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Proteção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 do ISP.

3.2.10.3. PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os Ramos de Caução e Crédito.

3.2.10.4. PROVISÃO PARA SINISTROS DE SEGURO DIRETO

3.2.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica, para que não resulte imprudente nem excessivamente conservadora.

3.2.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimacão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evoluçao dos custos totais e a cadência de pagamentos.

3.2.10.4.3. Sinistros pendentes de declaracão (IBNR)

A estimacão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

3.2.10.4.4. Responsabilidades com assisténcia vitalícia

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

3.2.10.4.5. Gastos de tramitaçao dos sinistros pendentes

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidaçao e os sinistros pendentes de declaracão. É calculada com base na avaliaçao do histórico da Companhia.

3.2.10.4.6. Provisao matemática de Acidentes de Trabalho

Corresponde ao valor atual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projeçao atuarial. São apresentadas na Nota 4 informaçoes adicionais conducentes à clarificaçao dos métodos e pressupostos adotados na determinaçao destas provisoes.

3.2.11. PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

3.2.12. OUTROS CREDORES

A valorização efetua-se ao custo histórico.

3.2.13. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

3.2.14. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.15. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

3.2.16. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.2.10.4. e 3.2.7., são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.17. IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.17.1. IMPOSTOS CORRENTES

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.



Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

3.2.17.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.18. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.19 CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS E GOODWILL

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transação, de ativos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitido, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data da aquisição.

O *Goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que se verificar que o justo valor excede o custo de aquisição (*Goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes, o *Goodwill* positivo é registado no ativo, não sendo amortizado. No entanto, é objeto de testes de imparidade numa base anual, sendo refletidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização de teste de imparidade, o *Goodwill* apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O *Goodwill* imputado a cada Unidade é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do *Goodwill* é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o *Goodwill* respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em *Goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2012, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2012

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na nota 33.2. encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2012.

3.5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS DE JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.5.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea 3.2.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.5.2. DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.2.10. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.5.3. DEFINIÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS EDIFÍCIOS

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

3.5.4. PERDAS POR DETERIORO DE DETERMINADOS ATIVOS

A Companhia reconhece as perdas por deterioro dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos imóveis e instrumentos financeiros, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.5.5. DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

3.5.6. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO.

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.10.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras

I) Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efetuada pelo valor garantido ou reclamado, se menor, e, no ramo de Crédito, pelo valor efetivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia, mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efetivo.

II) Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes processos efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

III) Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes expedientes efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

IV) Responsabilidades com assistência vitalícia

As provisões para assistência vitalícia são estimadas caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

V) Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

VI) Provisão matemática de Acidentes de Trabalho

É calculada segundo métodos de projeção atuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

Descrição	Valor dos Capitais de Remissão	Provisões Matemáticas
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas para o valor dos capitais de remissão apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

c) Alterações nas metodologias de cálculo das Provisões Técnicas

A Companhia não considerou quaisquer alterações, nos exercícios de 2012 e 2011, nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

d) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2012 e 2011 – Provisões técnicas

Exercício de 2012				
Provisões Técnicas – Seguro Directo	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	26.212.900,87	744.917,51	3.187.988,22	23.769.830,16
Prémios não adquiridos	32.186.241,15	0,00	3.187.988,22	28.998.252,93
Custos de aquisição diferidos	-5.973.340,28	744.917,51	0,00	-5.228.422,77
Provisão para sinistros	96.066.988,87	2.564.001,95	3.572.699,48	95.058.291,34
De Acidentes de Trabalho	29.615.022,43	2.200.886,84	0,00	31.815.909,27
Matemática	19.966.833,19	708.184,14	0,00	20.675.017,33
Assistência vitalícia	2.067.745,05	500.818,76	0,00	2.568.563,81
Outras prestações e custos	5.276.892,58	599.048,60	0,00	5.875.941,18
IBNR	490.007,70	344,57	0,00	490.352,27
IBNER	1.498.791,22	332.486,20	0,00	1.831.277,42
Custos de gestão de sinistros	314.752,69	60.004,57	0,00	374.757,26
De outros seguros	66.451.966,44	363.115,11	3.572.699,48	63.242.382,07
Prestações	52.138.430,51	0,00	2.840.764,11	49.297.666,40
IBNR	6.523.746,68	0,00	731.935,37	5.791.811,31
IBNER	6.283.999,75	216.074,08	0,00	6.500.073,83
Custos de gestão de sinistros	1.505.789,50	147.041,03	0,00	1.652.830,53
Outras provisões técnicas	5.852.679,31	0,00	1.020.330,99	4.832.348,32
Provisão para desvios de sinistralidade	2.566.047,53	0,00	152.956,16	2.413.091,37
Provisão para riscos em curso	3.286.631,78	0,00	867.374,83	2.419.256,95
TOTAL	128.132.569,05	3.308.919,46	7.781.018,69	123.660.469,82

Exercício de 2011				
Provisões Técnicas – Seguro Directo	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	26.263.831,71	78.580,44	129.511,28	26.212.900,87
Prémios não adquiridos	32.107.660,71	78.580,44	0,00	32.186.241,15
Custos de aquisição diferidos	-5.843.829,00	0,00	129.511,28	-5.973.340,28
Provisão para sinistros	102.182.962,62	1.630.957,33	7.746.931,08	96.066.988,87
De Acidentes de Trabalho	29.248.144,15	1.630.957,33	1.264.079,05	29.615.022,43
Matemática	19.381.097,21	585.735,98	0,00	19.966.833,19
Assistência vitalícia	1.628.647,57	439.097,48	0,00	2.067.745,05
Outras prestações e custos	6.540.971,63	0,00	1.264.079,05	5.276.892,58
IBNR	366.442,34	123.565,36	0,00	490.007,70
IBNER	1.021.459,33	477.331,89	0,00	1.498.791,22
Custos de gestão de sinistros	309.526,07	5.226,62	0,00	314.752,69
De outros seguros	72.934.818,47	0,00	6.482.852,03	66.451.966,44
Prestações	58.008.517,66	0,00	5.870.087,15	52.138.430,51
IBNR	6.639.243,55	0,00	115.496,87	6.523.746,68
IBNER	6.343.468,58	0,00	59.468,83	6.283.999,75
Custos de gestão de sinistros	1.943.588,68	0,00	437.799,18	1.505.789,50
Outras provisões técnicas	5.251.869,86	600.809,45	0,00	5.852.679,31
Provisão para desvios de sinistralidade	2.558.289,67	7.757,86	0,00	2.566.047,53
Provisão para riscos em curso	2.693.580,19	593.051,59	0,00	3.286.631,78
TOTAL	133.698.664,19	2.310.347,22	7.876.442,36	128.132.569,05

Exercício de 2012

Provisões Técnicas – Resseguro Cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	7.912.484,92	236.942,69	3.540.990,14	4.608.437,47
Prémios não adquiridos	9.080.927,32	0,00	3.540.990,14	5.539.937,18
Custos de aquisição diferidos	-1.168.442,40	236.942,69	0,00	-931.499,71
Provisão para sinistros	23.494.775,85	0,00	5.968.873,12	17.525.902,73
Prestações	19.232.049,05	0,00	4.758.277,08	14.473.771,97
IBNR	3.076.897,60	0,00	917.474,46	2.159.423,14
IBNER	1.185.829,20	0,00	293.121,58	892.707,62
TOTAL	31.407.260,77	236.942,69	9.509.863,26	22.134.340,20

Exercício de 2011

Provisões Técnicas – Resseguro Cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	5.584.870,83	2.451.792,66	124.178,57	7.912.484,92
Prémios não adquiridos	6.629.134,66	2.451.792,66	0,00	9.080.927,32
Custos de aquisição diferidos	-1.044.263,83	0,00	124.178,57	-1.168.442,40
Provisão para sinistros	21.640.763,98	1.854.011,87	0,00	23.494.775,85
Prestações	18.449.471,04	782.578,01	0,00	19.232.049,05
IBNR	2.845.892,09	231.005,51	0,00	3.076.897,60
IBNER	345.400,85	840.428,35	0,00	1.185.829,20
TOTAL	27.225.634,81	4.305.804,53	124.178,57	31.407.260,77

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos, relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas”.

e) Importâncias decorrentes da anulação de um contrato de resseguro do ramo Automóvel

Face aos diversos investimentos realizados em filiais, não aptos para a representação das provisões técnicas, bem como às desvalorizações dos instrumentos financeiros provocadas pela instabilidade dos mercados nos últimos anos e a fim de poder continuar a manter uma adequada percentagem de cobertura das provisões técnicas, a MAPFRE procurou uma solução técnica que passou pela celebração de um contrato de resseguro de automóvel, o qual foi contabilizado no final do ano 2011.

Posteriormente, após análise mais detalhada da situação por parte da Assessoria Jurídica do Grupo MAPFRE verificou-se que a Diretiva n.º 2005/83/CE determina que “Os Estados-Membros não podem manter nem adotar um sistema de reservas brutas que exija a afetação de ativos com vista a representar as provisões para prémios não adquiridos e sinistros pendentes se a ressegu-

adora for uma empresa de resseguro autorizada ao abrigo da presente diretiva ou uma empresa de segura autorizada ao abrigo das Diretivas 73/239/CEE ou 2002/83/CE”.

Na sequência, pelo facto do texto da Norma Regulamentar n.º 13/2003-R ser omissivo em relação à sede do ressegurador e aparentemente incompatível com a Diretiva, a MAPFRE solicitou um esclarecimento ao ISP, o qual veio no sentido de uma interpretação restritiva do texto da norma, acolhendo a tese de que o limite do n.º 8 do artigo 4.º apenas se deve aplicar caso o ressegurador possua sede em território fora da União Europeia.

Com este relevante esclarecimento, deixaram de se colocar as restrições à taxa de cobertura das provisões técnicas e esta voltou a níveis bastante confortáveis, motivo pelo qual, em 2012, foi acordada com os resseguradores a anulação do contrato celebrado, que deu origem aos movimentos contabilísticos, refletidos na conta de ganhos e perdas, de acordo com o detalhado no quadro seguinte:

Conceito	Valor
Conta de ganhos e perdas:	
Prémios de resseguro cedido	8.470.804,94
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.334.238,01
Custos com sinistros – montantes pagos – parte dos resseguradores	4.635.800,90
Custos com sinistros – provisão para sinistros – parte dos resseguradores (variação)	-223.600,91
Custos e gastos de exploração líquidos – Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.538.931,00
RESULTADO REFLECTIDO NA CONTA DE GANHOS E PERDAS	185.435,94

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2012 e de 2011, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade),

facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, en-

contrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimização do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.



Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda;

- Comité de sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação, dos custos médios e das valorizações dos sinistros especiais;
- Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas; e
- Comité de riscos, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
 - Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o conseqüente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valorização dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remunerações variáveis, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

I) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2012	2011	2012	2011
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	0,96	1,03	0,83	0,76
Índice de volatilidade do rácio combinado	6,3%	4,1%	3,3%	2,3%

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Exercício de 2012					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	19.001.730,25	50.060.939,17	1.427.368,13	22.199.159,43	92.689.196,98
Prémios de resseguro cedido	247.932,00	-5.053.291,99	1.178.941,43	13.334.635,24	9.708.216,68
% Média de retenção	99%	110%	17%	40%	90%

Exercício de 2011					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	21.175.978,97	54.819.270,40	1.115.535,82	25.477.395,67	102.588.180,86
Prémios de resseguro cedido	404.905,55	11.570.457,55	895.883,83	16.520.013,84	29.391.260,77
% Média de retenção	98%	79%	20%	35%	71%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Euros

Exercício de 2012							
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2006 e anteriores	Provisão pendente	14.788	5.471	6.049	4.628	5.377	15.002
	Pagos acumulados	49.414	54.998	56.782	57.467	57.976	60.044
	TOTAL CUSTO	64.202	60.469	62.830	62.095	63.352	75.046
2008	Provisão pendente	3.858	9.890	6.748	7.201	5.341	
	Pagos acumulados	49.383	54.746	56.896	58.828	59.626	
	TOTAL CUSTO	53.241	64.636	63.644	66.028	64.967	
2009	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168	10.238		
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654	69.265		
	TOTAL CUSTO	76.248	75.485	79.822	79.503		
2010	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107			
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800			
	TOTAL CUSTO	70.919	82.452	80.907			
2011	Provisão pendente	27.723	10.818				
	Pagos acumulados	41.941	72.319				
	TOTAL CUSTO	69.664	83.138				
2012	Provisão pendente	25.876					
	Pagos acumulados	35.701					
	TOTAL CUSTO	61.577					

Conceito	Ano de ocorrência						Total
	2011	2010	2009	2008	2007	2006 e ant.	
Provisão p/sinistros de seguro directo – Não Vida	25.876	10.818	7.107	10.238	5.341	15.002	74.383

Euros

Exercício de 2011							
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2006 e anteriores	Provisão pendente	9.278	7.586	3.546	4.388	12.914	12.941
	Pagos acumulados	44.305	47.421	48.793	49.558	51.120	53.287
	TOTAL CUSTO	53.583	55.007	52.338	53.946	64.035	66.228
2007	Provisão pendente	14.788	5.471	6.049	4.628	5.377	
	Pagos acumulados	49.414	54.998	56.782	57.467	57.976	
	TOTAL CUSTO	64.202	60.469	62.830	62.095	63.352	
2008	Provisão pendente	3.858	9.890	6.748	7.201		
	Pagos acumulados	49.383	54.746	56.896	58.828		
	TOTAL CUSTO	53.241	64.636	63.644	66.028		
2009	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168			
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654			
	TOTAL CUSTO	76.248	75.485	79.822			
2010	Provisão pendente	17.534	10.691				
	Pagos acumulados	53.385	71.761				
	TOTAL CUSTO	70.919	82.452				
2011	Provisão pendente	27.723					
	Pagos acumulados	41.941					
	TOTAL CUSTO	69.664					

Conceito	Ano de ocorrência						
	2011	2010	2009	2008	2007	2006 e ant	Total
Provisão p/sinistros de seguro directo – Não vida	27.723	10.691	12.168	7.201	5.377	12.941	76.100

Nota: Os valores apresentados nos quadros anteriores não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 26,9% no exercício corrente e a 24,8% no exercício anterior.

O valor de 20.675.017,33 euros referente às provisões matemáticas de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros” apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Exercício de 2012				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2007 e anteriores	6.721.507,74	466.511,69	720.552,90	7.908.572,33
2008	1.357.533,93	0,00	233.310,40	1.590.844,33
2009	1.373.625,08	0,00	988.114,18	2.361.739,26
2010	849.239,18	0,00	1.105.612,20	1.954.851,38
2011	883.553,61	0,00	2.980.571,84	3.864.125,45
2012	281.636,90	0,00	2.713.247,68	2.994.884,58
TOTAL	11.467.096,44	466.511,69	8.741.409,20	20.675.017,33

Exercício de 2011				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2007 e anteriores	5.397.747,74	483.102,01	979.133,00	6.859.982,75
2008	1.472.884,92	0,00	192.892,22	1.665.777,14
2009	1.296.574,11	0,00	391.327,82	1.687.901,93
2010	986.935,10	0,00	1.611.776,74	2.598.711,84
2011	587.491,74	0,00	2.799.538,54	3.387.030,28
2012	132.995,12	0,00	3.634.434,13	3.767.429,25
TOTAL	9.874.628,73	483.102,01	9.609.102,45	19.966.833,19

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidente de Trabalho ascendeu a 3.851.694.90 euros. Nos quadros seguintes apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Exercício de 2012			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes Pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2007 e anteriores	470.059,98	69.343,97	539.403,95
2008	98.984,84	126.890,11	225.874,95
2009	109.174,52	333.694,91	442.869,43
2010	111.956,33	1.090.920,20	1.202.876,53
2011	90.373,49	1.265.643,01	1.356.016,50
2012	17.972,63	66.680,91	84.653,54
TOTAL	898.521,79	2.953.173,11	3.851.694,90

Exercício de 2011			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes Pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2007 e anteriores	441.560,90	64.140,37	505.701,27
2008	76.183,95	175.915,12	252.099,07
2009	131.253,76	468.261,29	599.515,05
2010	88.001,02	1.093.658,30	1.181.659,32
2011	35.499,73	1.198.838,89	1.234.338,62
2012	16.542,26	99.345,02	115.887,28
TOTAL	789.041,62	3.100.158,99	3.889.200,61

4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

4.3.1. RISCO DE MERCADO

Efetua-se uma análise detalhada nos pontos 6.5.2.c).

4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada nos pontos 6.5.2.a).

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 35,2% da carteira da Companhia não é mediada, 31,4% tem pagamento domiciliado e 3,7% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula e contabiliza um ajustamento para recibos por cobrar, cujo valor se detalha na nota 13.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE Seguros Gerais, S.A., detêm 54,1% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2012	2011
Provisão para sinistros	17.525.902,73	23.494.775,85
Dívidas por operações de resseguro cedido	-546.170,09	-1.485.706,03
Créditos por operações de resseguro cedido	450.726,02	252.068,75
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	17.430.458,66	22.261.138,57

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2012	2011
AAA	-35,18	-29,53
AA	17.479.863,87	17.624.883,57
A	-4.601,62	-3.637,13
BBB	-64.441,65	-20.004,69
Sem qualificação	19.673,23	4.659.926,35
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	17.430.458,66	22.261.138,57

Do valor total em risco, um montante de 2.485.417,50 euros encontram-se garantidos através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 82.294,30 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Co-Seguro Cedido	Valor contabilístico	
	2012	2011
Provisão para sinistros	1.045.190,10	1.248.445,23
Créditos por operações de co-seguro cedido	-173.403,97	-183.033,02
Dívidas por operações de co-seguro cedido	82.289,54	107.650,62
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	954.075,67	1.173.062,83

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" suficientes.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" era de 3.433.323,77 euros e representava 2,7% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 85% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se nos quadros seguintes:

Euros

Exercício de 2012							
Seguro direto							
Conceito	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	11.689	9.947	667	527	261	677	23.770
Provisão para sinistros	46.748	39.779	2.669	2.109	1.045	2.709	95.058
Matemática	15.646	13.314	893	706	350	907	31.816
Outras	31.101	26.465	1.776	1.403	695	1.802	63.242
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.187	1.010	68	54	27	69	2.413
Provisão para riscos em curso	1.190	1.012	68	54	27	69	2.419
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro directo	3.601	160	120	80	40	0	4.001
Dívidas por operações de resseguro	546						546
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	64.960	51.908	3.592	2.824	1.399	3.524	128.207

Euros

Exercício de 2011							
Seguro direto							
Conceito	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	16.300	7.142	980	751	198	842	26.213
Provisão para sinistros	59.739	26.175	3.591	2.751	724	3.087	96.067
Matemática	18.416	8.069	1.107	848	223	952	29.615
Outras	41.323	18.106	2.484	1.903	501	2.135	66.452
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.596	699	96	73	19	82	2.566
Provisão para riscos em curso	2.044	896	123	94	25	106	3.287
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro directo	4.603	205	153	102	51	0	5.114
Dívidas por operações de resseguro	1.486						1.486
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	85.767	35.117	4.943	3.772	1.017	4.117	134.733

4.3.4. RISCO OPERACIONAL

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Através desta ferramenta foram selecionados 64 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 309 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

Processo	Índice de criticidade associado	
	2012	2011
GERAL	61,10	62,40
Desenvolvimento de produtos	54,20	61,10
Emissão	67,20	65,10
Sinistros	59,30	61,40
Gestão Administrativa	57,80	59,50
Actividades Comerciais	61,30	59,80
Recursos Humanos	55,00	57,50
Comissões	63,00	62,30
Co-Seguro/Resseguro	65,50	70,20
Provisões Técnicas	64,70	62,80
Investimentos	59,10	57,00
Sistemas Tecnológicos	58,70	66,90
Atendimento ao Cliente	63,60	64,20

4.4. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício 2012, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 424,3%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo Automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

Apresenta-se no ponto 4.2. b) III a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro-rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

4.6. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos nos quadro seguintes um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Rácios*	Exercício de 2012				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	88,1%	90,2%	81,3%	125,4%	99,3%
Rácio de custos de exploração	25,1%	23,2%	26,3%	33,7%	23,6%
Rácio combinado	109%	113%	104%	161%	117%
Rácio operacional	106%	103%	101%	154%	117%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Rácios*	Exercício de 2011				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	69,5%	80,7%	79,6%	15,7%	40,9%
Rácio de custos de exploração	24,0%	21,5%	26,4%	29,0%	20,9%
Rácio combinado	94%	102%	106%	44%	62%
Rácio operacional	92%	95%	107%	26%	60%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Todos os rácios apresentam, na globalidade, um aumento em relação ao ano anterior, em consequência da variação negativa de 9,6%, dos prémios brutos emitidos em 2012 relativamente a 2011.

4.7. MONTANTES RECUPERÁVEIS

A 31 de dezembro de 2012, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).



6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. RUBRICAS DE BALANÇO

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponíveis para venda" e "Investimentos a deter até à maturidade".

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a Companhia, tendo em conta a circular do ISP n.º 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de "Disponíveis para venda" para "A deter até à maturidade".

A reclassificação aludida foi efetuada a 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 376.381,89 euros. À data de encerramento das contas do exercício de 2012, o mesmo impacto era de 106.920,02 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Rubrica	A 01/01/2011	A 31/12/2011	A 31/12/2012
Títulos da dívida pública portuguesa			
Valor nominal	6.475.000,00	5.975.000,00	5.975.000,00
Valor de aquisição	5.848.449,90	5.345.488,92	5.345.488,92
Justo valor	5.952.653,43	4.145.400,60	5.744.667,74
Valor contabilístico	5.345.488,92	5.508.213,46	5.587.583,97
IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	376.381,89	1.687.382,39	106.920,02

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontram-se nos quadros seguintes:

Exercício de 2012				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	95.429.202,15	13.523.728,37	0,00	108.952.930,52
Aquisições (a valor aquisição)	69.504.873,17	9.879.992,44	10.000.000,00	89.384.865,61
Reembolsos (a valor aquisição)	0,00			0,00
Alienações (a valor aquisição)	70.293.535,18	11.974.185,25		82.267.720,43
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Variação do justo valor	6.678.130,16	342.736,56		7.020.866,72
Variação do custo amortizado	1.050,43			1.050,43
Juros	350.813,52		6.229,17	357.042,69
SALDO FINAL	101.670.534,25	11.772.272,12	10.006.229,17	123.449.035,54

Exercício de 2011			
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Valor contabilístico
Saldo inicial	96.635.600,86	11.461.940,56	108.097.541,42
Aquisições (a valor aquisição)	71.781.651,72	15.463.709,53	87.245.361,25
Reembolsos (a valor aquisição)	6.822.808,64		6.822.808,64
Alienações (a valor aquisição)	66.242.637,25	12.311.597,26	78.554.234,51
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	357.305,85		357.305,85
Variação do justo valor	267.249,86	-1.090.324,46	-823.074,60
Variação do custo amortizado	242.671,28		242.671,28
Juros	-75.219,83		-75.219,83
SALDO FINAL	95.429.202,15	13.523.728,37	108.952.930,52

Apresenta-se, no quadro seguinte, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2012					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	105.096.764,03	123.389,53	675.339,59	1.959.729,25	107.855.222,40
Ações	10.060.271,09	0,00	-966.198,33	0,00	9.094.072,76
Unidades participação	2.510.141,21	0,00	168.058,15	0,00	2.678.199,36
Títulos de dívida pública	53.590.843,91	38.908,20	808.981,27	1.275.885,07	55.714.618,45
Títulos de outros emissores	38.935.507,82	84.481,33	664.498,50	683.844,18	40.368.331,83
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.000.000,00	0,00	0,00	6.229,17	10.006.229,17
Outros depósitos	10.000.000,00			6.229,17	10.006.229,17
Investimentos a deter até à maturidade	5.345.488,92	152.001,11	0,00	90.093,94	5.587.583,97
Títulos de dívida pública	5.345.488,92	152.001,11	0,00	90.093,94	5.587.583,97
TOTAL	120.442.252,95	275.390,64	675.339,59	2.056.052,36	123.449.035,54

Exercício de 2011					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.979.618,85	201.463,44	-6.345.527,13	1.609.161,90	103.444.717,06
Ações	13.208.167,29	0,00	-1.247.257,15	0,00	11.960.910,14
Unidades participação	1.456.437,82	0,00	106.380,41	0,00	1.562.818,23
Títulos de dívida pública	51.485.080,80	70.217,37	-2.233.517,32	824.839,85	50.146.620,70
Títulos de outros emissores	41.829.932,94	131.246,07	-2.971.133,07	784.322,05	39.774.367,99
Investimentos a deter até à maturidade	5.345.488,92	72.876,77	0,00	89.847,77	5.508.213,46
Títulos de dívida pública	5.345.488,92	72.876,77	0,00	89.847,77	5.508.213,46
TOTAL	113.325.107,77	274.340,21	-6.345.527,13	1.699.009,67	108.952.930,52

Apresentam-se, nos quadros seguintes, o valor contabilístico dos ativos financeiros, se a reclassificação dos títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”, não tivesse ocorrido:

Exercício de 2012					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	110.815.419,78	166.227,60	568.419,57	2.049.823,19	113.599.890,14
Ações	10.060.271,09	0,00	-966.198,33	0,00	9.094.072,76
Unidades participação	2.510.141,21	0,00	168.058,15	0,00	2.678.199,36
Títulos de dívida pública	59.309.499,66	81.746,27	702.061,25	1.365.979,01	61.459.286,19
Títulos de outros emissores	38.935.507,82	84.481,33	664.498,50	683.844,18	40.368.331,83
TOTAL	110.815.419,78	166.227,60	568.419,57	2.049.823,19	113.599.890,14

Exercício de 2011					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	113.698.274,60	225.742,91	-8.032.909,52	1.699.009,67	107.590.117,66
Ações	13.208.167,29	0,00	-1.247.257,15	0,00	11.960.910,14
Unidades participação	1.456.437,82	0,00	106.380,41	0,00	1.562.818,23
Títulos de dívida pública	57.203.736,55	94.496,84	-3.920.899,71	914.687,62	54.292.021,30
Títulos de outros emissores	41.829.932,94	131.246,07	-2.971.133,07	784.322,05	39.774.367,99
TOTAL	113.698.274,60	225.742,91	-8.032.909,52	1.699.009,67	107.590.117,66

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. JUSTO VALOR

6.2.1. MÉTODOS DE APURAMENTO DO JUSTO VALOR

No ponto 3.2.3. são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. Contudo, no exercício de 2012, existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno (considerando a cotação de mercado)

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spreads* e encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* “fixo”, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* “fixo” obtêm-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular n.º 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 3.318.670,38 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0314600158	OB.CAJA DE AHORROS DE MURCIA 4% 11/13
XS0370846973	EUROB. COMMERZBANK AG. 6,5 06/18
XS0460658676	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTL 4,50% 12/23
ES00000122G0	BO. EST. FRN. 03/15

6.2.2. NÍVEIS DE VALORIZAÇÃO

Nos termos da IFRS 7, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – quando os investimentos são valorizados de acordo com cotações obtidas em mercados cotados ou fornecidas por *providers* e traduzam liquidez e profundidade na sua formação;
- Nível 2 – quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis;
- Níveis 3 – quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos de avaliação suportados por dados não sustentados por evidências de mercado.

Apresentam-se nos quadros seguintes os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Exercício de 2012				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	9.094.072,76	0,00	0,00	9.094.072,76
Unidades de participação	0,00	2.678.199,36	0,00	2.678.199,36
Títulos de dívida pública	53.964.281,27	1.750.337,18	0,00	55.714.618,45
Títulos de outros emissores	38.799.998,63	1.568.333,20	0,00	40.368.331,83
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos de dívida pública	5.587.583,97	0,00	0,00	5.587.583,97
TOTAL	107.445.936,63	5.996.869,74	0,00	113.442.806,37

Exercício de 2011				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	11.960.910,14	0,00	0,00	11.960.910,14
Unidades de participação	0,00	1.562.818,23	0,00	1.562.818,23
Títulos de dívida pública	40.176.852,89	8.316.767,81	1.653.000,00	50.146.620,70
Títulos de outros emissores	37.297.786,08	2.476.581,91	0,00	39.774.367,99
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos de dívida pública	5.508.213,46	0,00	0,00	5.508.213,46
TOTAL	94.943.762,57	12.356.167,95	1.653.000,00	108.952.930,52

6.3. IMPARIDADE

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.4. e registou, no exercício de 2012, como perdas por imparidade as que se demonstram no quadro seguinte:

Exercício de 2012			
Rubrica	Valor Contabilístico		
	Aquisição	Justo valor	Imparidade
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ações – BANKIA S.A.U.	2.295.000,00	565.488,00	1.729.512,00
TOTAL	2.295.000,00	565.488,00	1.729.512,00

A imparidade foi registada em junho de 2012 e posteriormente, em setembro de 2012, a totalidade das ações foi vendida e reconhecida uma mais-valia no valor de 274.690,79 euros.

No exercício de 2012, a Companhia decidiu proceder à alienação dos títulos da dívida grega, reconhecendo uma menos-valia no valor de 257.770,10 euros.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha e Irlanda não há incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos, e exis-

tirem mecanismos de recurso disponíveis, como é o caso do apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e do FMI, que permitem um posicionamento otimista em relação à evolução futura.

Apresentamos de seguida a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados, em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2012		
Rubrica	Valor balanço	% De exposição s/o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	5.587.583,97	4,9%
Tesouro público – Espanha	47.541.780,50	41,9%
Governo da Irlanda	6.804.277,58	6,0%
TOTAL	59.933.642,05	52,8%

Exercício de 2011		
Rubrica	Valor balanço	% De exposição s/o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	5.508.213,46	5,1%
Tesouro público – Espanha	43.226.177,03	39,7%
República da Grécia	1.653.000,00	1,5%
Governo da Irlanda	5.267.443,67	4,8%
TOTAL	55.654.834,16	51,1%

6.4. CONTABILIDADE DE COBERTURA

No exercício de 2011, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.5.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE RISCO

a) Risco de crédito

Nos quadros seguintes, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Exercício de 2012					
Classificação creditícia dos emissores	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	1.368.560,37	0,00	0,00	0,00	1.368.560,37
A	0,00	14.373.654,57	0,00	1.716.307,38	16.089.961,95
BBB	63.917.784,72	13.071.350,96	0,00	1.635.292,28	78.624.427,96
BB ou menor	5.587.583,97	0,00	0,00	0,00	5.587.583,97
TOTAL	70.873.929,06	27.445.005,53	0,00	3.351.599,66	101.670.534,25

Exercício de 2011					
Classificação creditícia dos emissores	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	0,00	6.245.463,58	0,00	0,00	6.245.463,58
A	53.042.551,38	8.510.853,81	0,00	395.978,99	61.949.384,18
BBB	198.455,49	4.586.090,30	0,00	1.192.558,77	5.977.104,56
BB ou menor	4.036.443,67	6.195.281,20	0,00	299.187,67	10.530.912,54
Sem qualificação	8.392.213,46	2.334.123,83	0,00	0,00	10.726.337,29
TOTAL	65.669.664,00	27.871.812,72	0,00	1.887.725,43	95.429.202,15

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano de 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menor classificação.

b) Risco de câmbio

Nos seguintes quadros apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2012				
Conceito	Valor contabilístico			
	Ações	Unidades De participação	Titulos de dívida	Total
Euro	8.519.254,59	2.678.199,36	101.670.534,25	112.867.988,20
Franco suíço	535.985,19	0,00	0,00	535.985,19
Libras	38.832,98	0,00	0,00	38.832,98
TOTAL	9.094.072,76	2.678.199,36	101.670.534,25	113.442.806,37

Exercício de 2011				
Conceito	Valor contabilístico			
	Ações	Unidades De participação	Titulos de dívida	Total
Euro	11.027.496,97	1.562.818,23	95.429.202,15	108.019.517,35
Franco suíço	771.694,35	0,00	0,00	771.694,35
Libras	161.718,82	0,00	0,00	161.718,82
TOTAL	11.960.910,14	1.562.818,23	95.429.202,15	108.952.930,52

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. Nos quadros seguintes detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros									
Exercício de 2012									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Titulos de dívida	101.671	3.461	6.687	7.776	11.379	8.981	63.387	4,0687	4,6865
TOTAL	101.671	3.461	6.687	7.776	11.379	8.981	63.387	-	-

Milhares de euros									
Exercício de 2011									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Titulos de dívida	95.429	7.774	5.747	11.494	10.562	15.006	44.846	6,5389	4,4467
TOTAL	95.429	7.774	5.747	11.494	10.562	15.006	44.846	-	-

No quadro que se segue podem-se observar os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros		
Margem de solvência	2012	2011
Margem de solvência disponível	49,42	35,77
Taxa de cobertura	424%	343%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-3,50	-0,80
Impacto na taxa de cobertura	-23%	-5%
Taxa de cobertura após impacto	401%	338%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	3,50	0,80
Impacto na taxa de cobertura	23%	5%
Taxa de cobertura após impacto	447%	349%

No quadro que se segue mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros		
Capital próprio	2012	2011
Capital próprio	60,71	52,48
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-3,50	-0,83
Capital próprio após o impacto	57,21	51,65
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	3,50	0,83
Capital próprio após o impacto	64,21	53,32

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Milhões de euros		
Exercício de 2012		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	11,77	5,306
TOTAL	11,77	5,306

Milhões de euros		
Exercício de 2011		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	13,52	7,320
TOTAL	13,52	7,320

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indicam problemas a esse nível. Também mantém a quase totalidade da carteira de participações financeiras classificada como "Disponível para venda", tal como comentado no ponto 4.3.3.

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Apresentamos nos quadros seguintes o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	2012	2011
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	17.500.000,00	17.500.000,00
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	0,00	4.055.981,00
TOTAL	17.500.000,00	21.555.981,00
Passivo		
Outros credores por operações de investimentos em filiais		
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	0,00	2.264.011,00
TOTAL	0,00	2.264.011,00

No quadro seguinte apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente e em conjunto:

Entidade	2012	2011
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	209.365.117,34	190.739.978,26
Total dos passivos	197.598.280,81	183.367.582,58
Rendimentos	38.038.554,36	44.461.374,56
Resultados	1.409.538,87	1.175.423,52

7.1. PARTICIPAÇÃO NA FINIBANCO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Em 29 de dezembro de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. adquiriu 50% do capital e o controlo da gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e registou no Ativo, na rubrica “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, e no Passivo, na rubrica “Outros credores”, o montante de 15.000.000,00 euros, referente ao preço contratado na compra e venda das ações da Finibanco Vida, composto por um “Pagamento Inicial de Valor Fixo” de 10.000.000,00 euros e um “Pagamento Complementar de Valor Variável” de 5.000.000,00 euros, estabelecido em acordo por ambas as partes, à raiz das avaliações que cada uma delas fez de forma interna e sem intervenção de entidades externas ou independentes.

As condições de pagamento do preço acordado para as Ações compreendiam um Pagamento Inicial de Valor Fixo, um Pagamento Complementar de Valor Fixo e um Pagamento Complementar de Valor Variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

- O Pagamento Inicial de Valor Fixo foi de 9.000.000,00 euros, em dinheiro, liquidado na data em que foi obtida a não oposição à transação por parte das autoridades competentes, e determinou, sem outra condição ou reserva, a transferência imediata da plena titularidade das ações e de todos os seus direitos;
- O Pagamento Complementar de Valor Fixo seria de 1.000.000,00 euros, em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;

- O Pagamento Complementar de Valor Variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, seria o resultado de multiplicar a “Relação do crescimento do AEV 2009-2013 Conseguído/Previsto” pelo valor de referência estabelecido em 5.594.834,00 euros. Este valor correspondia à capitalização de 5.000.000,00 euros desde 31 de dezembro de 2009 até 31 de dezembro de 2013. A “Relação do Crescimento do AVE 2009-2013 Conseguído/Previsto” seria calculada nos termos do anexo VI do contrato de compra e venda (Metodologia de Cálculo do Pagamento Complementar de Valor Variável). No entanto, estabeleceu-se que se esta relação fosse superior aos 200% daria origem a um pagamento máximo de 11.189.668,00 euros (200% x 5.594.834,00 euros). Os cálculos relativos ao AEV seriam realizados pela Entidade de Cálculo.

O método de avaliação, dado tratar-se de uma entidade seguradora de Vida, baseou-se no valor do *Embedded Value* (Valor intrínseco da carteira de apólices) acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro para os acionistas, em base aos dados disponibilizados pela própria Finibanco Vida e posteriormente confirmados pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no processo de *Due Diligence* (Revisão aprofundada de todos os aspetos e contas da Companhia).

No exercício de 2010, com base no relatório sobre o *European Embedded Value* (EEV), da Finibanco Vida, a 31 de dezembro de 2009, a Companhia procedeu à alocação do preço de aquisição da participação contabilizada no exercício de 2009, na rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 15.000.000,00 euros relativo à compra de 50% do capital da Finibanco Vida, S.A., da seguinte forma:

Exercício de 2010	
Reclassificação da participação	Valor
Participação em filial – Capitais próprios ajustados ao negócio (CPA)	4.055.981,00
Activo intangível I – <i>Value In-Force</i> (VIF) do negócio (Nota12)	5.888.449,00
<i>Goodwill</i>	5.055.570,00
TOTAL	15.000.000,00

No ano 2011, em função da redução do valor do AEV resultante do cálculo atualizado, procedeu-se ao registo de uma imparidade do *Goodwill* no montante de 3.160.463,00 euros, pelo que a participação ficou registada conforme o quadro seguinte:

Exercício de 2011	
Reclassificação da participação	Valor
Participação em filial – Capitais próprios ajustados ao negócio (CPA)	4.055.981,00
Activo intangível I – <i>Value In-Force</i> (VIF) do negócio (Nota12)	4.569.305,00
<i>Goodwill</i>	1.895.107,00
TOTAL	10.520.393,00

Em 31 de dezembro de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. e a Finibanco Holding – SGPS, S.A. eram os acionistas da Finibanco Vida, S.A., com 50% do capital cada.

A Finibanco Holding – SGPS, S.A. passou a ser detida pela Associação Mutualista Montepio Geral em 99,63%, em resultado da OPA concretizada em 29 de novembro de 2010.

No final do mês de dezembro de 2010, e no seguimento da conclusão da operação de oferta pública de aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista sobre a Finibanco Holding, SGPS, S.A., a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., por sua vez, formalizou junto da nova sociedade adquirente a opção de saída, por reversão da operação, prevista na Cláusula 19.^a do Pacto de

Acionistas celebrado em 29 de dezembro de 2009, invocando como razão para aquela reversão a verificação da ocorrência constante da alínea b) do ponto 1. da referida Cláusula – Alteração de controlo.

Face à ausência de resposta por parte do Montepio Geral, Associação Mutualista, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalizou, em 2011, esse pedido junto do Tribunal de Lisboa, 5.ª vara cível. Esta ação mereceu a contestação da contra parte dentro do prazo legal e teve como consequência apresentação de resposta por parte da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., já no exercício de 2012.

Na sequência destas diligências, e antes de ser realizada a audiência em tribunal, as partes chegaram a um acordo de compra e venda das ações, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. de 28 de maio de 2012, e pelo Conselho Geral do Montepio Geral Associação Mutualista de 18 de junho de 2012, pondo termo ao processo litigioso.

O referido Contrato foi assinado pelas partes em agosto de 2012 e mencionava na sua cláusula 4.ª que "...na Data da Transação a Compradora paga à Vendedora a totalidade do Preço por transferência bancária irrevogável o montante de 13.500.000,00 euros...".

A compra e venda objeto do referido contrato ficou sujeita à decisão de não oposição por parte do Instituto de Seguros de Portugal e ao resultado da notificação efetuada à Autoridade da Concorrência, o que veio a ocorrer, a primeira em 8 de dezembro de 2012 e a segunda em 7 de dezembro de 2012, sendo esta última considerada a "Data da Transação".

O impacto da concretização desta operação de venda das ações da Finibanco Vida nas demonstrações financeiras da Companhia apresenta-se no quadro seguinte:

Exercício de 2012	
Detalhe da operação de venda da participação	Valor
Anulação da participação em filial – Capitais próprios ajustados ao negócio (CPA)	4.055.981,00
Anulação activo intangível – <i>Value In-Force</i> (VIF) do negócio, líquido de depreciações	4.144.400,63
Anulação <i>Goodwill</i>	1.895.107,00
Anulação saldo em outros credores por operações de investimentos em filiais	2.264.011,00
Recebimento do preço da transação	13.500.000,00
TOTAL PROVEITO FINANCEIRO	5.668.522,37

7.2. PARTICIPAÇÃO NA MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., em que é acionista maioritária, pelo montante de 10.000.000,00 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 de euros.

7.3. PARTES DE CAPITAL

As partes de capital em empresas associadas e subsidiárias foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo.

7.3.1. NO CASO DA MAPFRE SEGUROS DE VIDA FOI FEITO O TESTE DE IMPARIDADE À PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DO CÁLCULO DO EUROPEAN EMBEDDED VALUE (EEV) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012, DO QUAL NÃO QUALQUER VALOR A REGISTAR A TÍTULO DE IMPARIDADE

8. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro seguinte:

Componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2012	2011
Caixa	10.624,00	0,00
Depósitos à ordem	3.422.699,77	1.074.975,42
TOTAL DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	3.433.323,77	1.074.975,42

9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

9.1. O modelo de valorização aplicado aos terrenos e edifícios é o modelo do custo

9.2. Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

9.3. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na Nota 3

9.4. Apresentamos, nos quadros seguintes, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Rubrica	Exercício de 2012		
	Valor bruto	Depreciações/Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	19.051.134,90	3.872.921,69	15.178.213,21
Saldo final	18.943.046,99	4.167.795,67	14.775.251,32

Exercício de 2011			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.109.818,94	4.435.351,61	15.674.467,33
Saldo final	19.051.134,90	3.872.921,69	15.178.213,21

9.5. Demonstrem-se, nos quadros seguintes, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2012 e 2011:

Exercício de 2012			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.936.960,63	953.965,30	19.890.925,93
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-278.826,65	278.826,65	0,00
Edifícios em curso	0,00	-	0,00
Saldo final	18.658.133,98	1.232.791,95	19.890.925,93
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	3.646.166,50	226.755,19	3.872.921,69
Depreciações	279.253,82	15.620,16	294.873,98
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-75.316,92	75.316,92	0,00
Saldo final	3.850.103,40	317.692,27	4.167.795,67
Imparidades			
Saldo inicial	831.938,49	7.852,54	839.791,03
Movimento do ano	108.087,91	0,00	108.087,91
Transferências	-	-	0,00
Saldo final	940.026,40	7.852,54	947.878,94
Valor líquido			
Saldo inicial	14.458.855,64	719.357,57	15.178.213,21
SALDO FINAL	13.868.004,18	907.247,14	14.775.251,32

Exercício de 2011			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	19.323.389,18	786.429,76	20.109.818,94
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	-213.388,01	0,00	-213.388,01
Transferências	-167.535,54	167.535,54	0,00
Edifícios em curso	-5.505,00	-	-5.505,00
Saldo final	18.936.960,63	953.965,30	19.890.925,93
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	3.459.053,82	168.945,09	3.627.998,91
Depreciações	283.676,01	13.309,94	296.985,95
Alienações	-52.063,17	0,00	-52.063,17
Transferências	-44.500,16	44.500,16	0,00
Saldo final	3.646.166,50	226.755,19	3.872.921,69
Imparidades			
Saldo inicial	799.500,16	7.852,54	807.352,70
Movimento do ano	32.438,33	0,00	32.438,33
Transferências	-	-	0,00
Saldo final	831.938,49	7.852,54	839.791,03
Valor líquido			
Saldo inicial	15.064.835,20	609.632,13	15.674.467,33
SALDO FINAL	14.458.855,64	719.357,57	15.178.213,21

9.6. O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Exercício de 2012				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	18.658.133,98	4.790.129,80	13.868.004,18	17.673.766,00
De rendimento	1.232.791,95	325.544,81	907.247,14	1.149.000,00
TOTAL	19.890.925,93	5.115.674,61	14.775.251,32	18.822.766,00

Exercício de 2011				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	18.936.960,63	4.478.104,99	14.458.855,64	18.920.943,00
De rendimento	953.965,30	234.607,73	719.357,57	952.318,00
TOTAL	19.890.925,93	4.712.712,72	15.178.213,21	19.873.261,00

9.7. A Companhia não possui, à data de 31 de dezembro de 2012, terrenos e edifícios no regime de locação operacional

9.8. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Exercício de 2012		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais directos (inclui reparações e manutenções)
Edifício – Quinta do Mendes, Lt.111 – R/C Dto. – Odivelas	4.550,00	1.831,07
Edifício – Av. Paulo VI – Rio Maior	6.408,00	217,75
Edifício – Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3.º, Apt.º 231 – Estoril	10.049,48	4.376,81
Edifício – Rua Garcia da Orta, n.º 1-F – Almada	2.450,00	3.200,25
Edifício – Rua Joaquim Dias Almeida, n.º 19-BF – Maia	3.150,00	1.414,38
TOTAL	26.607,48	11.040,26

Exercício de 2011		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais directos (inclui reparações e manutenções)
Edifício – Rua Pereira de Sousa, n.º 5 A/B Lisboa	800,00	0,00
Edifício – Rua 5 de Outubro Fr. B-28 Vale Mansos – Coruche	0,00	725,54
Edifício – Quinta do Mendes, Lt. 111 - R/C Dto. – Odivelas	3.150,00	5.587,47
Edifício – Av. Paulo VI – Rio Maior	7.210,00	1.705,24
Edifício – Eucalipto – Av. da Penetração, Lt. D17-B – Quarteira	4.200,00	1.205,72
Edifício – Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3.º, Apt.º 231 – Estoril	19.777,09	6.400,76
TOTAL	35.137,09	15.624,73

9.9. À data de 31 de dezembro de 2012, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos

9.10. A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada

9.11. Em referência a 31 de dezembro de 2012, não existem ativos dados como garantia de passivos

9.12. Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2012 quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios

9.13. A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos

10. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Conforme descrito na nota 3, os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2012.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos seguintes quadros:

Exercício de 2012						
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	159.251,45	4.712,82	0,00	0,00	48.604,99	115.359,28
Máquinas e ferramentas	26.990,06	13.607,70	59,80	0,00	9.549,02	30.988,94
Equipamento informático	133.054,15	13.964,01	9,72	0,00	64.115,16	82.893,28
Instalações interiores	218.561,02	3.790,86	1.763,39	0,00	42.713,56	177.874,93
Outro equipamento	70.872,73	8.614,00	325,12	0,00	36.942,14	42.219,47
Outros ativos tangíveis	286.808,32	0,00	1.136,07	0,00	41.550,21	244.122,04
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	196.005,23	380.106,64	0,00	62.031,84	0,00	514.080,03
TOTAL	1.097.612,98	424.796,03	3.294,10	62.031,84	243.475,08	1.213.607,99

Exercício de 2011						
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	201.614,28	9.619,54	587,36	0,00	51.395,01	159.251,45
Máquinas e ferramentas	34.925,01	4.099,12	1.267,05	0,00	10.767,02	26.990,06
Equipamento informático	53.135,08	5.622,34	66,84	-121.510,55	47.146,98	133.054,15
Instalações interiores	261.357,71	7.022,05	856,11	0,00	48.962,63	218.561,02
Outro equipamento	97.638,51	10.714,61	0,00	0,00	37.480,39	70.872,73
Outros ativos tangíveis	328.536,04	0,00	0,00	0,00	41.727,72	286.808,32
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	242.420,27	257.380,37	7.126,90	296.668,51	0,00	196.005,23
TOTAL	1.225.696,92	294.458,03	9.904,26	175.157,96	237.479,75	1.097.612,98

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas quando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)" em imparidade ou cedido.

11. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado nos quadros seguintes:

Exercício de 2012	
Rubrica	Seguros Não Vida
Caixa e equivalentes	3.433.323,77
Terrenos e edifícios	18.822.766,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.855.222,40
Investimentos a deter até à maturidade	5.587.583,97
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	22.114.936,62
Créditos sobre tomadores de seguros	1.575.214,28
Outros ativos tangíveis	138.691,59
Outros ativos	5.228.422,77
TOTAL	164.756.161,40

Exercício de 2011	
Rubrica	Seguros Não Vida
Caixa e equivalentes	1.074.975,42
Terrenos e edifícios	19.873.261,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	103.444.717,06
Investimentos a deter até à maturidade	5.508.213,46
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	31.407.260,77
Créditos sobre tomadores de seguros	2.211.523,46
Outros ativos tangíveis	179.107,55
Outros ativos	5.973.340,28
TOTAL	169.672.399,00

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

12.1. O modelo de valorização aplicado aos Ativos Intangíveis é o modelo do custo

12.3. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício

As amortizações de aplicações informáticas são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos seguintes quadros:

Exercício de 2012					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	231.255,70	20.274,56	62.031,84	159.014,39	154.547,71
Outros ativos intangíveis (Nota 7.1.)	4.569.305,00	0,00	-5.888.449,00	-1.319.144,00	0,00
TOTAL	4.800.560,70	20.274,56	-5.826.417,16	-1.160.129,61	154.547,71

Exercício de 2011					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	243.084,20	1.259,52	175.157,96	188.245,98	231.255,70
Outros ativos intangíveis (Nota 7.1.)	5.076.020,00	0,00	0,00	506.715,00	4.569.305,00
TOTAL	5.319.104,20	1.259,52	175.157,96	694.960,98	4.800.560,70

13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2012				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	801.535,28	170.049,87	0,00	971.585,15
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	356.223,10	0,00	23.636,36	332.586,74
Outras provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	1.225.686,89	23.787,09

Exercício de 2011				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.538.459,85	0,00	736.924,57	801.535,28
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	384.622,04	0,00	28.398,94	356.223,10
Outras provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	0,00	1.249.473,98

13.2. A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP

A Companhia realizou, nos exercícios anteriores e no próprio exercício de 2012, estimativas do impacto que resultaria nesta provisão, caso a mesma fosse determinada com base na Norma 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada.

Para os mesmos exercícios estimou, igualmente, o impacto que teria nas suas contas a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados, que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

A redução em provisão para impostos resulta do desfecho favorável à Companhia de uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respetivos juros compensatórios e de mora.

O valor remanescente desta provisão respeita ao montante de impostos adicionais liquidados no ano 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia.

13.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3, os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva

14. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

14.1. A Companhia encerrou o exercício de 2012 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 92.689.897,98 euros

14.3. Os prémios referidos no ponto anterior são totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4 a estas Notas

15. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

15.1. No ponto 3.2.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2012, foi de 9.122.131,11 euros, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2:

Exercício de 2012					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.025.250,50	4.646.742,88	60.728,86	2.389.408,87	9.122.131,11

Exercício de 2011					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.069.299,29	5.141.226,02	35.554,88	2.898.093,17	10.144.173,36

Nestas contas, além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2012 a 670.821,19 euros e no exercício de 2011 a 909.946,51 euros.

16. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

16.1. As políticas de reconhecimento dos créditos estão descritas na Nota 3

16.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

16.2.1. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2012			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.030.491,22	0,00	5.030.491,22
de juros de títulos de dívida	4.359.876,05		4.359.876,05
de dividendos de ações	441.720,88		441.720,88
de rendimento custo amortizado	228.894,29		228.894,29
De investimentos a deter até à maturidade	26.546,65	0,00	26.546,65
de juros de títulos de dívida	20.317,48		20.317,48
de rendimento custo amortizado	6.229,17		6.229,17
De outros	6.381,97	26.607,48	32.989,45
de juros de depósitos em bancos	6.381,97		6.381,97
de rendas de edifícios de rendimento		26.607,48	26.607,48
TOTAL	5.063.419,84	26.607,48	5.090.027,32

Exercício de 2011			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.777.741,83	0,00	4.777.741,83
de juros de títulos de dívida	3.984.612,31		3.984.612,31
de dividendos de ações	554.541,70		554.541,70
de rendimento custo amortizado	238.587,82		238.587,82
De investimentos a deter até à maturidade	266.540,48	0,00	266.540,48
de juros de títulos de dívida	246.931,74		246.931,74
de rendimento custo amortizado	19.608,74		19.608,74
De outros	20.571,32	35.137,09	55.708,41
de juros de depósitos em bancos	20.571,32		20.571,32
de rendas de edifícios de rendimento		35.137,09	35.137,09
TOTAL	5.064.853,63	35.137,09	5.099.990,72

16.2.2. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2012			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	948.195,52		948.195,52
Gasto custo amortizado		136.339,77	136.339,77
TOTAL	948.195,52	136.339,77	1.084.535,29

Exercício de 2011			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	1.150.081,92		1.150.081,92
Gasto custo amortizado		125.888,88	125.888,88
TOTAL	1.150.081,92	125.888,88	1.275.970,80

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra nos quadro seguintes:

Exercício de 2012			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquidos
De ativos financeiros disponíveis para venda	2.115.816,75	1.776.266,02	339.550,73
de títulos de dívida	1.334.575,93	1.446.490,30	-111.914,37
de ações	761.542,60	329.775,72	431.766,88
de fundos de investimento	19.698,22	0,00	19.698,22
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	0,00	33.782,58	-33.782,58
de ações	0,00	33.782,58	-33.782,58
TOTAL	2.115.816,75	1.810.048,60	305.768,15

Exercício de 2011			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquidos
De ativos financeiros disponíveis para venda	799.973,51	773.142,37	26.831,14
de títulos de dívida	681.612,19	638.068,53	43.543,66
de ações	112.813,56	131.716,79	-18.903,23
de fundos de investimento	5.547,76	3.357,05	2.190,71
De outros	5.675,16	0,00	5.675,16
de terrenos e edifícios	5.675,16		5.675,16
TOTAL	805.648,67	773.142,37	32.506,30

21. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

21.1. CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA ÀS FUNÇÕES

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;
- Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices; e
- Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

21.2. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA E IMPUTADOS ÀS FUNÇÕES

Nos quadros seguintes demonstram-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Exercício de 2012				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.716.853,29	6.733.573,69	173.145,87	10.623.572,85
Fornecimentos e serviços externos	2.003.838,47	4.192.498,50	91.194,12	6.287.531,09
Impostos e taxas	241.409,27	434.342,70	11.179,65	686.931,62
Amortizações do exercício	244.583,28	441.607,49	436.077,05	1.122.267,82
Outras provisões	0,00	0,00	4.266,08	4.266,08
Juros suportados	0,00	0,00	232.332,75	232.332,75
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.206.684,31	11.802.022,38	948.195,52	18.956.902,21

Exercício de 2011				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.580.206,97	7.013.662,22	188.564,93	10.782.434,12
Fornecimentos e serviços externos	2.068.245,03	4.615.006,58	106.741,35	6.789.992,96
Impostos e taxas	241.882,18	472.319,83	12.237,61	726.439,62
Amortizações do exercício	239.476,84	470.706,06	519.243,78	1.229.426,68
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	5.297,29	5.297,29
Comissões	0,00	0,00	317.996,96	317.996,96
TOTAL	6.129.811,02	12.571.694,69	1.150.081,92	19.851.587,63

21.3. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS E AFINS INCLUÍDOS NA RUBRICA DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2012 e de 2011 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2012	2011
Serviços de revisão legal das contas anuais	48.400,00	47.000,00
Serviços de garantia de fiabilidade	6.600,00	7.000,00
TOTAL	55.000,00	54.000,00

22. GASTOS COM PESSOAL

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do exercício, era de 247, menos 4 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	12
Diretor	11
Diretor de Serviços	1
Gestor	21
Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	16
Gestor Técnico	1
Operacional	198
Coordenador Operacional	57
Especialista Operacional	139
Estagiário (especialista operacional)	2
Técnico	16
Técnico	16
TOTAL	247

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2012 e 2011, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Âmbito	2012	2011
Remunerações	8.168.123,91	7.960.636,48
Dos órgãos sociais	121.525,44	120.041,50
Do pessoal	8.046.598,47	7.840.594,98
Encargos sobre remunerações	1.909.596,39	1.884.124,90
Benefícios pós-emprego	-80.110,56	218.683,44
Planos de contribuição definida	-76.001,00	110.260,00
Planos de benefícios definidos	-4.109,56	108.423,44
Benefícios de cessação de emprego	199.466,42	268.114,84
Seguros obrigatórios	206.320,24	227.971,46
Gastos de ação social	31.114,77	28.218,18
Outros gastos com o pessoal	189.061,68	194.684,82
TOTAL	10.623.572,85	10.782.434,12

22.3. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

23.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

a) Política contabilística

No ponto 3.2.8., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á:

i. Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

- No ano de 2012 a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e
- No ano de 2015, conforme tabela do n.º 1, desta nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano de 2012.

Os movimentos relativos à constituição, por transferência do anterior plano e por contribuição representando custo do exercício, para o Plano Individual de Reforma, efetuados durante o exercício de 2012, foram os apresentados no quadro seguinte:

Conceito	Constituição por transferência de valor	Constituição por contribuição de valor
Transferência do valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na cláusula 51. ^a do anterior CCT.	1.296.528,36	
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009		26.365,48
TOTAL	1.296.528,36	26.365,48

3. A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

c) Universo do plano

Fazem parte do plano os trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

23.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

No ponto 3.2.8. são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.^a do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2012, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de dois ativos e cinco reformados.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- t = anos de serviço na atividade seguradora;
- $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$; e
- $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo que estas responsabilidades são de difícil estimativa e que a aplicação das metodologias disponíveis para estimativa deste tipo de responsabilidades conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

d) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

e) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2012

Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	10.635,46
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	1.933,69
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.286,02
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.444,78
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.136,58
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.036,39
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	942,03
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.957,37
TOTAL APÓLICES CAPITAL DIFERIDO				30.372,32
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	17.029,22
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	14.094,51
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	58.203,47
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	50.213,79
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	2.048,81
TOTAL APÓLICES RENDA VITALÍCIA				141.589,81
TOTAL APÓLICES				171.962,13

Exercício de 2011

Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	58.782,08
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	5.115,23
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	75.609,83
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	28.469,56
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	154.643,04
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.383,48
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	137.150,03
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	372.126,02
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	71.188,94
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	218.534,18
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	220.379,69
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	367.279,15
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	100.818,71
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	147.726,74
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	108.212,71
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	159.257,48
TOTAL APÓLICES CAPITAL DIFERIDO				2.233.676,87
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	17.392,24
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	14.427,13
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	59.709,50
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	51.496,17
TOTAL APÓLICES RENDA VITALÍCIA				143.025,04
TOTAL APÓLICES				2.376.701,91

f) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2012	2011
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	28.125,98	1.798.270,28
Valor atual serviços passados – reformados	141.589,81	143.025,04
TOTAL	169.715,79	1.941.295,32

g) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2012	2011
Valor responsabilidades janeiro	1.798.270,28	1.963.751,28
Custo serviço corrente	1.778,79	73.300,48
Custo dos juros	859,08	63.662,40
Resgates	-1.775.361,56	-9.895,51
Ganhos atuariais	0,00	-292.548,37
Perdas atuariais	2.579,39	0,00
VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO	28.125,98	1.798.270,28

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2012	2011
Valor responsabilidades janeiro	143.025,04	144.443,42
Custo dos juros	3.576,01	3.605,55
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	6.015,72	5.966,05
Prestações pagas	-11.026,96	-10.989,98
VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO	141.589,81	143.025,04

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2012	2011
Valor responsabilidades janeiro	1.941.295,32	2.108.194,70
Custo serviço corrente	1.778,79	73.300,48
Custo dos juros	4.435,09	67.267,95
Resgates	-1.775.361,56	-9.895,51
Ganhos atuariais	0,00	-292.548,37
Perdas atuariais	8.595,11	5.966,05
Prestações pagas	-11.026,96	-10.989,98
VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO	169.715,79	1.941.295,32

h) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

i) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2012	2011
Valor ativos janeiro	2.233.676,87	2.153.619,38
Contribuições empresa	3.209,32	67.379,61
Resgates	-2.207.245,58	-28.969,77
Retorno ativos	774,61	60.803,14
Ganhos atuariais	0,00	-19.155,49
Perdas atuariais	-42,90	0,00
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	30.372,32	2.233.676,87

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2012	2011
Valor ativos janeiro	143.025,04	144.443,42
Retorno ativos	3.576,01	3.605,55
Perda atuarial	6.015,72	5.966,05
Prestações pagas	-11.026,96	-10.989,98
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	141.589,81	143.025,04

Total de ativos		
Conceito	2012	2011
Valor ativos janeiro	2.376.701,91	2.298.062,80
Contribuições da empresa	3.209,32	67.379,61
Resgates	-2.207.245,58	-28.969,77
Retorno ativos	4.350,62	64.408,69
Ganhos atuariais	0,00	-19.155,49
Perdas atuariais	5.972,82	5.966,05
Prestações pagas	-11.026,96	-10.989,98
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	171.962,13	2.376.701,91

j) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descritos nas alíneas anteriores f) e h), são relevados no balanço nas linhas de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

k) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2012	2011
Custo serviço corrente	1.778,79	73.300,48
Custo dos juros	4.435,09	67.267,95
Retorno ativos	-10.323,44	-51.219,25
Pagamentos	0,00	19.074,26
Ganhos atuariais	0,00	-286.582,32
Perdas atuariais	8.595,11	0,00
TOTAL	4.485,55	-178.158,88

l) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

A Companhia reconheceu em ganhos e perdas um ganho extraordinário pela anulação das responsabilidades com serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª do anterior CCT, e que já não se encontravam na Companhia na data da referida transferência.

m) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2012 de 2,29%;
- Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 2% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 2%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%;
- Idade normal de reforma os 65 anos;

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot N \cdot S / 60)$$

em que,

- P = prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
- $0,3 > 0,022 \cdot N < 0,8$.

– Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;

– Qualquer fração de ano conta como um ano completo;

– Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

– Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2012, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2012.

– Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

– Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,75% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2012 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

n) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	2012	2011	2010
Valor das responsabilidades	169.715,79	1.941.295,32	2.108.194,70
Valor dos ativos	171.962,13	2.376.701,91	2.298.062,80
Excesso/(Insuficiência)	2.246,34	435.406,59	189.868,10
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	-8.595,11	-298.514,42	-377.570,19
% sobre responsabilidades	-5,06%	-15,38%	-17,91%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	5.972,82	-13.189,44	0,00
% sobre ativos	3,47%	-0,55%	0,00%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

24.1. IMPOSTO CORRENTE

Detalham-se no quadro seguinte as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Demonstração do gasto por imposto	2012	2011
Gasto por imposto		
Resultado antes de imposto	6.708.053,56	1.766.574,95
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido	-614.564,36	-614.564,36
Amortizações acumuladas de edifícios de serviço próprio à data de transição para o novo plano de contas – 1/5 do valor de acordo DL237/2008 art.º 2 n.º 12	-517.340,80	-517.340,80
Amortizações acumuladas de edifícios de rendimento à data de transição para o novo plano de contas – 1/5 do valor de acordo DL237/2008 art.º 2 n.º 12	-54.105,94	-54.105,95
Custo amortizado dos títulos de dívida à data de transição para o novo plano de contas – 1/5 do valor de acordo DL237/2008 art.º 2 n.º 12	-43.117,62	-43.117,61
25% DO RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.523.372,30	287.537,89
Amortização <i>goodwill</i>	106.226,09	126.474,34
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	-5.909,09	-7.088,28
Multas, coimas e juros compensatorios	299,58	2.274,05
Importâncias devidas p/aluguer de viaturas s/conductor (art.º 42, n.º 1, alinea h)	658,46	585,03
Custos e proveitos extraordinários	-513.360,31	-103.224,18
Perdas atuariais de responsabilidades pensões de reforma	0,00	0,00
Prémio pago ao seguro de responsabilidades pensões de reforma	0,00	0,00
Excesso estimativa imposto do ano anterior	0,00	0,00
Dividendos – instrumentos de capital	-13.616,09	-86.646,95
Imparidade reconhecida sobre os imóveis	27.021,98	8.096,50
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento variável	432.378,00	1.764,64
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento fixo	0,00	773.329,96
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	-268.848,33	-20.695,49
Benefícios fiscais	-83.510,96	-13.737,64
Derrama	171.848,10	105.237,68
Tributação autónoma	97.225,97	91.767,67
Correção Taxa IRC da Região Autónoma da Madeira	0,00	-1.934,22
TOTAL DE GASTO POR IMPOSTO	1.473.785,70	1.163.741,00
Imposto sobre lucros a pagar		
Entregas por conta	-925.839,52	-784.467,00
IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR/RECEBER LÍQUIDO	547.946,18	379.274,00

24.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Ativos por impostos diferidos	Exercício de 2012					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	1.753.019,81	0,00	0,00	0,00	1.555.965,00	197.054,81
De ativos financeiros disponíveis para venda – reajuste títulos dívida	11.426,17	0,00	0,00	0,00	11.426,17	0,00
De amortizações de terrenos e edifícios	151.433,38	0,00	0,00	0,00	151.433,38	0,00
De provisões para riscos e encargos – impostos	155.343,20	0,00	0,00	155.343,20	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	218.298,48	28.643,30	0,00	0,00	0,00	246.941,78
De ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade títulos dívida	821.054,64	0,00	0,00	821.054,64	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend. variável	14.452,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.452,34
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	38.586,93	0,00	0,00	338,20	0,00	38.248,73
TOTAL	3.163.614,95	28.643,30	0,00	976.736,04	1.718.824,55	496.697,66

Ativos por impostos diferidos	Exercício de 2011					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	1.776.268,57	0,00	287.880,00	0,00	311.128,76	1.753.019,81
De ativos financeiros disponíveis para venda – reajuste títulos dívida	22.852,34	0,00	0,00	0,00	11.426,17	11.426,17
De amortizações de terrenos e edifícios	302.866,77	0,00	0,00	0,00	151.433,39	151.433,38
De provisões para riscos e encargos – impostos	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	213.948,47	4.350,01	0,00	0,00	0,00	218.298,48
De ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade títulos dívida	0,00	821.054,64	0,00	0,00	0,00	821.054,64
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend. variável	14.559,29	0,00	0,00	106,95	0,00	14.452,34
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	38.586,93	0,00	0,00	0,00	38.586,93
TOTAL	2.485.838,64	863.991,58	287.880,00	106,95	473.988,32	3.163.614,95

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Passivos por impostos diferidos	Exercício de 2012					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	320.687,77	0,00	0,00	320.687,77
Do reconhecimento dos act./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	320.687,77	0,00	0,00	320.687,77

Passivos por impostos diferidos	Exercício de 2011					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	1.162,93	0,00	0,00	0,00	1.162,93	0,00
Do reconhecimento dos act./pass. por benefícios pós-emprego	50.315,05	0,00	0,00	0,00	50.315,05	0,00
TOTAL	51.477,98	0,00	0,00	0,00	51.477,98	0,00

25. CAPITAL

25.1. Indicações sobre o capital social

a) O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2012, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações, no valor nominal de 4,99 € cada, repartido da seguinte forma:

Passivos por impostos diferidos	2012		2011	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Familiar	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Caucion y Credito	-	-	20	99,80
MAPFRE Global Risks	40	199,60	20	99,80
MAPFRE Internacional	6.634.940	33.108.350,60	6.634.940	33.108.350,60
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

b) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital

c) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia

d) Em referência a 31 de dezembro de 2012, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações

25.2. No exercício 2012 e 2011, verificaram-se as seguintes quantias transacionadas com os detentores de capital, relativas à distribuição de dividendos:

Entidade Accionista	Dividendos pagos	
	2012	2011
MAPFRE Internacional	1.100.028,98	506.595,41
MAPFRE Familiar	3,32	1,53
MAPFRE Caucion y Credito	3,32	1,53
MAPFRE Global Risks	3,32	1,53
TOTAL	1.100.038,94	506.600,00

25.3. No exercício de 2012 não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

26. RESERVAS

26.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferendos ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

26.2. Nos quadros seguintes apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2012 e de 2011 em cada uma das reservas:

Exercício de 2012				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições	Imparidades/Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-6.615.169,05	7.081.708,53	0,00	466.539,48
Ações/Unid. part. fundos invest.	-1.086.339,61	342.736,56	0,00	-743.603,05
Títulos de rendimento fixo	-5.528.829,44	6.738.971,97	0,00	1.210.142,53
Reserva por impostos diferidos	1.753.019,80	-1.876.652,76	0,00	-123.632,96
Ações/Unid. part. fundos invest.	287.880,00	-90.825,19	0,00	197.054,81
Títulos de rendimento fixo	1.465.139,80	-1.785.827,57	0,00	-320.687,77
Outras reservas	22.719.957,62	203.820,09	0,00	22.923.777,71
Reserva legal	3.573.172,57	146.671,86	0,00	3.719.844,43
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	16.167.237,01	57.148,23	0,00	16.224.385,24
TOTAL	17.857.808,37	5.408.875,86	0,00	23.266.684,23

Exercício de 2011				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições	Imparidades/Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-6.698.511,83	83.342,78	0,00	-6.615.169,05
Ações/Unid. part. fundos invest.	4.388,42	-1.090.728,03	0,00	-1.086.339,61
Títulos de rendimento fixo	-6.702.900,25	1.174.070,81	0,00	-5.528.829,44
Reserva por impostos diferidos	1.775.105,63	-22.085,83	0,00	1.753.019,80
Ações/Unid. part. fundos invest.	-1.162,93	289.042,93	0,00	287.880,00
Títulos de rendimento fixo	1.776.268,56	-311.128,76	0,00	1.465.139,80
Outras reservas	21.579.844,41	1.140.113,21	0,00	22.719.957,62
Reserva legal	3.392.215,29	180.957,28	0,00	3.573.172,57
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	15.208.081,08	959.155,93	0,00	16.167.237,01
TOTAL	16.656.438,21	1.201.370,16	0,00	17.857.808,37

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2012	2011
Resultado líquido atribuído aos acionistas	4.286.175,12	1.466.718,58
Numero médio de ações	6.635.000	6.635.000
RESULTADO POR AÇÃO (EM EUROS)	0,65	0,22

28. DIVIDENDOS POR AÇÃO

O detalhe dos dividendos da Companhia, do exercício atual e anterior, é o seguinte:

Passivos por impostos diferidos	Dividendo total		Dividendo por ação	
	2012	2011	2012	2011
Dividendo distribuído/a distribuir	0,00	1.100.038,94	0,00	0,17
TOTAL	0,00	1.100.038,94	0,00	0,17

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício de 2012 no montante de 4.286.175,12 euros (quatro milhões duzentos e oitenta e seis mil cento e setenta e cinco euros e doze cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 428.617,51 euros;
- Resultados transitados: 50.315,05 euros;
- Reserva livre: 3.807.242,56 euros.

29. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

29.1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA-MÃE E SOBRE A EMPRESA-MÃE DO TOPO DO GRUPO

A MAPFRE é um grupo espanhol independente, que desenvolve fundamentalmente atividades seguradora e resseguradora em mais de 40 países. A matriz do Grupo é a sociedade *holding* MAPFRE, S.A., cujas ações cotizam nas bolsas de Madrid e Barcelona, e fazem parte dos índices IBEX35, Dow Jones Stoxx Insurance, Dow Jones Sustainability World Index, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A propriedade da maioria das ações da MAPFRE, S.A., é da FUNDACIÓN MAPFRE, o que garante a independência do Grupo e a sua estabilidade institucional. A FUNDACIÓN MAPFRE desenvolve atividades de interesse geral nas áreas de Ação Social, Ciências do Seguro, Cultura, Segurança Rodoviária, Prevenção, Saúde e Meio Ambiente.

A MAPFRE tem uma sólida posição de liderança no Seguro Espanhol e uma ampla implementação multinacional, onde mais de 250 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A., é uma dessas sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 99,99% pela MAPFRE Internacional, que por sua vez é detida a 87,5% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

29.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, além das relativas à distribuição de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, além das remunerações relativas aos administradores.

29.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 6 do Relatório de Gestão.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades do grupo MAPFRE, das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE	
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração	
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE Global Risks (antes MAPFRE empresas); Reinsurance Management inc; MAPFRE Asistencia; Compagnie Internationale d'Assurances et de Reassurances; Société Anonyme (C.I.A.R); Aseguradores de Riesgos Nucleares A.I.E. (Arn).	
Filipe Dumont dos Santos	Madeira Impex – Electromecânica, Lda.; Autotudo da Madeira, Lda.; Leuimport da Madeira, Lda.; Choupana Hills; Paixão do Vinho, Lda.	
Claudio Antonio Ramos Rodriguez	MAPFRE RE; MAPFRE Internacional; Constitución y Leyes, S.A.	
Antonio Manuel Cardoso Belo	MAPFRE Seguros de Vida, S.A.; Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	
Jesús Garcia Arranz		
Jesús Martinez Castellanos	MAPFRE Vida Pensiones egfp, S.A.; Activida, S.A.; Bakinter Seguros de Vida, S.A.; MAPFRE Caja Madrid, S.A.; Unión de Duero, S.A.; Duero Pensiones egfp, S.A.; Catalunya Caja Vida, S.A.	
José Luis Catalinas Calleja		
José Luis Joló Marin	Eco – Ecoenergias del Guadiana, S.A.	
Matías Salvá Bennasar	MAPFRE, S.A.; MAPFRE Global Risks; MAPFRE Familiar; MAPFRE RE.	

29.4. APRESENTAM-SE DE SEGUIDA AS OPERAÇÕES OCORRIDAS, SALDOS DOS EXERCÍCIOS DE 2012 E DE 2011, COM TODAS AS OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2012	2011	2012	2011
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	2.007	434	-234	369
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários		13	2	2
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	122	78		0
TOTAL	2.130	526	-232	371

Milhares de euros

Conceito	Operações Gerais	
	2012	2011
Créditos e dívidas	573	804
TOTAL	573	804

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2012	2011
Prémios adquiridos	18.377	26.153
Sinistros recebidos	20.139	9.307
Variação de provisões técnicas	-828	820
Comissões	2.529	4.772
Juros sobre depósitos	4	5

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2012	2011
Créditos e dívidas	-88	-915
Depósitos	-82	-6.219
Provisões técnicas	19.184	26.205
TOTAL	19.013	19.071

30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração do fluxo de caixa	2012	2011
Atividades operacionais		
Recebimentos de prémios	106.223.908,83	119.309.328,04
Pagamentos de sinistros	-73.840.192,29	-68.742.789,83
Pagamentos de comissões	-8.821.065,13	-9.666.110,10
Entradas por operações de resseguro	15.876.389,01	4.770.385,59
Saídas por operações de resseguro	-12.222.466,06	-13.224.866,60
Entradas por operações de co-seguro	4.196.170,15	6.975.222,38
Saídas por operações de co-seguro	-3.765.607,11	-6.704.673,22
Outros recebimentos	-2.698.555,40	229.521,29
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-29.383.022,07	-33.519.328,02
Imposto sobre o rendimento	-1.276.637,83	-1.018.817,64
TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-5.711.077,90	-1.592.128,11
Atividades de investimento		
Outros ativos tangíveis	-446.373,04	-103.956,57
Terrenos e edifícios	0,00	0,00
Títulos de dívida	2.167.054,03	-3.126.307,15
Instrumentos de capital e unidades de participação	0,00	0,00
Participação no capital de outras sociedades	13.500.000,00	0,00
Juros recebidos	3.572.382,20	3.757.455,12
Dividendos recebidos	376.402,00	491.543,65
Outros investimentos	-10.000.000,00	0,00
TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	9.169.465,19	1.018.735,05
Atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos aos acionistas	-1.100.038,94	-506.600,00
TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.100.038,94	-506.600,00
Efeito das variações das diferenças de câmbios		
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	2.358.348,35	-1.079.993,06
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.074.975,42	2.154.968,48
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	3.433.323,77	1.074.975,42

31. AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO

Decorrente da aplicação do novo plano de contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 22/2010-R, de 31 de dezembro, foi reconhecido, no exercício de 2012, um ajustamento na rubrica de "Reservas Livres " relativo ao tratamento fiscal das amortizações dos edifícios e da valorização dos títulos de rendimento fixo, que, de acordo com o Artigo 2.º, número 4, alínea a) e número 5, do Decreto-Lei n.º 237/2008, devem concorrer para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes, sendo reconhecido em 2012 o valor de 162.859.55 euros.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

33. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

33.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

33.2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2012 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 34. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

34. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2012 e que a Companhia não adotou antecipadamente, são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 1 APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EMENDA)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (REVISTA)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;
- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais;
- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37;

- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 7 (EMENDA) COMPENSAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares, independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 7 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8.

Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (INTRODUZ NOVOS REQUISITOS DE CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e

- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas, exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9, incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

IFRS 13 MENSURAÇÃO DO JUSTO VALOR

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

IAS 12 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

IAS 28 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E JOINT VENTURES

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures* à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (COMPENSAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal, mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas, cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (EMENDA) APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 RELATO FINANCEIRO INTERCALAR

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

GUIA DE APLICAÇÃO PARA AS IFRS 10, IFRS 11 E IFRS 12

Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipado se a entidade aplicar a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 antecipadamente.

Lisboa, 4 de março de 2012

António Belo
Administrador Delegado

Manuela Mendes
Técnico de Contas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho
de Almeida
(Presidente)

Filipe Dumont dos Santos
(Vice-Presidente)

António Manuel Cardoso Belo
(Vogal/Administrador Delegado)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Francisco Marco Orenes
(Vogal)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Jesús García Arranz
(Vogal)

Jesús Martínez Castellanos
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Matías Salvá Bannasar
(Vogal)

O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Ribeiro e Silva

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2012

ANEXO 1.1.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes				
1.1. Títulos nacionais				
1.1.1. Partes de capital em filiais				
1.1.2. Partes de capital em associadas				
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos				
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.1.5. Títulos de dívida de filiais				
1.1.6. Títulos de dívida de associadas				
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos				
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.1.9. Outros títulos em filiais				
1.1.10. Outros títulos em associadas				
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos				
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
Subtotal 1.1.				
1.2. Títulos estrangeiros				
1.2.1. Partes de capital em filiais				
1.2.2. Partes de capital em associadas				
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos				
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.2.5. Títulos de dívida de filiais				
1.2.6. Títulos de dívida de associadas				
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos				
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.2.9. Outros títulos em filiais				
1.2.10. Outros títulos em associadas				
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos				
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
Subtotal 1.2.				
Total 1.				
2. Outros				
2.1. Títulos nacionais				
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.1.1.1. Ações				
Subtotal				
2.1.1.2. Títulos de participação				
Subtotal				
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
Subtotal				
2.1.1.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.1.1.				

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes					
1.1. Títulos nacionais					
1.1.1. Partes de capital em filiais					
1.1.2. Partes de capital em associadas					
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.5. Títulos de dívida de filiais					
1.1.6. Títulos de dívida de associadas					
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.9. Outros títulos em filiais					
1.1.10. Outros títulos em associadas					
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.1.					
1.2. Títulos estrangeiros					
1.2.1. Partes de capital em filiais					
1.2.2. Partes de capital em associadas					
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.5. Títulos de dívida de filiais					
1.2.6. Títulos de dívida de associadas					
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.9. Outros títulos em filiais					
1.2.10. Outros títulos em associadas					
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.2.					
Total 1.					
2. Outros					
2.1. Títulos nacionais					
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.1.1.1. Ações					
Subtotal					
2.1.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
Subtotal					
2.1.1.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.1.1.					

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
	2.1.2. Títulos de dívida			
	2.1.2.1. De dívida pública			
PTOTE3OE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,35% 10/15	290.000	290.000,00	
PTOTEGOE0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13	200.000	200.000,00	
PTOTEMOE0027	BO. REP. PORTUGAL 4,75% 06/19	200.000	200.000,00	
PTOTEYOE0007	BO. REP. PORTUGAL 3,85% 04/21	6.710.000	6.710.000,00	
	Subtotal	7.400.000	7.400.000	
	2.1.2.2. De outros emissores públicos			
	Subtotal			
	2.1.2.3. De outros emissores			
PTCGF1E0000	EUROB. CAIXA GERAL DEPO 3,875% 12/16	3.000.000	3.000.000,00	
	Subtotal	3.000.000	3.000.000	
	Subtotal 2.1.2.	10.400.000	10.400.000,00	
	Subtotal 2.1.	10.400.000	10.400.000,00	
	2.2. Títulos estrangeiros			
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação			
	2.2.1.1. Ações			
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	5.017		
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	1.609		
CH0038863350	ACCS. NESTLE SA – REG	1.053		
GB00B16GWD56	ACCS. VODAFONE GROUP	20.519		
DE0005557508	ACCS. DEUTSCHE TELEKOM	20.310		
DE0007037129	ACCS. RWE AG	7.618		
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	1.962		
DE0008430026	ACCS. MUENCHENER RUECKVER AG	1.006		
DE000BAY0017	ACCS. BAYER AG	1.528		
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT SA (EX ACESA)	15.598		
ES0113211835	ACCS. BBVA	113.260		
ES0113679137	ACCS. BANKINTER	28.369		
ES0113900J37	ACCS. BANCO SANTANDER	129.733		
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	7.281		
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	22.690		
ES0130960018	ACCS. ENAGAS, S.A.	17.129		
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	163.896		
ES0167050915	ACCS. ACS	16.593		
ES0173516115	ACCS. REPSOL S.A.	13.466		
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	116.626		
ES0673516912	DCHOS. REPSOL 01/13	13.466		
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	16.479		
FR0000120578	ACCS. SANOFI	2.709		
FR0000120644	ACCS. DANONE	6.368		
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	19.305		
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	9.762		

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
	2.1.2. Títulos de dívida				
	2.1.2.1. De dívida pública				
PTOTE3OE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,35% 10/15		2.713.019,83		2.844.897,12
PTOTEGOE0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13		1.018.477,28		1.019.807,89
PTOTEMOE0027	BO. REP. PORTUGAL 4,75% 06/19		440.126,02		464.515,86
PTOTEYOE0007	BO. REP. PORTUGAL 3,85% 04/21		1.173.865,79		1.258.363,10
	Subtotal		5.345.488,92		5.587.583,97
	2.1.2.2. De outros emissores públicos				
	Subtotal				
	2.1.2.3. De outros emissores				
PTCGF1E0000	EUROB. CAIXA GERAL DEPO 3,875% 12/16		2.847.295,63		2.991.254,82
	Subtotal		2.847.296		2.991.255
	Subtotal 2.1.2.		8.192.784,55		8.578.838,79
	Subtotal 2.1.		8.192.784,55		8.578.838,79
	2.2. Títulos estrangeiros				
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
	2.2.1.1. Ações				
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	38,99	195.633,80	47,59	238.756,30
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	123,21	198.241,25	152,42	245.241,83
CH0038863350	ACCS. NESTLE SA – REG	28,87	30.395,89	49,37	51.987,06
GB00B16GWD56	ACCS. VODAFONE GROUP	2,08	42.634,67	1,89	38.832,98
DE0005557508	ACCS. DEUTSCHE TELEKOM	9,55	193.898,12	8,60	174.564,45
DE0007037129	ACCS. RWE AG	38,45	292.887,81	31,24	237.986,32
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	64,67	126.887,86	82,20	161.276,40
DE0008430026	ACCS. MUENCHENER RUECKVER AG	104,79	105.421,64	136,00	136.816,00
DE000BAY0017	ACCS. BAYER AG	55,84	85.327,79	71,89	109.847,92
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT SA (EX ACESA)	12,50	195.043,61	12,42	193.727,16
ES0113211835	ACCS. BBVA	8,09	916.696,80	6,96	788.289,60
ES0113679137	ACCS. BANKINTER	4,50	127.635,70	3,14	89.078,66
ES0113900J37	ACCS. BANCO SANTANDER	7,30	947.644,68	6,10	791.371,30
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	10,86	79.093,79	13,58	98.875,98
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	11,84	268.545,77	10,02	227.353,80
ES0130960018	ACCS. ENAGAS, S.A.	14,40	246.734,48	16,14	276.462,06
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	4,85	795.178,77	4,20	687.543,72
ES0167050915	ACCS. ACS	22,58	374.718,05	19,04	315.930,72
ES0173516115	ACCS. REPSOL S.A.	16,84	226.799,49	15,34	206.501,11
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	13,48	1.571.892,74	10,19	1.188.418,94
ES0673516912	DCHOS. REPSOL 01/13	0,47	6.369,41	0,46	6.221,29
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	39,73	654.748,37	39,01	642.845,79
FR0000120578	ACCS. SANOFI	47,57	128.873,63	71,39	193.395,51
FR0000120644	ACCS. DANONE	49,54	315.483,66	49,91	317.795,04
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	18,62	359.495,28	16,95	327.219,75
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	40,88	399.111,02	42,59	415.714,77

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	19.145		
FR0010208488	ACCS. GDF SUEZ	26.507		
IT0003128367	ACCS. ENEL SPA	13.712		
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	17.257		
Subtotal		849.973		
2.2.1.2. Títulos de participação				
Subtotal				
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
ES0138298031	P/F. BOLSA ASIA FI	12.173		
ES0138658036	P/F. BOLSA AMERICA FI	15.179		
ES0138901030	P/F. BOLSA FI	20.601		
ES0138902038	P/F. FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	806		
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	3.078		
Subtotal		51.837		
2.2.1.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.2.1.		901.810		
2.2.2. Títulos de dívida				
2.2.2.1. De dívida pública				
ES00000120N0	BO. EST. SEG. 4,90% 07/40	2.750.000	2.750.000,00	
ES00000122G0	BO. EST. FRN. 03/15	1.300.000	1.300.000,00	
ES00000123C7	OB. EST. SEG. 5,9% 07/26	230.000	230.000,00	
ES00000123K0	BO. EST. SEG. 5,85% 01/22	5.900.000	5.900.000,00	
ES00000123Q7	BO. EST. SEG. 4,50% 01/18	270.000	270.000,00	
FR0120746609	BO. REP. FRANCIA 1% 07/17	2.250.000	2.250.000,00	
IE00B60Z6194	BO. GOBIERNO DE IRLANDA 5% 10/20	200.000	200.000,00	
ES00000121S7	OB. EST. SEG. 4,70% 07/41	21.150.000	21.150.000,00	
ES00000123J2	BO. EST. SEG. 4,25% 10/16	1.500.000	1.500.000,00	
ES0000012965	CUPON SEG. D.E. 01/32	5.418.000	5.418.000,00	
Subtotal		40.968.000	40.968.000	
2.2.2.2. De outros emissores públicos				
Subtotal				
2.2.2.3. De outros emissores				
DE0003933511	EUROB. DEUTSCHE BANK VAR 01/09-14	750.000	750.000,00	
ES0302761004	BO. FROB 3% 11/14	200.000	200.000,00	
ES0302761020	BO. FROB 5,5% 07/16	500.000	500.000,00	
ES0312362017	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS 8 4,25% 11/19	1.000.000	1.000.000,00	
ES0314400187	BO. C A MEDITERRANEO 3% 11/14	700.000	700.000,00	
ES0314600158	OB.CAJA DE AHORROS DE MURCIA 4% 11/13	1.200.000	1.200.000,00	
ES0314840184	BO. AVAL. CAJA CATALUÑA 3% 10/14	1.000.000	1.000.000,00	
ES0314843329	BO. CAIXA GALICIA 3% 11/14	500.000	500.000,00	
ES0340609009	BO. CRITERIA CAIXA CORP 4,125% 11/14	850.000	850.000,00	
ES0378641023	BO. FADE 5,9% 03/21	1.200.000	1.200.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	12,17	233.073,86	8,34	159.650,15
FR0010208488	ACCS. GDF SUEZ	22,75	603.047,98	15,57	412.846,52
IT0003128367	ACCS. ENEL SPA	3,93	53.872,28	3,14	43.028,25
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	16,51	284.882,89	18,34	316.493,38
Subtotal		845,90	10.060.271,09		9.094.072,76
2.2.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
ES0138298031	P/F. BOLSA ASIA FI	6,16	75.000,00	6,07	73.885,62
ES0138658036	P/F. BOLSA AMERICA FI	6,00	91.000,00	6,25	94.844,03
ES0138901030	P/F. BOLSA FI	24,06	495.764,15	23,25	478.914,90
ES0138902038	P/F. FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	1.487,24	1.198.377,06	1.498,55	1.207.488,27
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	211,15	650.000,00	267,37	823.066,54
Subtotal		1.735	2.510.141	1.801	2.678.199
2.2.1.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.2.1.		2.580,51	12.570.412,30		11.772.272,12
2.2.2. Títulos de dívida					
2.2.2.1. De dívida pública					
ES00000120N0	BO. EST. SEG. 4,90% 07/40		2.798.060,00		3.239.622,72
ES00000122G0	BO. EST. FRN. 03/15		1.846.374,00		1.750.337,18
ES00000123C7	OB. EST. SEG. 5,9% 07/26		1.054.878,83		1.154.661,47
ES00000123K0	BO. EST. SEG. 5,85% 01/22		12.355.444,30		12.825.017,08
ES00000123Q7	BO. EST. SEG. 4,50% 01/18		6.538.884,28		6.700.348,22
FR0120746609	BO. REP. FRANCIA 1% 07/17		1.347.942,00		1.368.560,37
IE00B60Z6194	BO. GOBIERNO DE IRLANDA 5% 10/20		6.456.710,00		6.804.277,58
ES00000121S7	OB. EST. SEG. 4,70% 07/41		18.282.412,50		18.552.125,94
ES00000123J2	BO. EST. SEG. 4,25% 10/16		1.523.130,00		1.536.048,59
ES0000012965	CUPON SEG. D.E. 01/32		1.387.008,00		1.783.619,30
Subtotal			53.590.844		55.714.618
2.2.2.2. De outros emissores públicos					
Subtotal					
2.2.2.3. De outros emissores					
DE0003933511	EUROB. DEUTSCHE BANK VAR 01/09-14		747.825,00		749.548,71
ES0302761004	BO. FROB 3% 11/14		494.432,50		499.421,28
ES0302761020	BO. FROB 5,5% 07/16		1.011.690,65		1.071.844,16
ES0312362017	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS 8 4,25% 11/19		684.810,00		610.754,50
ES0314400187	BO. C A MEDITERRANEO 3% 11/14		996.070,00		989.736,93
ES0314600158	OB.CAJA DE AHORROS DE MURCIA 4% 11/13		500.085,00		505.896,85
ES0314840184	BO. AVAL. CAJA CATALUÑA 3% 10/14		845.886,00		841.800,68
ES0314843329	BO. CAIXA GALICIA 3% 11/14		1.179.208,00		1.177.459,94
ES0340609009	BO. CRITERIA CAIXA CORP 4,125% 11/14		796.576,00		809.449,08
ES0378641023	BO. FADE 5,9% 03/21		1.467.000,00		1.594.555,66

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0413211782	CED. HIP. BBVA 3,5% 12/17	250.000	250.000,00	
ES0413679178	CED. HIP. BANKINTER 4,125% 03/17	800.000	800.000,00	
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15	500.000	500.000,00	
ES0413790108	CED. HIP. BANCO POPULAR 3,50% 09/13	1.100.000	1.100.000,00	
ES0413860281	CED. HIP. BCO SABADELL 3,625% 02/15	800.000	800.000,00	
ES0413900285	CEDU. HIPOT. SCH 3,25% 02/15	500.000	500.000,00	
ES0414840274	CED. HIP. CAJA CATALUÑA 3,5% 03/16	1.000.000	1.000.000,00	
ES0414954182	CED. HIP. IBERCAJA FRN 03/16	800.000	800.000,00	
ES0414970212	CED. HIP. LA CAIXA 3,25% 10/15	700.000	700.000,00	
ES0414977357	CED. HIP. BANCAJA 3% 04/13	1.300.000	1.300.000,00	
ES0464872060	CED. HIP. UNICAJA 3,125% 10/14	1.000.000	1.000.000,00	
FR0011318658	EUROB. ELECTRICITE DE FRANCE 2,75% 03/23	250.000	250.000,00	
XS0327533617	EUROB. SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17	500.000	500.000,00	
XS0356705219	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTLD. 6,934% 04/18	1.300.000	1.300.000,00	
XS0365796092	EUROB SOCIETE GENERALE FRN 06/23	1.150.000	1.150.000,00	
XS0370846973	EUROB. COMMERZBANK AG. 6,5 06/18	450.000	450.000,00	
XS0371067801	EUROB. DRESDNER BANK 6,80% 06/18	3.000.000	3.000.000,00	
XS0460658676	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTL 4,50% 12/23	670.000	670.000,00	
XS0531922465	EUROB. MORGAN STANLEY 5,375% 08/20	1.000.000	1.000.000,00	
XS0599993622	EUROB. ICO 6% 03/21	700.000	700.000,00	
XS0733696495	EUROB. REPSOL INT FINANCE 4,875% 02/19	650.000	650.000,00	
XS0741137029	EUROB. ENI SPA 4,25% 02/20	550.000	550.000,00	
XS0751166835	EUROB. DANSKE BANK 3,875% 02/17	300.000	300.000,00	
XS0802756683	EUROB. SOCIETE GENERALE 4,25% 07/22	100.000	100.000,00	
XS0826634874	EUROB. RABOBANK 4,125% 09/22	200.000	200.000,00	
XS0834643727	EUROB. ENAGAS FINAN SAU 4,25% 10/17	1.300.000	1.300.000,00	
XS0836260975	EUROB. BASF 1,5% 10/18	150.000	150.000,00	
XS0842214818	TELEFONICA EMISIONES SAU 4,71% 01/20	650.000	650.000,00	
XS0849423081	EUROB. ICO 4,875% 07/17	100.000	100.000,00	
ES0413440308	CED. HIP. BANESTO 4,75% 01/17	1.600.000	1.600.000,00	
ES0415309006	CED. HIP. KUTXA 11/14	1.100.000	1.100.000,00	
ES0458759034	CED. HIP. UNICAJA 5,5% 03/16	550.000	550.000,00	
XS0613543957	EUROB. ICO 5% 07/16	3.500.000	3.500.000,00	
Subtotal		36.420.000	36.420.000,00	
Subtotal 2.2.2.		77.388.000	77.388.000,00	
Subtotal 2.2.		78.289.810	77.388.000,00	
2.3. Derivados de negociação				
Subtotal 2.3.				
2.4. Derivados de cobertura				
Subtotal 2.4.				
Total 2.		88.689.810	87.788.000,00	
TOTAL GERAL		88.689.810	87.788.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0413211782	CED. HIP. BBVA 3,5% 12/17		500.250,00		503.938,20
ES0413679178	CED. HIP. BANKINTER 4,125% 03/17		1.198.800,00		1.262.780,70
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15		469.650,00		516.071,03
ES0413790108	CED. HIP. BANCO POPULAR 3,50% 09/13		892.269,00		913.761,84
ES0413860281	CED. HIP. BCO SABADELL 3,625% 02/15		1.098.086,00		1.141.406,16
ES0413900285	CEDU. HIPOT. SCH 3,25% 02/15		199.948,00		208.806,52
ES0414840274	CED. HIP. CAJA CATALUÑA 3,5% 03/16		770.440,00		765.354,22
ES0414954182	CED. HIP. IBERCAJA FRN 03/16		700.350,00		725.506,52
ES0414970212	CED. HIP. LA CAIXA 3,25% 10/15		1.288.820,00		1.314.035,36
ES0414977357	CED. HIP. BANCAJA 3% 04/13		974.700,00		1.021.257,48
ES0464872060	CED. HIP. UNICAJA 3,125% 10/14		498.135,00		493.090,74
FR0011318658	EUROB. ELECTRICITE DE FRANCE 2,75% 03/23		99.261,00		102.769,84
XS0327533617	EUROB. SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17		1.000.500,00		858.485,46
XS0356705219	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTLD. 6,934% 04/18		718.710,00		825.841,64
XS0365796092	EUROB SOCIETE GENERALE FRN 06/23		773.818,50		664.429,15
XS0370846973	EUROB. COMMERZBANK AG. 6,5 06/18		550.275,00		559.165,46
XS0371067801	EUROB. DRESDNER BANK 6,80% 06/18		298.950,00		311.670,54
XS0460658676	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTL 4,50% 12/23		414.700,00		503.270,89
XS0531922465	EUROB. MORGAN STANLEY 5,375% 08/20		1.701.528,00		1.803.166,29
XS0599993622	EUROB. ICO 6% 03/21		269.103,60		292.077,57
XS0733696495	EUROB. REPSOL INT FINANCE 4,875% 02/19		107.090,00		116.234,92
XS0741137029	EUROB. ENI SPA 4,25% 02/20		507.250,00		586.569,17
XS0751166835	EUROB. DANSKE BANK 3,875% 02/17		289.588,20		328.296,74
XS0802756683	EUROB. SOCIETE GENERALE 4,25% 07/22		297.972,00		348.309,12
XS0826634874	EUROB. RABOBANK 4,125% 09/22		248.880,00		271.125,76
XS0834643727	EUROB. ENAGAS FINAN SAU 4,25% 10/17		514.350,00		531.855,25
XS0836260975	EUROB. BASF 1,5% 10/18		995.390,00		1.026.968,37
XS0842214818	TELEFONICA EMISIONES SAU 4,71% 01/20		901.667,57		987.202,11
XS0849423081	EUROB. ICO 4,875% 07/17		2.347.438,50		2.410.104,18
ES0413440308	CED. HIP. BANESTO 4,75% 01/17		1.596.496,00		1.716.831,02
ES0415309006	CED. HIP. KUTXA 11/14		1.091.777,30		1.126.936,77
ES0458759034	CED. HIP. UNICAJA 5,5% 03/16		549.789,06		585.566,41
XS0613543957	EUROB. ICO 5% 07/16		3.498.646,31		3.703.723,79
Subtotal			36.088.212,19		37.377.077,01
Subtotal 2.2.2.			89.679.056,10		93.091.695,46
Subtotal 2.2.		2.580,51	102.249.468,40		104.863.967,58
2.3. Derivados de negociação					
Subtotal 2.3.					
2.4. Derivados de cobertura					
Subtotal 2.4.					
Total 2.		2.580,51	110.442.252,95		113.442.806,37
TOTAL GERAL		2.580,51	110.442.252,95		113.442.806,37

* Inclui o valor dos juros decorridos.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2011

ANEXO 1.2.

					Euros
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes					
1.1. Títulos nacionais					
1.1.1. Partes de capital em filiais					
1.1.2. Partes de capital em associadas					
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.5. Títulos de dívida de filiais					
1.1.6. Títulos de dívida de associadas					
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.9. Outros títulos em filiais					
1.1.10. Outros títulos em associadas					
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.1.					
1.2. Títulos estrangeiros					
1.2.1. Partes de capital em filiais					
1.2.2. Partes de capital em associadas					
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.5. Títulos de dívida de filiais					
1.2.6. Títulos de dívida de associadas					
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.9. Outros títulos em filiais					
1.2.10. Outros títulos em associadas					
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.2.					
Total 1.					
2. Outros					
2.1. Títulos nacionais					
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.1.1.1. Ações					
Subtotal					
2.1.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					

					Euros
Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço Unitário*	Total
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes					
1.1. Títulos nacionais					
1.1.1. Partes de capital em filiais					
1.1.2. Partes de capital em associadas					
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.5. Títulos de dívida de filiais					
1.1.6. Títulos de dívida de associadas					
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.9. Outros títulos em filiais					
1.1.10. Outros títulos em associadas					
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.1.					
1.2. Títulos estrangeiros					
1.2.1. Partes de capital em filiais					
1.2.2. Partes de capital em associadas					
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.5. Títulos de dívida de filiais					
1.2.6. Títulos de dívida de associadas					
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.9. Outros títulos em filiais					
1.2.10. Outros títulos em associadas					
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.2.					
Total 1.					
2. Outros					
2.1. Títulos nacionais					
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.1.1.1. Ações					
Subtotal					
2.1.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
Subtotal				
2.1.1.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.1.1.				
2.1.2. Títulos de dívida				
2.1.2.1. De dívida pública				
PTOTE3OE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL	3.000.000	3.000.000,00	
PTOTEGOE0009	REPÚBLICA DE PORTUGAL	1.000.000	1.000.000,00	
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL	500.000	500.000,00	
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL	1.475.000	1.475.000,00	
Subtotal		5.975.000	5.975.000	
2.1.2.2. De outros emissores públicos				
Subtotal				
2.1.2.3. De outros emissores				
PTBCLQOM0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	1.300.000	1.300.000,00	
PTBERLOM0017	BANCO ESPÍRITO SANTO	1.150.000	1.150.000,00	
PTBLMGOM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO	450.000	450.000,00	
PTCGF1E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	3.000.000	3.000.000,00	
Subtotal		5.900.000	5.900.000	
Subtotal 2.1.2.		11.875.000	11.875.000,00	
Subtotal 2.1.		11.875.000	11.875.000,00	
2.2. Títulos estrangeiros				
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.2.1.1. Ações				
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	5.017		
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.609		
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	7.639		
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	9.180		
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	10.354		
DE0007037129	RWE AG	8.908		
DE0007164600	SAP AG	598		
DE0007236101	SIEMENS AG	3.219		
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.458		
DE000BAY0017	BAYER A.G.	10.850		
DE000ENAG999	E.ON AG	26.364		
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	14.856		
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	89.184		
ES0113307039	BANKIA S.A.U.	612.000		
ES0113679137	BANKINTER	20.061		
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	114.896		
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	15.306		
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	10.889		

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
Subtotal					
2.1.1.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.1.1.					
2.1.2. Títulos de dívida					
2.1.2.1. De dívida pública					
PTOTE3OE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL		2.713.019,83		2.787.683,77
PTOTEGOE0009	REPÚBLICA DE PORTUGAL		1.018.477,28		1.026.591,08
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL		440.126,02		458.560,11
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL		1.173.865,79		1.235.378,50
Subtotal			5.345.488,92		5.508.213,46
2.1.2.2. De outros emissores públicos					
Subtotal					
2.1.2.3. De outros emissores					
PTBCLQOM0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS		1.296.841,00		998.537,43
PTBERLOM0017	BANCO ESPÍRITO SANTO		1.011.770,00		959.095,72
PTBLMGOM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO		448.123,50		376.490,68
PTCGF1E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		2.794.500,00		2.168.012,22
Subtotal			5.551.235		4.502.136
Subtotal 2.1.2.			10.896.723,42		10.010.349,51
Subtotal 2.1.			10.896.723,42		10.010.349,51
2.2. Títulos estrangeiros					
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.2.1.1. Ações					
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	38,99	195.633,80	44,18	221.629,56
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	123,21	198.241,25	130,96	210.721,28
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	28,87	220.507,16	44,42	339.343,51
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	13,90	127.575,73	17,62	161.718,82
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	10,34	107.010,09	8,87	91.788,21
DE0007037129	RWE AG	39,61	352.835,18	27,15	241.852,20
DE0007164600	SAP AG	36,13	21.608,62	40,85	24.428,30
DE0007236101	SIEMENS AG	64,67	208.181,43	73,94	238.012,86
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	104,79	152.788,02	94,78	138.189,24
DE000BAY0017	BAYER A.G.	55,84	605.894,21	49,40	535.990,00
DE000ENAG999	E.ON AG	23,34	615.410,36	16,67	439.487,88
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	13,13	195.051,43	12,34	183.323,04
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	9,21	821.403,65	6,68	595.749,12
ES0113307039	BANKIA S.A.U.	3,75	2.295.000,00	3,60	2.200.140,00
ES0113679137	BANKINTER	5,05	101.277,18	4,75	95.289,75
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	8,79	1.010.191,37	5,87	674.439,52
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	11,41	174.582,72	13,27	203.034,09
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	14,88	162.067,22	9,84	107.115,09

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0130960018	ENAGAS	8.527		
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	83.684		
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.776		
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	4.053		
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	5.288		
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	75.815		
FR0000120271	TOTAL SA	21.598		
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	4.154		
FR0000120644	GROUPE DANONE	6.473		
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	13.414		
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	9.762		
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	18.909		
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	12.749		
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	8.035		
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	13.712		
IT0003132476	ENI SPA	23.100		
NL0000009355	UNILEVER PLC	8.959		
Subtotal		1.287.396		
2.2.1.2. Títulos de participação				
Subtotal				
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20.601		
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	213		
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078		
Subtotal		23.893		
2.2.1.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.2.1.		1.311.289		
2.2.2. Títulos de dívida				
2.2.2.1. De dívida pública				
ES00000121P3	TESORO PÚBLICO	200.000	200.000,00	
ES00000121Q1	TESORO PÚBLICO	6.710.000	6.710.000,00	
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO	22.750.000	22.750.000,00	
ES00000122D7	TESORO PÚBLICO	5.280.000	5.280.000,00	
ES00000122G0	TESORO PÚBLICO	1.850.000	1.850.000,00	
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO	4.840.000	4.840.000,00	
ES00000122X5	TESORO PÚBLICO	1.500.000	1.500.000,00	
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO	100.000	100.000,00	
ES00000123D5	TESORO PÚBLICO	2.900.000	2.900.000,00	
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO	407.000	407.000,00	
GR0114023485	REPÚBLICA DE GRECIA	2.060.000	2.060.000,00	
GR0133001140	REPÚBLICA DE GRECIA	50.000	50.000,00	
GR0133004177	REPÚBLICA DE GRECIA	700.000	700.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0130960018	ENAGAS	14,20	121.046,51	14,29	121.850,83
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	6,14	514.138,17	4,84	404.946,87
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	32,04	217.130,85	22,90	155.170,40
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	28,35	114.895,59	33,06	134.012,44
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	19,06	100.772,58	23,74	125.510,68
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	14,63	1.109.520,80	13,38	1.014.783,77
FR0000120271	TOTAL SA	39,73	858.137,94	39,50	853.121,00
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	47,57	197.615,72	56,75	235.739,50
FR0000120644	GROUPE DANONE	43,00	278.358,19	48,57	314.393,61
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	19,85	266.224,09	16,92	226.964,88
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	40,88	399.111,02	30,35	296.276,70
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	16,03	303.183,40	12,13	229.460,71
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	29,31	373.725,44	21,12	269.258,88
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	23,33	187.442,03	28,15	226.185,25
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	3,93	53.872,28	3,14	43.110,52
IT0003132476	ENI SPA	16,51	381.340,59	16,01	369.831,00
NL0000009355	UNILEVER PLC	18,57	166.392,67	26,57	238.040,63
Subtotal		1.019,06	13.208.167,29		11.960.910,14
2.2.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	24,06	495.764,15	22,09	455.032,42
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	1.457,16	310.673,67	1.466,24	312.609,40
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	211,15	650.000,00	258,31	795.176,41
Subtotal		1.692,37	1.456.437,82		1.562.818,23
2.2.1.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.2.1.		2.711,44	14.664.605,11		13.523.728,37
2.2.2. Títulos de dívida					
2.2.2.1. De dívida pública					
ES00000121P3	TESORO PÚBLICO		188.840,00		201.439,42
ES00000121Q1	TESORO PÚBLICO		6.637.500,34		6.591.047,68
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO		19.816.839,97		19.641.518,10
ES00000122D7	TESORO PÚBLICO		5.149.915,24		5.175.954,14
ES00000122G0	TESORO PÚBLICO		1.846.374,00		1.725.720,13
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO		4.917.843,86		4.887.298,86
ES00000122X5	TESORO PÚBLICO		1.441.168,73		1.498.390,75
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO		99.750,00		104.682,05
ES00000123D5	TESORO PÚBLICO		2.859.867,80		2.974.487,26
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO		417.270,86		425.638,64
GR0114023485	REPÚBLICA DE GRECIA		1.979.993,96		618.000,00
GR0133001140	REPÚBLICA DE GRECIA		19.525,00		15.000,00
GR0133004177	REPÚBLICA DE GRECIA		626.510,50		210.000,00

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
GR0138001673	REPÚBLICA DE GRECIA	2.700.000	2.700.000,00	
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA	6.500.000	6.500.000,00	
	Subtotal	58.547.000	58.547.000	
	2.2.2.2. De outros emissores públicos			
	Subtotal			
	2.2.2.3. De outros emissores			
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	750.000	750.000,00	
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	200.000	200.000,00	
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE	500.000	500.000,00	
ES0302761020	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE	1.000.000	1.000.000,00	
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.	700.000	700.000,00	
ES0313679443	BANKINTER	1.200.000	1.200.000,00	
ES0314400187	BANCO CAM S.A.	1.000.000	1.000.000,00	
ES0314600158	CAJA DE AHORROS DE MURCIA	500.000	500.000,00	
ES0314840184	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA	850.000	850.000,00	
ES0314843329	CAIXA DE AFORROS DE GALI, VIGO	1.200.000	1.200.000,00	
ES0314950694	CAJA MADRID	250.000	250.000,00	
ES0340609009	CAIXABANK S.A.	800.000	800.000,00	
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	500.000	500.000,00	
ES0413211469	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	1.100.000	1.100.000,00	
ES0413440175	BANCO ESPAÑOL DE CRÉDITO	800.000	800.000,00	
ES0413440217	BANCO ESPAÑOL DE CRÉDITO	1.500.000	1.500.000,00	
ES0413770001	BANCO PASTOR	500.000	500.000,00	
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	1.000.000	1.000.000,00	
ES0414840274	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA	800.000	800.000,00	
ES0414954182	IBERCAJA	700.000	700.000,00	
ES0414970212	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.300.000	1.300.000,00	
ES0414977357	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO	1.000.000	1.000.000,00	
ES0415309006	CAJA DE AHORROS GUIPUZKOA SAN	1.100.000	1.100.000,00	
ES0458759000	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)	250.000	250.000,00	
ES0458759034	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)	550.000	550.000,00	
ES0464872060	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)	500.000	500.000,00	
XS0203871651	HBOS PLC	670.000	670.000,00	
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	1.000.000	1.000.000,00	
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	700.000	700.000,00	
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO	650.000	650.000,00	
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT	550.000	550.000,00	
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT	300.000	300.000,00	
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE	100.000	100.000,00	
XS0415624716	ROCHE HOLDINGS INC	200.000	200.000,00	
XS0433130456	BANK OF AMERICA CORP.	1.300.000	1.300.000,00	
XS0439828269	VERBUND INTERNATIONAL	150.000	150.000,00	
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	650.000	650.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
GR0138001673	REPÚBLICA DE GRECIA		2.066.850,00		810.000,00
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA		6.456.710,00		5.267.443,67
	Subtotal		54.524.960		50.146.621
	2.2.2.2. De outros emissores públicos				
	Subtotal				
	2.2.2.3. De outros emissores				
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT		747.825,00		697.324,98
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P		198.524,00		198.455,49
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE		494.432,50		486.435,37
ES0302761020	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE		1.011.690,65		1.058.174,98
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.		684.810,00		552.864,05
ES0313679443	BANKINTER		1.199.940,00		1.183.135,82
ES0314400187	BANCO CAM S.A.		996.070,00		969.363,08
ES0314600158	CAJA DE AHORROS DE MURCIA		500.085,00		494.952,55
ES0314840184	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA		845.886,00		823.283,48
ES0314843329	CAIXA DE AFORROS DE GALI, VIGO		1.179.208,00		1.164.059,50
ES0314950694	CAJA MADRID		249.567,50		263.637,13
ES0340609009	CAIXABANK S.A.		796.576,00		772.642,38
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA		485.600,00		489.601,31
ES0413211469	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI		1.098.010,00		1.132.433,07
ES0413440175	BANCO ESPAÑOL DE CRÉDITO		767.280,00		781.724,69
ES0413440217	BANCO ESPAÑOL DE CRÉDITO		1.496.814,77		1.563.909,92
ES0413770001	BANCO PASTOR		469.650,00		475.962,85
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.		991.410,00		991.206,65
ES0414840274	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA		770.440,00		696.494,56
ES0414954182	IBERCAJA		700.350,00		695.988,51
ES0414970212	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B		1.288.820,00		1.233.309,46
ES0414977357	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO		974.700,00		994.736,48
ES0415309006	CAJA DE AHORROS GUIPUZKOA SAN		1.091.777,30		1.099.057,32
ES0458759000	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)		242.272,75		243.943,02
ES0458759034	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)		549.789,06		578.256,69
ES0464872060	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)		498.135,00		477.656,06
XS0203871651	HBOS PLC		616.735,00		453.444,74
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE		1.000.500,00		798.776,61
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L		718.710,00		598.829,43
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO		773.818,50		570.768,76
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT		550.275,00		418.994,04
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT		298.950,00		200.407,54
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE		99.925,00		126.373,61
XS0415624716	ROCHE HOLDINGS INC		255.000,00		269.605,38
XS0433130456	BANK OF AMERICA CORP.		1.496.950,00		1.373.604,39
XS0439828269	VERBUND INTERNATIONAL		148.792,50		166.485,21
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L		414.700,00		372.973,18

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
XS0462999573	TELEFONICA EMISIONES SAU	100.000	100.000,00	
XS0544695272	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	750.000	750.000,00	
XS0551323057	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	1.300.000	1.300.000,00	
XS0557252417	RABOBANK NEDERLAND	230.000	230.000,00	
XS0563739696	ENI SPA	500.000	500.000,00	
XS0599993622	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	270.000	270.000,00	
XS0613543957	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	5.750.000	5.750.000,00	
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	200.000	200.000,00	
XS0653885961	BMW FINANCE NV	290.000	290.000,00	
XS0693855750	IBERDROLA FINANZAS S.A.U.	200.000	200.000,00	
	Subtotal	36.410.000	36.410.000,00	
	Subtota 2.2.2.	94.957.000	94.957.000,00	
	Subtota 2.2.	96.268.289	94.957.000,00	
	2.3. Derivados de negociação			
	Subtota 2.3.			
	2.4. Derivados de cobertura			
	Subtota 2.4.			
	Total 2.	108.143.289	106.832.000,00	
	TOTAL GERAL	108.143.289	106.832.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
XS0462999573	TELEFONICA EMISIONES SAU		100.050,00		94.606,58
XS0544695272	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL		749.745,00		726.756,53
XS0551323057	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL		1.297.907,00		1.280.259,97
XS0557252417	RABOBANK NEDERLAND		210.220,00		206.334,42
XS0563739696	ENI SPA		498.135,00		511.603,05
XS0599993622	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL		269.103,60		287.683,09
XS0613543957	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL		5.748.241,31		5.977.064,41
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.		198.920,00		204.581,09
XS0653885961	BMW FINANCE NV		301.339,00		307.950,01
XS0693855750	IBERDROLA FINANZAS S.A.U.		201.018,00		206.520,50
	Subtotal		36.278.698,44		35.272.231,94
	Subtota 2.2.2.		90.803.658,70		85.418.852,64
	Subtota 2.2.	2.711,44	105.468.263,81		98.942.581,01
	2.3. Derivados de negociação				
	Subtota 2.3.				
	2.4. Derivados de cobertura				
	Subtota 2.4.				
	Total 2.	2.711,44	116.364.987,23		108.952.930,52
	TOTAL GERAL	2.711,44	116.364.987,23		108.952.930,52

* Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2.1.

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Euros				
Vida				
Não Vida				
Acidentes e doença	30.110.434,91	7.644.052,02	24.321.937,66	1.855.554,77
Incêndio e outros danos	7.374.849,04	18.332.848,64	2.880.413,64	13.838.413,24
Automóvel				
Responsabilidade civil	38.236.630,20	11.453.470,07	25.664.939,70	-1.118.220,43
Outras coberturas	5.533.466,53	3.459.647,41	1.437.935,15	-635.883,97
Marítimo, aéreo e transportes	434.507,32	218.365,88	168.639,90	-47.501,54
Responsabilidade civil geral	7.398.825,43	538.156,73	5.764.409,57	-1.096.259,13
Crédito e caução	6.629.428,61	765.767,23	5.769.621,13	-94.040,25
Proteção jurídica	92.680,24	151.669,52	58.795,65	117.784,93
Assistência				0,00
Diversos	256.166,59	10.246,36	120.417,49	-125.502,74
TOTAL NÃO VIDA	96.066.988,87	42.574.223,86	66.187.109,89	12.694.344,88
TOTAL GERAL	96.066.988,87	42.574.223,86	66.187.109,89	12.694.344,88

* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

ANEXO 2.2.

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Euros				
Vida				
Não Vida				
Acidentes e doença	29.797.177,67	8.732.669,98	21.864.452,98	799.945,29
Incêndio e outros danos	8.707.288,75	3.715.078,25	2.861.631,40	-2.130.579,10
Automóvel				
Responsabilidade civil	40.798.758,46	12.230.917,33	25.549.723,17	-3.018.117,96
Outras coberturas	5.775.730,13	3.736.709,99	1.663.807,44	-375.212,70
Marítimo, aéreo e transportes	569.067,04	279.936,90	263.760,86	-25.369,28
Responsabilidade civil geral	8.606.851,95	1.240.741,38	6.273.491,25	-1.092.619,32
Crédito e caução	7.558.351,45	812.754,16	5.938.126,05	-807.471,24
Proteção jurídica	63.812,44	103.083,30	40.674,61	79.945,47
Assistência				0,00
Diversos	305.924,73	20.174,53	120.417,49	-165.332,71
TOTAL NÃO VIDA	102.182.962,62	30.872.065,82	64.576.085,25	-6.734.811,55
TOTAL GERAL	102.182.962,62	30.872.065,82	64.576.085,25	-6.734.811,55

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

ANEXO 3.1.

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(3)+(2)+(1)
Euros				
Seguro direto				
Acidentes e doença	14.232.234,45	1.166.903,95	2.044.860,39	17.443.998,79
Incêndio e outros danos	21.845.220,95	665.373,40	-1.173.858,91	21.336.735,44
Automóvel				0,00
Responsabilidade civil	22.243.845,54	1.918.230,99	-1.077.887,20	23.084.189,33
Outras coberturas	16.357.451,32	1.814.352,29	-572.749,49	17.599.054,12
Marítimo, aéreo e transportes	282.506,65	28.692,00	-166.235,15	144.963,50
Responsabilidade civil geral	696.487,24	78.479,09	-946.682,96	-171.716,63
Crédito e caução	723.524,91	203.632,33	862.240,88	1.789.398,12
Proteção jurídica	56.087,20	328.505,46	23.364,91	407.957,57
Assistência				0,00
Diversos	9.203,02	2.514,80	-1.750,00	9.967,82
TOTAL	76.446.561,28	6.206.684,31	-1.008.697,53	81.644.548,06
Resseguro aceite				0,00
TOTAL GERAL	76.446.561,28	6.206.684,31	-1.008.697,53	81.644.548,06

ANEXO 3.2.

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(3)+(2)+(1)
Euros				
Seguro direto				
Acidentes e doença	16.062.172,37	1.084.909,24	314.455,25	17.461.536,86
Incêndio e outros danos	9.940.268,98	487.561,65	-1.332.478,99	9.095.351,64
Automóvel				0,00
Responsabilidade civil	24.435.700,69	2.090.271,78	-2.541.555,71	23.984.416,76
Outras coberturas	17.960.743,58	1.983.121,67	-267.841,33	19.676.023,92
Marítimo, aéreo e transportes	383.969,98	29.661,45	-134.621,12	279.010,31
Responsabilidade civil geral	1.506.752,78	65.030,13	-1.207.181,25	364.601,66
Crédito e caução	986.488,92	119.879,78	-930.833,65	175.535,05
Proteção jurídica	39.184,80	267.849,37	33.837,12	340.871,29
Assistência				0,00
Diversos	19.537,08	1.525,95	-49.754,07	-28.691,04
TOTAL	71.334.819,18	6.129.811,02	-6.115.973,75	71.348.656,45
Resseguro aceite				0,00
TOTAL GERAL	71.334.819,18	6.129.811,02	-6.115.973,75	71.348.656,45

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

ANEXO 4.1.

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Euros					
Seguro direto					
Acidentes e doença	20.898.167,47	21.262.197,48	17.443.998,79	4.642.128,46	-733.884,60
Incêndio e outros danos	15.957.735,37	16.674.368,89	21.336.735,44	3.310.301,84	7.634.753,96
Automóvel					
Responsabilidade civil	29.681.417,15	30.689.087,47	23.084.189,33	6.885.036,90	-928.071,85
Outras coberturas	20.379.522,02	21.236.021,27	17.599.054,12	5.754.443,17	-536.041,08
Marítimo, aéreo e transportes	361.828,70	363.934,22	144.963,50	106.945,27	-116.223,75
Responsabilidade civil geral	2.772.732,86	2.971.140,43	-171.716,63	445.164,86	-1.180.384,69
Crédito e caução	1.427.368,13	1.412.933,11	1.789.398,12	436.208,56	104.393,15
Proteção jurídica	1.006.720,55	1.017.951,84	407.957,57	731.200,05	-388,52
Assistência					
Diversos	203.704,73	249.550,49	9.967,82	28.463,08	-188.779,94
TOTAL	92.689.196,98	95.877.185,20	81.644.548,06	22.339.892,19	4.055.372,68
Resseguro aceite					
TOTAL GERAL	92.689.196,98	95.877.185,20	81.644.548,06	22.339.892,19	4.055.372,68

* Sem dedução da parte dos resseguradores

ANEXO 4.2.

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Euros					
Seguro direto					
Acidentes e doença	23.192.995,57	23.337.426,36	17.461.536,86	4.804.306,85	-867.260,92
Incêndio e outros danos	17.489.796,19	17.349.039,00	9.095.351,64	3.173.364,88	-5.183.491,69
Automóvel					
Responsabilidade civil	32.162.341,44	32.198.789,48	23.984.416,76	7.499.137,14	708.576,83
Outras coberturas	22.656.928,96	22.608.948,88	19.676.023,92	6.289.958,87	-226.460,51
Marítimo, aéreo e transportes	724.922,93	716.410,94	279.010,31	150.054,18	-235.462,59
Responsabilidade civil geral	4.027.413,00	4.000.131,19	364.601,66	615.928,49	-1.834.879,45
Crédito e caução	1.115.535,82	1.130.934,16	175.535,05	276.979,96	-343.873,54
Proteção jurídica	1.002.199,39	959.776,16	340.871,29	644.973,50	1.599,90
Assistência					
Diversos	216.047,56	208.144,25	-28.691,04	41.599,41	-176.150,04
TOTAL	102.588.180,86	102.509.600,42	71.348.656,45	23.496.303,28	-8.157.402,01
Resseguro aceite					
TOTAL GERAL	102.588.180,86	102.509.600,42	71.348.656,45	23.496.303,28	-8.157.402,01

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

05


ERNST & YOUNG

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de activo de 195.946.575,39 Euros e um total de capital próprio de 60.711.824,40 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.286.175,12 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



ERNST & YOUNG

2

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 5 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

g
fm st

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor, o Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais S.A. vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e doze e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal manteve contatos com a Administração e os serviços, acompanhando a vida da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados. Acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernst & Young e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá o seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objeto de análise e verificação, concluindo-se que é suficientemente esclarecedor e está em conformidade com a Contas do exercício.

O Conselho Fiscal constatou que o cancelamento de grandes obras públicas em 2012 teve para a MAPFRE uma acentuada quebra de Prémios e implicou com o grande volume de anulações em Acidentes de Trabalho uma acentuada subida da taxa de sinistralidade.

O impacto sobre os resultados foi porém compensado com a pressão dos gastos estruturais e a anulação das menos valias potenciais transitadas do ano anterior. Para o resultado final concorreram ainda favoravelmente os Proveitos não Técnicos (venda do Capital do Finibanco Vida) e o incremento dos Rendimentos Financeiros.

A proposta de aplicação de resultados, sem qualquer distribuição de dividendos, merece a concordância deste Conselho Fiscal.



No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 – Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012;
- 2 – Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2012;
- 3 – Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 5 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL


Fernando José da Nogueira R.




CONSULTE O NOSSO VÍDEO INSTITUCIONAL

MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: +351 213 819 700
Fax:+351 213 819 799
E-mail: sim24@mapfre.pt

www.mapfre.pt

Design e programação:
Choice – Comunicação Global, Lda.
www.choice.pt
Maio de 2013



